

ESTUDOS EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS: UMA ABORDAGEM GERAL

Organizadoras

Jucicléia Teodoro de Lima Izidoro

Ana Paula Monteiro de Oliveira

Andrea Pereira da Conceição

Cheila Fernandes de Andrade

Gisele Leite Padilha



EDITORA
UNITINS

E82 Estudos em Ciências Contábeis: uma abordagem geral/ Organizado por:
Jucicléia Teodoro de Lima Izidoro, Ana Paula Monteiro de Oliveira, Andrea
Pereira da Conceição, Cheila Fernandes de Andrade, Gisele Leite Padilha
Palmas TO: Unitins, 2024.
125p.; color.
4,42 Mb; ePUB
ISBN 978-85-5554-334-0
DOI: 10.36725/978-85-5554-334-0

1 Ciências contábeis. 2 Estudos. 3 Aspectos gerais. I. Izidoro,
Jucicléia Teodoro de Lima.

CDD 657

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Ysabella Canindé Guerreiro

Macêdo CRB-2/ 1191

Reitor

Augusto de Rezende Campos

Vice-Reitora

Darlene Teixeira Castro

Pró-Reitora de Graduação

Alessandra Ruita Santos Czapski

Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação

Ana Flávia Gouveia de Faria

Pró-Reitora de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários

Kyldes Batista Vicente

Pró-Reitor de Administração e Finanças

Ricardo de Oliveira Carvalho

Equipe Editorial

Editora Chefe

Liliane Scarpin Storniolo

Capa, Projeto Gráfico e Diagramação

Joelma Feitosa Modesto

Leandro Dias de Oliveira

Apoio Técnico

Leonardo Lamim Furtado

Revisão

Flávia dos Passos Rodrigues Hawat

Lilian Mara Nogueira Dias

Maria Socorro da Siva

Marina Ruskaia Ferreira Bucar

Conselho Editorial

Alessandra Ruita Santos Czapski

<http://lattes.cnpq.br/1441323064488073>

Eliene Rodrigues Sousa

<http://lattes.cnpq.br/5857623231904159>

Kyldes Batista Vicente

<http://lattes.cnpq.br/1249709305972671>

Mariany Almeida Montino

<http://lattes.cnpq.br/3117524559575296>

Rodrigo Vieira do Nascimento

<http://lattes.cnpq.br/8227728628110178>

Darlene Teixeira Castro

<http://lattes.cnpq.br/8766578585291045>

Jeferson Moraes da Costa

<http://lattes.cnpq.br/8929854109676237>

Lilian Natália Ferreira de Lima

<http://lattes.cnpq.br/6290282911607995>

Michele Ribeiro Ramos

<http://lattes.cnpq.br/1032124853688980>

Vinícius Pinheiro Marques

<http://lattes.cnpq.br/7300803447800440>

Contato

Editores Unitins

(63) 3218-4911

108 Sul, Alameda 11, Lote 03

CEP.: 77.020-122 - Palmas - Tocantins

Os autores são responsáveis por todo o conteúdo publicado, estando sob a responsabilidade da legislação de Direitos Autorais 9.610/1998 e Código Penal 2.848/1940.

Prefácio

O livro Estudos em Ciências Contábeis: uma abordagem geral, foi produzido a partir de atividades realizadas pelos alunos de graduação do curso de Ciências Contábeis da Universidade Estadual do Tocantins. Este livro apresenta sete capítulos que discutem os conceitos fundamentais e a aplicabilidade da contabilidade em nosso cotidiano.

Buscando aprimorar a pesquisa ao longo da graduação, os acadêmicos são convidados a refletir sobre o seu lugar no mundo, desenvolvendo pesquisas que possam ser facilmente aplicadas no cotidiano das pessoas e das empresas. Além disso, os estudos em desenvolvimento têm como objetivo primordial a regionalização, incorporando vivências locais de maneira direta.

Esta primeira edição do livro traz estudos realizados no amplo ramo da Contabilidade 4.0, empreendedorismo e educação financeira que são assuntos amplamente discutidos na rotina acadêmica. A obra apresenta, na sua estrutura, uma organização de trabalhos selecionados do Curso de graduação em Estudos em Ciências Contábeis. A seleção dos trabalhos foi realizada pelos acadêmicos do Grupo de Pesquisa na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso I da Universidade Estadual do Tocantins – Unitins. Consideraram-se na análise os critérios: temática atual, problema, objetivos, metodologia, resultados da pesquisa, coerência e coesão textual.

No Capítulo 1, apresenta-se a percepção dos profissionais contábeis do município de Augustinópolis-TO a respeito das leis e princípios éticos. No Capítulo 2, evidenciação das informações contábeis do setor público no extremo norte do estado do Tocantins. O capítulo 3 trata da Tecnologia blockchain: Uma abordagem sob a perspectiva de uso como mecanismo de armazenamento e segurança de dados e ferramenta de auditoria contábil. No Capítulo 4, os impactos socioeconômicos ocasionados pela gestão financeira pessoal. No Capítulo 5, Educação financeira: um fator de redução da desigualdade social. No Capítulo 6, Empreendedorismo feminino: um estudo sobre os desafios e superações das mulheres empreendedoras da cidade de Augustinópolis-TO. Finalmente, o capítulo 7, concentra-se nos impactos da covid-19 no cenário das micro e pequenas empresas de artigo de papelaria em Augustinópolis-TO.

Boa leitura!
As organizadoras

SUMÁRIO

A percepção dos profissionais contábeis do município de Augustinópolis-TO a respeito ras Leis e princípios éticos.....	06
Evidenciação das informações Contábeis do Setor Público no extremo norte do estado do Tocantins.....	27
Tecnologia <i>Blockchain</i>: Uma abordagem sob a perspectiva de uso como mecanismo de armazenamento e segurança de dados e ferramenta de auditoria contábil.....	47
Os impactos socioeconômicos ocasionados pela gestão financeira pessoal.....	63
Educação Financeira: um fator de redução da desigualdade social.....	78
Empreendedorismo Feminino: um estudo sobre os desafios e superações das mulheres empreendedoras da cidade de Augustinópolis-TO.....	93
Os Impactos da Covid-19 no cenário das micro e pequenas empresas de artigo de papelaria de Augustinópolis-TO.....	116

A PERCEPÇÃO DOS PROFISSIONAIS CONTÁBEIS DO MUNICÍPIO DE AUGUSTINÓPOLIS-TO A RESPEITO DAS LEIS E PRINCÍPIOS ÉTICOS

Rafaela Brito da Silva¹

Sabrina Soares Pereira Barbosa²

No contexto de um conjunto de valores morais e princípios que regem o comportamento humano, a ética está concentrada, simultaneamente, na sociedade e no ambiente de trabalho. Consoante a isso, Santos (2015, p. 338) ratifica essa informação afirmando que “se a ética permeia os seres humanos em todas suas ações e relações, então ela se faz necessária em todos os campos e aspectos da vida dentro de uma sociedade”.

A contabilidade, por sua vez, é uma ciência social aplicada que estuda o patrimônio das entidades. Segundo Ludicibus (2015, p. 17), “a evolução da forma organizacional e com as dimensões do empreendimento, avoluma-se e enobrece a função contábil”, uma vez que o profissional dessa área detém várias informações que necessitam de sigilo, como, por exemplo, o controle patrimonial”. Logo, o contabilista necessita de uma conduta ética perante essas informações para garantir uma gerência de qualidade, considerando que sua postura ética é essencial nesse processo, pois, do contrário, conflitos poderão ocorrer e comprometer sua imagem perante o exercício de sua profissão.

Consequentemente, nota-se a necessidade de abordar, cada vez mais, temas éticos voltados aos profissionais que já estão inseridos no mercado de trabalho e aos futuros profissionais, que estão concluindo a graduação, porque mesmo que exista um código atrelado à profissão contábil, nem sempre ele é colocado em prática.

O objetivo geral da pesquisa consistiu em demonstrar a percepção dos contabilistas do município de Augustinópolis (TO) a respeito das leis e princípios éticos, tendo como ferramenta principal o Código de Ética Profissional do Contador.

Acredita-se que o impacto social desta pesquisa contribuirá em dois aspectos. O primeiro está atrelado ao conhecimento dos usuários que utilizam os serviços contábeis, para compreender o comportamento ético dos profissionais dentro do ambiente de trabalho. O segundo diz respeito à contribuição para os próprios profissionais, pois ajudará na análise e verificação de possíveis falhas que estão cometendo pela não aplicação dos princípios e respeito às normas em seu exercício profissional, ou se estão exercendo a profissão corretamente, com integridade e competência, visando sempre ofertar à população qualidade e segurança dos serviços prestados.

A estrutura do presente artigo divide-se em cinco partes. A primeira refere-se à base teórica do trabalho, apresentando a relevância da ética geral e profissional, bem como do profissional contabilista para a sociedade. A segunda seção aborda os aspectos metodológicos essenciais para alcançar o objetivo da pesquisa. E, por fim, a terceira, quarta e quinta seções apresentam os resultados e discussões e o desfecho da pesquisa.

¹ Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)

² Bacharel em Ciência Contábeis pela Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS)

Revisão de Literatura

Ética e moral

A ética é uma forma de refletir sobre o objeto reconhecido, ou seja, é caracterizada como a conduta ou comportamento humano na sociedade. Diante disso, Lopes de Sá (2015, p. 3) afirma que, “em seu sentido de maior amplitude, a ética tem sido entendida como a ciência da conduta humana perante o ser e seus semelhantes”.

Na antiguidade, a concepção sobre ética foi vista sobre várias dimensões. Para Sócrates, a ética foi definida como “um bem viver”, que está intimamente ligada ao conhecimento e uma vivência virtuosa, uma vez que, para ele, virtude é conhecimento, devido ao fato de que todos buscam o bem (Gonçalves *et al.*, 2016).

Na modernidade, o conceito ético é centrado na subjetividade, ou seja, no indivíduo. É uma ética que começa com o renascimento – este é marcado pela capacidade de inventar, de criar, descobrir e de gerar novas formas de vida, no qual o próprio indivíduo faz escolhas por conta própria, sendo responsável pelas suas ações.

A ética, por ser universal, encarada como uma ciência, é imutável. A moral pode mudar com o passar dos anos ou de uma sociedade para outra, uma vez que, “orienta o comportamento perante as normas criadas ou determinadas pela sociedade ou por um grupo. A moral e a ética são diferentes, porque a ética são princípios e a moral, condutas” (Andrade, 2017, p. 17).

Oliveira (2012, p. 41) cita que “a dúvida de como devemos agir e o fato que julgamos ou pelo qual somos julgados pressupõem que haja princípios, normas, regras ou leis, que são os parâmetros de comportamento social”. Posto isso, observa-se a ética inserida dentro das organizações, ou melhor dizendo, nas áreas profissionais, visto que as pessoas precisam de uma conduta ética para conduzir seu comportamento tanto dentro do seu ambiente de trabalho quanto perante a sociedade.

Ética profissional

Para Lopes de Sá (2015, p. 147), “através do exercício profissional, consegue o homem elevar seu nível moral”. Diante disso, o indivíduo, em seu ambiente de trabalho precisa ter e exercer a ética para tomar decisões de forma correta.

Segundo Camargo (2014), a ética profissional é essencial ao ser humano e se revela devido às pessoas praticarem atividades corporativas. Conseqüentemente, por ser um conjunto de normas de conduta que devem ser colocadas em prática, a ética atinge todas as profissões existentes, como exemplifica Gonçalves *et al.* (2016).

Todo profissional tem as suas leis, códigos, princípios e regulamentos. À vista disso, o profissional tem o dever de aplicar seus conhecimentos, e ficar atento na resolução dos problemas, se comportando eticamente, ministrando as melhores opções de atividades, junto aos princípios e regras de moral (Gonçalves *et al.*, 2016, p. 90).

Pelos critérios adotados para definir os valores éticos de uma instituição e suas normas de condutas sendo respeitadas por todos os profissionais, a organização tende a ter uma imagem mais

valorizada no mercado, fazendo com que atraia clientes, tornando seus serviços mais confiáveis. Nesse contexto, Lopes de Sá (2015, p. 156) salienta que “o valor profissional deve acompanhar-se de um valor ético para que exista uma integral imagem de qualidade”.

Todo profissional necessita agir eticamente dentro das empresas, como também, fora do ambiente de trabalho. Desse modo, a ética é indispensável para o profissional, pois ele exerce suas atividades em prol da sociedade e, é necessário que ele seja honesto em tudo o que vier a fazer, seguindo todas as normas estabelecidas e cumprindo com seus deveres e obrigações para que não haja consequências. Portanto, percebe-se que toda profissão necessita de um código de ética para reger as condutas dos profissionais.

Perspectivas teóricas sobre a ética na contabilidade

Lopes de Sá (2015, p. 148) salienta que “a profissão contábil consiste em um trabalho exercido habitualmente nas células sociais, com o objetivo de prestar informações e orientações baseadas na explicação dos fenômenos patrimoniais”, por ser uma área vasta de informações e responsabilidades. Assim, os profissionais contábeis necessitam de uma conduta ética perante todas essas informações e à sociedade para garantir uma gerência de qualidade.

Lopes de Sá (2015, p. 149) complementa afirmando que “o ser que se dedica à contabilidade possui deveres para com a regularidade do emprego racional da riqueza nas empresas”. Portanto, sua postura, pautada em princípios e valores éticos, é essencial em seu exercício de trabalho, pois do contrário, geraria conflitos e comprometeria sua imagem perante a profissão e os usuários.

Conforme Kubiak (2012), a ética profissional é necessária para regular o comportamento dos profissionais para com seus usuários e colegas de profissão, objetivando o bem-estar de todos durante o exercício profissional. Dessa forma, o contador precisa assumir um padrão de comportamento imposto tanto pelo código de ética, que rege sua profissão, quanto por sua moral. Esse código de ética tem como função, definir seus princípios, articulando os direitos e deveres que os profissionais têm que seguir (Oliveira, 2012).

Legislação: regulação e normatização contábil

A profissão contábil é normatizada e fiscalizada pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pelos Conselhos Regionais de Contabilidade (CRCs), como dispõe o artigo 2º do Decreto-Lei nº 9.295/1946 – decreto este, pelo qual ambos os conselhos foram criados e são regidos (Brasil, 1946).

Para poder atuar de forma regular na profissão, é necessário que os bacharéis em Ciências Contábeis realizem o exame de suficiência para poder obter o registro profissional do CRC, e uma das principais áreas de conhecimento que são solicitadas na prova é a matéria de legislação e ética profissional, sendo um dos requisitos, conforme exemplifica a atual Resolução CFC nº 1.486/2015, que institui o exame de suficiência (CFC, 2015).

O primeiro Código de Ética Profissional do Contador (CEPC) foi criado em 1970, pela Resolução CFC nº 290/1970, para regular a postura dos profissionais contábeis, mas, em 1996, foi alterado pela resolução CFC nº 803, e, no dia 7 de fevereiro de 2019, foi revogada pela Norma Brasileira de Conta-

bilidade, NBC PG 01. Esta última “tem por objetivo fixar a conduta do contador, quando no exercício da sua atividade e nos assuntos relacionados à profissão e à classe” (CFC, 2019, s.p).

Além do CEPC, a profissão contábil é ditada por um conjunto de outras normas que regulamentam o comportamento ético dos contabilistas em seu exercício profissional, que são estabelecidas pelo Código de Ética do Comitê Internacional de Normas Éticas para Contadores (IESBA) da Federação Internacional de Contadores (IFAC)” (Bandeira, 2020), conforme a Quadro 1.

Quadro 1. Normas Éticas do Profissional Contábil

NBC PG 01 de 2019 - Código De Ética Profissional Do Contador		
NBC PG 100 (R1)	21 de novembro de 2019	Aplicação Geral aos Profissionais da Contabilidade
NBC PG 200 (R1)	21 de novembro de 2019	Contadores Empregados (Contadores Internos)
NBC PG 300 (R1)	21 de novembro de 2019	Contadores que Prestam Serviços (Contadores Externos)
NBC PA 400	21 de novembro de 2019	Independência para Trabalho de Auditoria e Revisão
NBC PO 900	21 de novembro de 2019	Independência para Trabalho de Asseguração Diferente de Auditoria e Revisão

Fonte: Adaptado do Conselho Federal de Contabilidade (CFC, 2019).

O código de ética profissional do contador

Segundo Camargo (2014, p. 34), “os códigos de ética por si não tornam melhores os profissionais, mas representam uma luz e uma pista para seu comportamento; mais do que ater-se àquilo que é prescrito literalmente, é necessário compreender e viver a razão básica das determinações”. Desse modo, o profissional contábil em seu ambiente de trabalho, deve agir em conformidade com o CEPC, que é regulamentado, atualmente, pela NBC PG 01, de 7 de fevereiro de 2019.

Bandeira (2020, p. 40) enfatiza que “a essência de um código de ética profissional é mostrar sob quais valores e princípios éticos e morais estão submetidas as ações, a atuação e a postura de tais profissionais diante do público que se relaciona e da própria sociedade como um todo”. Perante essa afirmação, havendo qualquer divergência ou conflito, prevalecerá o código de ética. Logo, todo profissional deve conhecê-lo para tomar decisões ou sofrerá sanções éticas por transgredi-lo.

Portanto, de modo que o CEPC seja cumprido corretamente ao agir no interesse público, é necessário que os contabilistas trabalhem conforme as atribuições da NBC PG 100 (R1). A norma descreve as responsabilidades do profissional de contabilidade, baseadas nos cinco princípios éticos fundamentais, sendo eles: integridade; objetividade; competência profissional e devido zelo; confidencialidade e comportamento profissional – extremamente essenciais para exercer a profissão de forma honesta e diligente.

O papel do profissional contábil na sociedade

A contabilidade é a ciência social aplicada que estuda o desenvolvimento, os resultados e o futuro do patrimônio de uma pessoa, tanto física quanto jurídica. Marion (2015a) exemplifica que essa pessoa jurídica representa uma entidade, constituída de bens, direitos e obrigações. E, pelo fato de o patrimônio ser o objeto de estudo da Ciência Contábil, seu objetivo principal é estudá-lo e controlar suas variações (Travassos, 2022).

Diante disso, o contador, por ser um profissional da contabilidade, exerce papel imprescindível perante a sociedade, pois ele serve de incentivo para o proprietário de uma empresa à tomada de decisões, além de funcionar como um elo entre a atividade empresarial e o governo.

O parágrafo único do artigo 1.177 do Código Civil, que faz referência ao contabilista e outros auxiliares, diz que, “no exercício de suas funções, os prepostos são pessoalmente responsáveis, perante os preponentes, pelos atos culposos; e, perante terceiros, solidariamente com o preponente, pelos atos dolosos” (Brasil, 2002, s.p). Isso se justifica pelo fato de que o contador examina todos os atos que são praticados na empresa e verifica se estão corretos, para assim, assinar, assumindo a responsabilidade civil e criminal sobre as informações que ele repassa aos usuários.

Para Travassos (2022), esses usuários são todos aqueles que possuem interesse nos serviços dos profissionais contábeis, para auxiliá-los na situação econômica, patrimonial e financeira de suas entidades, ou até mesmo em suas finanças pessoais. Muller (2006), por sua vez, destaca que essas informações são processadas e fornecidas aos usuários pelos demonstrativos ou relatórios contábeis, dependendo das necessidades de cada um. Logo, essas entidades contábeis podem ser classificadas tanto como usuários internos quanto externos.

É evidente que o papel do profissional contábil para com a sociedade vai muito além de apenas fornecer informações para tomada de decisões e declarar impostos para um indivíduo ou organização. Nesse enfoque, Antonovz (2019, p. 30) cita que “a contabilidade é bastante versátil e amplamente utilizada em outras profissões e situações dentro e fora do mundo corporativo”.

Antonovz (2019, p. 43) destaca que “o contador, na atualidade, pode atuar nas mais diversas áreas, dado que a profissão apresenta grande integração com outros ramos do conhecimento humano”. Em concordância, Marion (2015b) salienta que a contabilidade é uma das profissões que mais possibilita alternativas de atuações para os bacharéis em Ciências Contábeis. Inclusive, a tecnologia contribui bastante na contabilidade, pois, com seu avanço, tem surgido várias inovações para o desenvolvimento de trabalho na área contábil, de forma que os profissionais contábeis exerçam suas atividades com mais flexibilidade.

Metodologia

Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa aplicada com abordagem qualitativa e quantitativa, do tipo descritiva, por meio da pesquisa bibliográfica, sendo necessário ter uma base teórica por meio de artigos científicos e livros relevantes para a temática. Utilizou-se também a pesquisa de campo, com aplicação de questionário para verificar o nível de conhecimento e a percepção dos profissionais acerca das leis e princípios éticos, pela escala de Likert, nos escritórios de contabilidade do município de Augustinópolis (TO), realizando-se um pré-teste com profissionais da área que representavam as mesmas características e critérios dos participantes.

A população analisada neste estudo envolveu seis profissionais contabilistas do município de Augustinópolis (TO) que atuam em escritórios contábeis. De acordo com informações encontradas no acesso público do site do CRC e fornecidas pela Associação dos Contabilistas do Bico do Papagaio (ASCOBIP), essa população é de exatamente cinco escritórios e sete profissionais que têm registro no conselho. Conforme dados do CFC, no estado do Tocantins, existem 629 organizações contábeis – escritórios de contabilidade – enquanto, no Brasil, há uma estimativa de 82.318 escritórios (CFC, 2022).

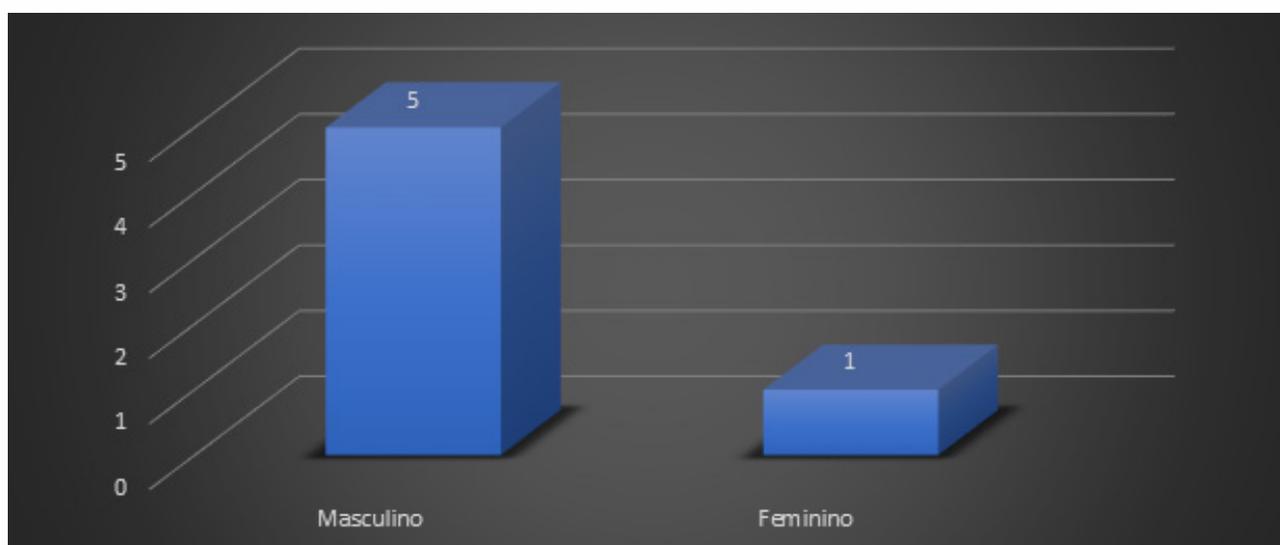
Resultados e discussões

A percepção dos profissionais contábeis do município de Augustinópolis do Tocantins sobre a ética contábil

O questionário foi estruturado em quatro blocos: (i) perfil do respondente; (ii) percepção sobre o exercício profissional conforme determina o código e as normas éticas; (iii) Percepção sobre o conhecimento dos princípios éticos e deveres éticos do CEPC; e (iv) Percepção sobre o descumprimento do CEPC. As respostas obtidas foram registradas e tabuladas pela ferramenta do Microsoft Excel, permitindo uma melhor análise dos resultados.

O primeiro bloco diz respeito ao perfil dos respondentes, questionando inicialmente sobre o gênero dos profissionais, conforme apresentado no Gráfico 1.

Gráfico 1. Gênero



Fonte: Elaborado pelas autoras (2022).

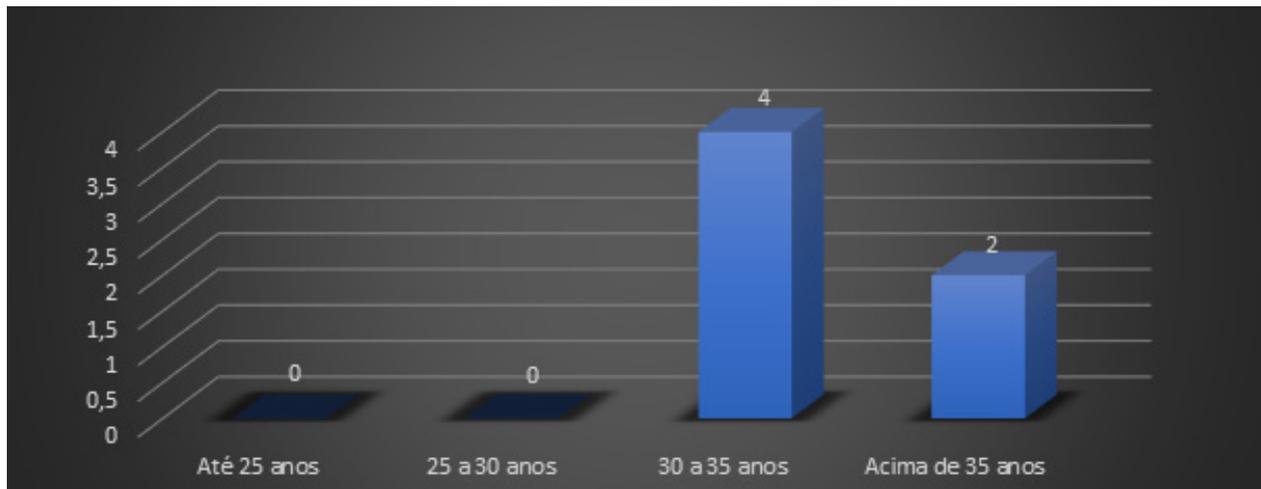
Conforme o Gráfico 1, dos seis respondentes da pesquisa, cinco são do sexo masculino e um do sexo feminino, correspondendo a 83% e 17% da amostra, sendo a maioria dos profissionais entrevistados do sexo masculino. Essa maioria diz respeito aos dados obtidos no acesso público do Conselho Regional de Contabilidade, pois de um total de 27 contabilistas da cidade que estão devidamente registrados no Conselho, 16 são do sexo masculino (CRC-TO, 2022).

Ao verificar os dados do CFC em relação ao quantitativo de profissionais com o registro ativo no ano de 2022, notou-se que no estado do Tocantins, dos 2.767 contabilistas, 1.542 são do gênero masculino e 1.225 do gênero feminino. No Brasil, dos 372.994 profissionais, 53,58% representam a população masculina atuante na contabilidade (CFC, 2022).

Apesar dessas informações, o gênero feminino vem ganhando cada vez mais espaço no mercado contábil, pois em conformidade com os dados estatísticos de agosto de 2021 a agosto de 2022, emitidos pelo CFC, a participação feminina compreendeu um aumento de 3,63%, enquanto a participação masculina teve um aumento somente de 2,14% (CFC, 2022).

A segunda pergunta do questionário, ainda no primeiro bloco, foi a respeito da faixa etária dos profissionais, dividido em quatro grupos. As respostas obtidas são exibidas no Gráfico 2.

Gráfico 2. Idade

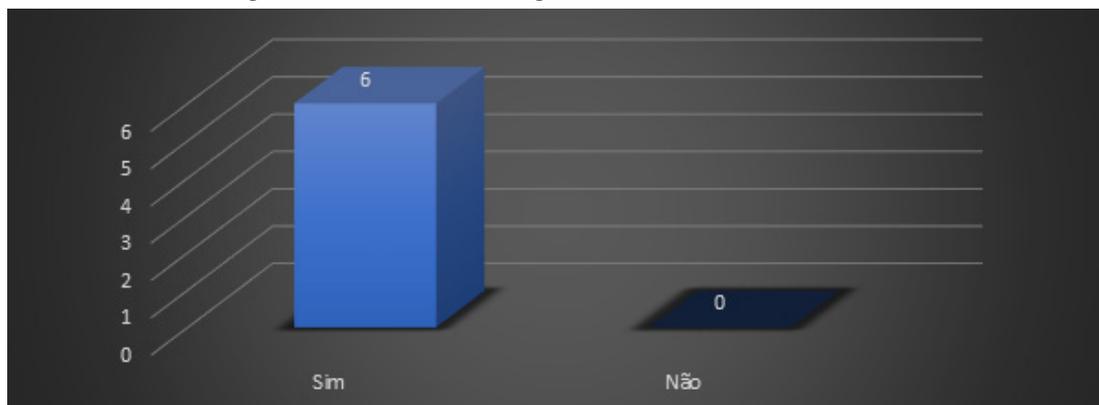


Fonte: Elaborado pelas autoras (2022).

Dentre as alternativas apresentadas, há 4 profissionais que possuem entre 30 e 35 anos, e 2 acima de 35 anos de idade, representando, respectivamente, um percentual de 66,67%, e 33,33%. Logo, nota-se que estes profissionais, ao ingressarem no mercado de trabalho, agem de forma audaz e direta, pois, conforme Pattussi (2015), são características de pessoas da geração Y, que nasceram entre os anos de 1980 e 1995.

Continuando no primeiro bloco, foi questionado aos profissionais se eles possuíam registro no CRC. As respostas podem ser verificadas no Gráfico 3.

Gráfico 3. Possui registro no Conselho Regional de Contabilidade - CRC?

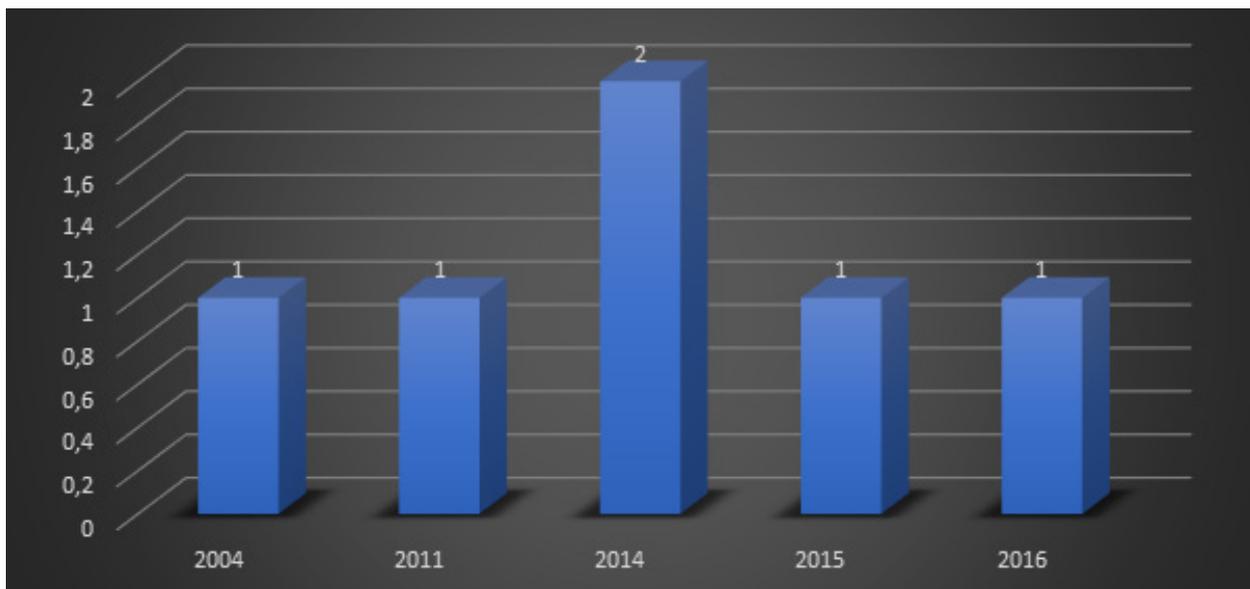


Fonte: Elaborado pelas autoras (2022).

Os dados informam que 100% dos pesquisados possuem registro. O artigo 1º da Resolução CFC nº 1707 de 25 de outubro de 2023 destaca que, “somente poderá exercer a profissão contábil, em qualquer modalidade de serviço ou atividade, segundo normas vigentes, o contador ou o técnico em contabilidade registrado em CRC” (CFC, 2023, s.p). Logo, sem inscrição no órgão responsável, não há habilitação para desempenhar funções que exigem o título.

Na terceira questão, questionou-se, por meio de uma pergunta aberta, sobre o ano de solicitação do registro junto ao CRC, e as respostas foram as seguintes: participante 1: “2004”; participante 2: “2011”; participantes 3 e 4: “2014; participante 5: “2015” e; participante 6: “2016”, conforme Gráfico 4.

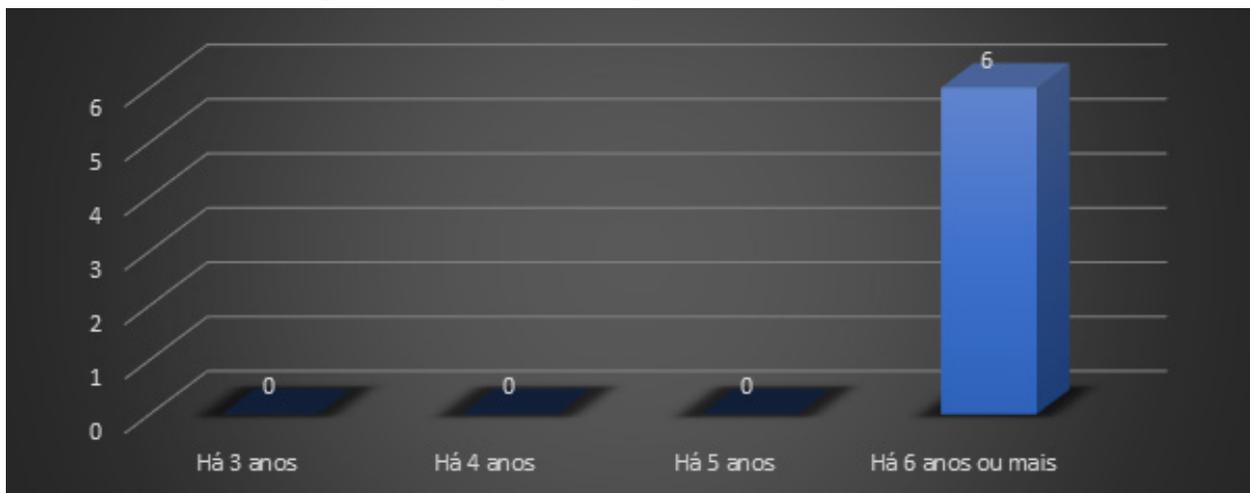
Gráfico 4. Cite o ano em que você solicitou o registro junto ao Conselho Regional de Contabilidade



Fonte: Elaborado pelas autoras (2022).

Ainda no bloco I, indagou-se aos profissionais sobre o tempo que eles exerciam a profissão e quatro opções foram atribuídas. O Gráfico 5 apresenta as informações coletadas.

Gráfico 5. Exerce a profissão há quanto tempo?



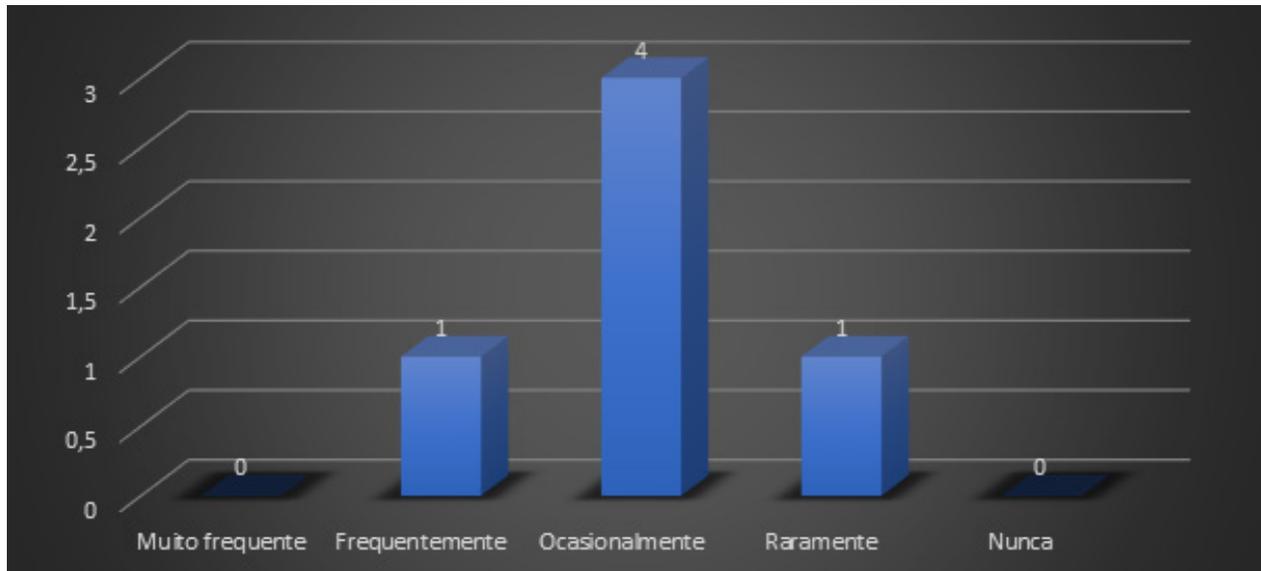
Fonte: Elaborado pelas autoras (2022).

Ao analisar os dados expostos, constatou-se que todos os profissionais desempenham a profissão há mais de 6 anos. Os dados vão ao encontro de respostas da questão aberta, uma vez que os respondentes solicitaram o registro entre 2004 e 2016. Entende-se, portanto, que, por possuírem 6 anos ou mais de atuação na profissão, são profissionais experientes na área da contabilidade e que estão abertos à inserção de tecnologias, pois, elas estão cada vez mais presentes no cotidiano contábil.

Kounrouzan (2014) sustenta essa informação quando diz que o profissional contábil não desempenha mais o papel de executar registros contábeis. Tendo em vista o avanço tecnológico, os sistemas de informações já efetuam essa e demais funções que antes eram realizadas manualmente.

Ao finalizar o primeiro bloco do questionário, a fim de saber sobre a frequência com que os contadores consultam o código de ética profissional, cinco opções foram aplicadas, conforme se explicita no Gráfico 6.

Figura 6. Você consulta o código de ética profissional do contador (CEPC) com qual frequência?



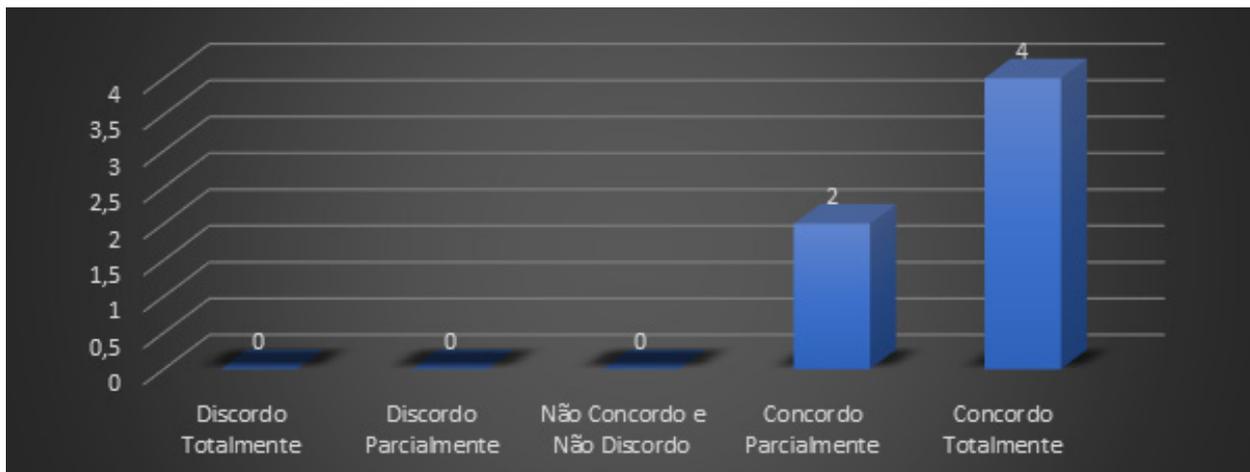
Fonte: Elaborado pelas autoras (2022).

Os dados ilustram, no Gráfico 6, que do total dos participantes, 16,67% consultam frequentemente, 66,66%, ocasionalmente, e 16,67%, raramente. Diante dos fatos, constatou-se que os contabilistas consultam o código quando há extrema necessidade.

Um dos objetivos principais do Código é que o contador, quanto a sua conduta ética, deve seguir as regras estabelecidas no regulamento. Portanto, os profissionais devem sempre consultá-lo durante o exercício profissional, para atentarem-se às disposições impostas.

O segundo bloco do questionário objetivou demonstrar a percepção dos profissionais sobre o exercício, conforme determina o código e as normas éticas, por meio da Escala de Likert. Logo, na primeira questão do segundo bloco, foi questionado aos participantes se o CEPC e as demais normas éticas são imprescindíveis para exercer a profissão com maior eficiência, conforme ilustrado no Gráfico 7.

Gráfico 7. O Código de Ética Profissional do Contador e as demais normas éticas são imprescindíveis para exercer a profissão com maior eficiência



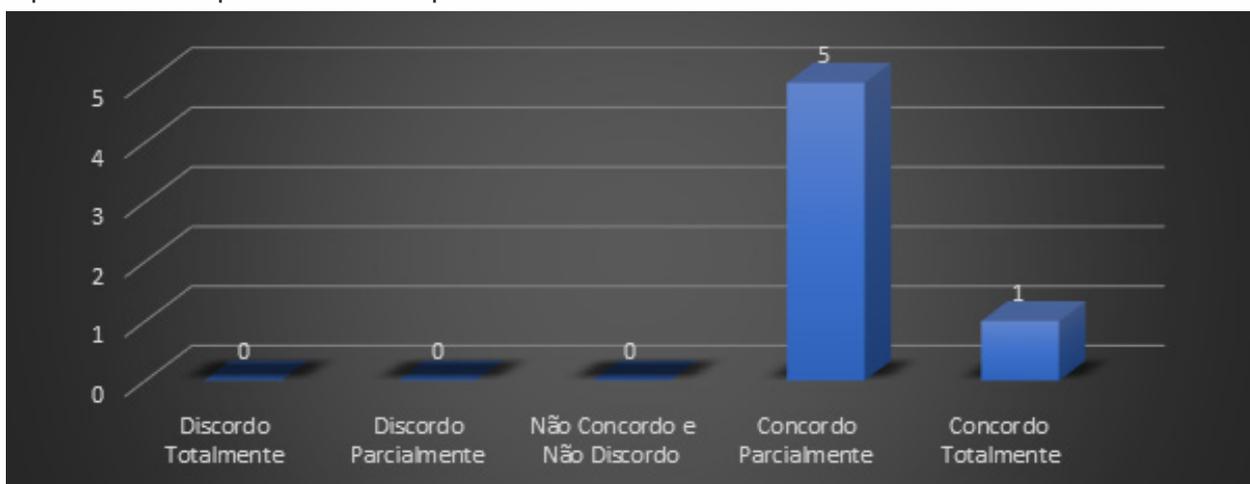
Fonte: Elaborado pelas autoras (2022).

Quanto ao questionamento, notou-se que todos os pesquisados concordam que esses dispositivos são essenciais para um exercício profissional eficiente. Entretanto, somente 66,67% dos entrevistados concordaram totalmente, e os outros 33,33%, parcialmente.

Sobre essa afirmação, o Conselho Federal de Contabilidade (2003, p. 10) explica que “o complexo de normas éticas se alicerça em valores, normalmente, designados valores do bem”. Além disso, devido ao código de ética objetivar a regulamentação do exercício profissional, o Conselho complementa dizendo que esse regimento oferece aos profissionais uma visão do certo e errado, oportunizando um bom desempenho de suas funções, de modo que atos ilícitos sejam evitados.

Em seguida e de acordo com o Gráfico 8, foram indagados a respeito da contribuição da disciplina de Legislação e Ética para a execução da profissão após a formação do curso superior.

Gráfico 8. Durante a graduação, a disciplina de Legislação e Ética da Profissão Contábil contribui positivamente para o exercício profissional do contabilista



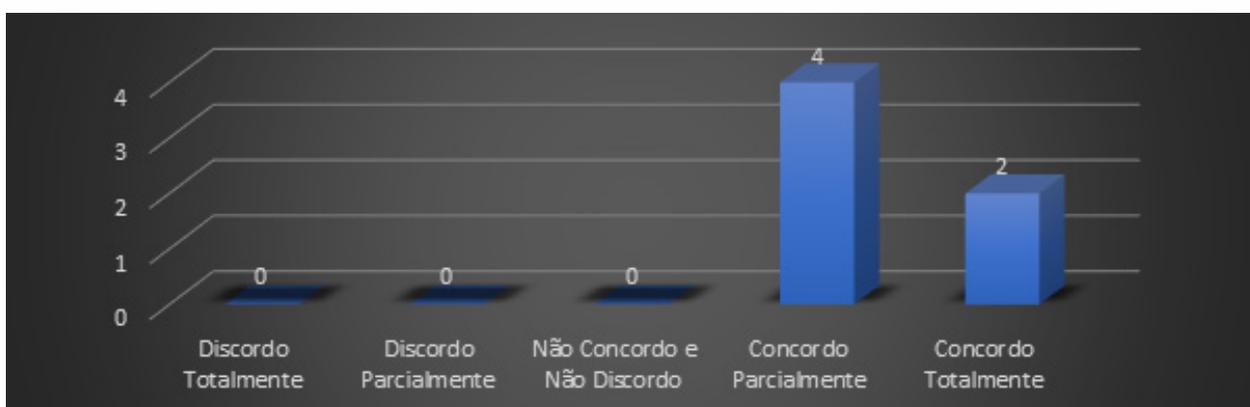
Fonte: Elaborado pelas autoras (2022).

As informações obtidas mostram que dos seis participantes somente 16,66% concordaram totalmente que a disciplina contribui positivamente e 83,33% concordam parcialmente.

Conforme a grade curricular do curso de Ciências Contábeis, a disciplina de Legislação e Ética Profissional do Contador é ministrada entre o 1º e 2º ano de ensino especificamente. Ademais, é uma das áreas de conhecimento que compõem a prova do Exame de Suficiência para obtenção do registro no CRC, segundo o artigo 6º da Resolução CFC Nº 1486/2015 (CFC, 2015), sendo a disciplina citada fundamental para a formação do indivíduo, haja vista que ela oferece um norteamento sobre a conduta ética dentro das organizações.

A próxima questão do segundo bloco, explicitada no Gráfico 9, busca compreender se os profissionais acham que se seguirem o código de ética e manterem-se atualizados quanto às normas vigentes, cooperarão para eles se estabelecerem no mercado e saírem à frente da concorrência, prestando serviços mais eficientes.

Gráfico 9. Seguir o CEPC e manter-se atualizado quanto às normas vigentes, para prestar serviços mais eficientes, coopera para o profissional se estabelecer no mercado e sair à frente da concorrência



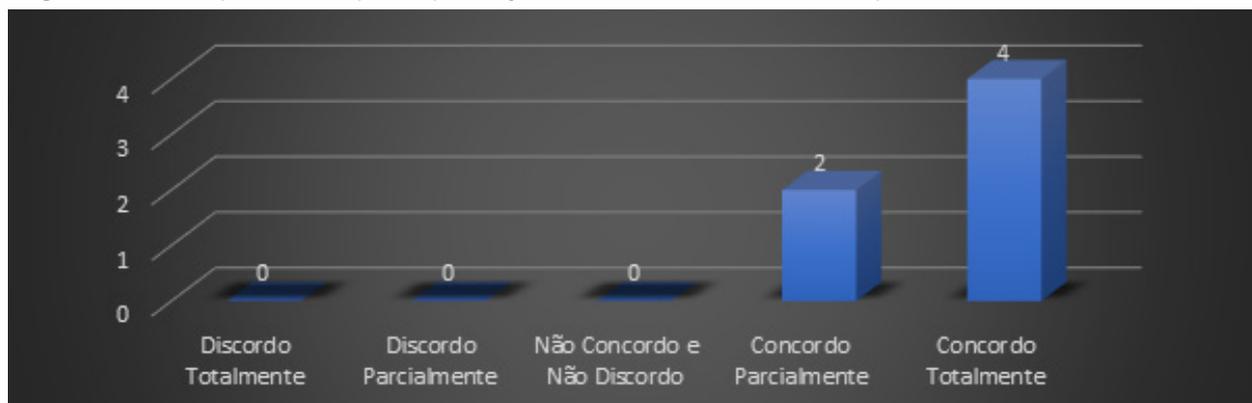
Fonte: Elaborado pelas autoras (2022).

Conforme o Gráfico 9, os dados ilustram que apenas 33,33% dos entrevistados concordaram totalmente com a afirmação e 66,67% concordaram parcialmente. Diante disso, embora haja concordância parcial, o Conselho Federal de Contabilidade (2003, s.p) salienta que “torna-se fundamental a busca do conhecimento, pois em uma sociedade onde a concorrência é cada vez maior, faz-se necessário que os profissionais de contabilidade busquem a atualização constante”.

A priori, o próprio Conselho oferece os programas de educação continuada – programas estes que são estabelecidos como um dos deveres dos contadores, a fim de que estejam sempre em busca de novos conhecimentos.

Sobre a relação do profissional com os colegas, a próxima questão objetivou analisar a percepção dos participantes sobre a ética ser prioridade no exercício da profissão, como apresentado no Gráfico 10.

Gráfico 10. De acordo às regras que pautam a conduta do profissional contábil em relação aos colegas, a ética é prioridade para que haja harmonia no exercício da profissão

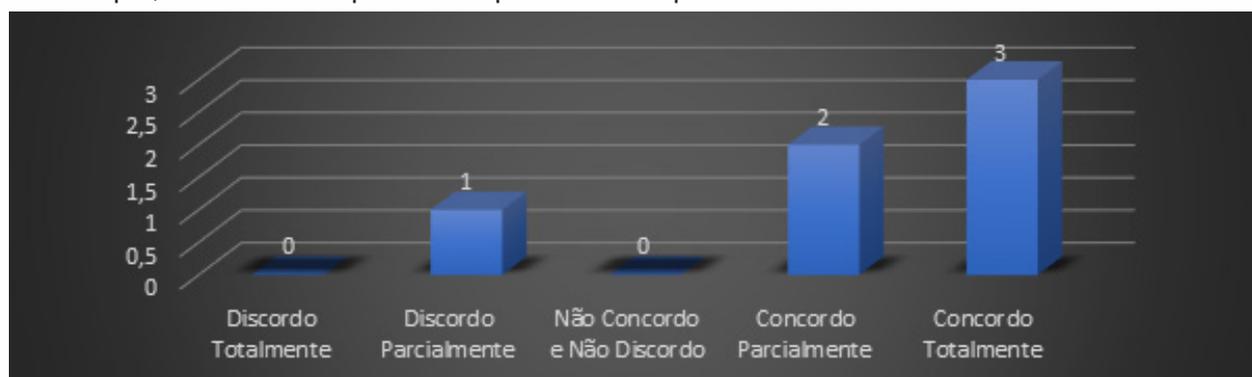


Fonte: Elaborado pelas autoras (2022).

Como pode ser observado no Gráfico 10, 66,67% concordaram totalmente sobre a ética ser prioridade dentro do ambiente de trabalho, e 33,33% declararam “concordar parcialmente”. A NBC PG 01, que dispõe sobre o cumprimento do CEPC, estabelece cinco deveres em que a conduta do profissional com os colegas deve ser pautada: consideração, respeito, apreço, solidariedade e harmonia da classe (CFC, 2019). Diante disso, percebe-se que não é possível haver uma relação de equilíbrio entre os profissionais de classe se não por meio da ética, aplicando os princípios no dia a dia da profissão.

Ao finalizar o segundo bloco, a próxima questão contesta os participantes sobre a concordância em relação à parcela de profissionais que ainda não atua de forma ética, de acordo com o Gráfico 11.

Gráfico 11. No que diz respeito aos deveres do contador, exercer a profissão com zelo, diligência, honestidade e capacidade técnica, atualmente, se encontra em uma realidade um pouco distante, uma vez que, ainda há uma parcela de profissionais que não atua eticamente



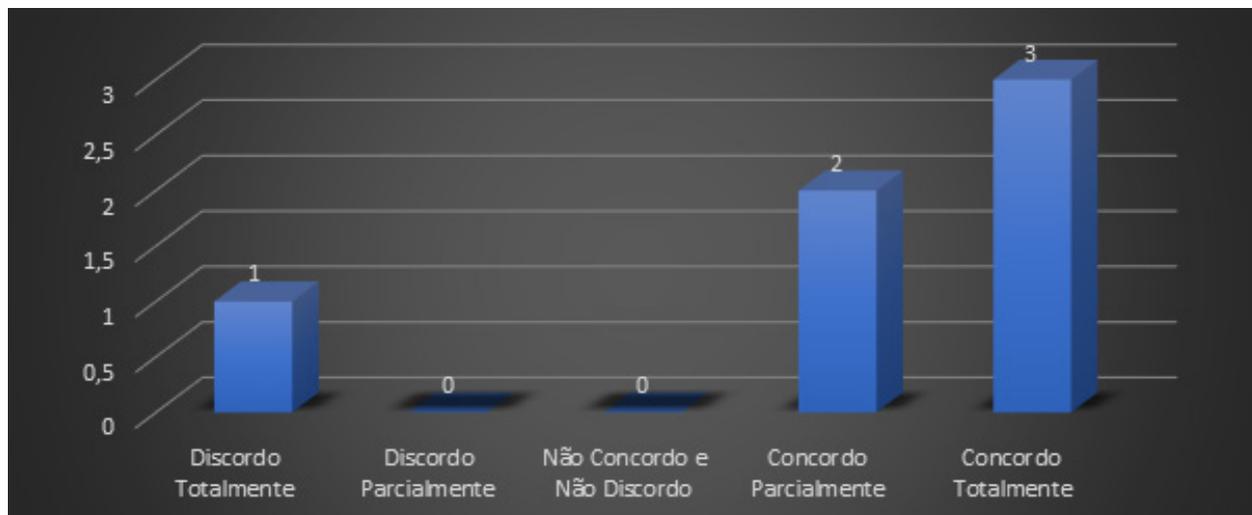
Fonte: Elaborado pelas autoras (2022).

Após a tabulação dos dados, é perceptível que a metade dos participantes concorda totalmente com a questão. Todavia, cerca de 33,33% concordam parcialmente, enquanto houve uma discordância parcial de 16,67%.

Lopes de Sá (2015, p. 140) salienta que “não é pequeno o número de pessoas que enriquecem e passam a desfrutar de prestígio, tendo alcançado a fortuna pelas vias de corrupção”. Diante desse pressuposto, nota-se que muitos profissionais passam por cima de suas condutas éticas para obterem vantagens por meio de atos ilícitos.

O terceiro bloco do instrumento da pesquisa objetivou verificar a percepção dos entrevistados sobre os princípios e deveres éticos do CEPC, conforme exposto no Gráfico 12.

Gráfico 12. O comportamento ético do profissional contábil é um fator decisivo para o seu sucesso, pois, há uma maior valorização no mercado de trabalho



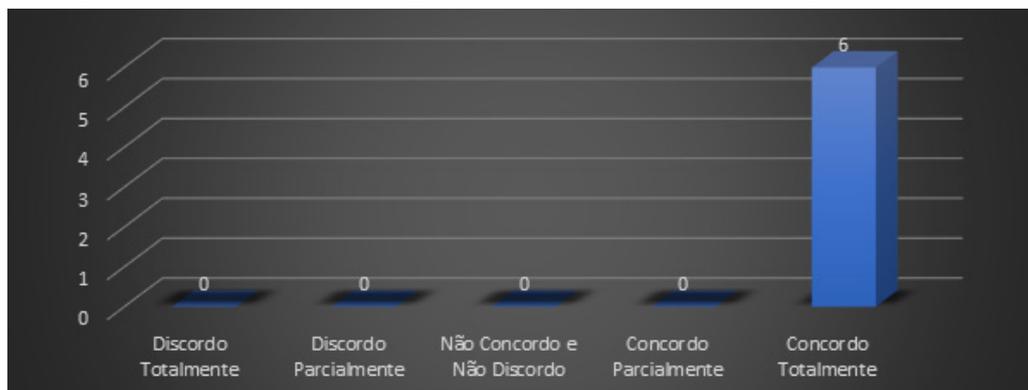
Fonte: Elaborado pelas autoras (2022).

Verifica-se, a partir das informações apresentadas no Gráfico 12, que cerca de 16,67% “discordam totalmente” de que esse fator contribui para a valorização do profissional, enquanto 33,33% “concordam parcialmente” e 50% dos entrevistados “concordam totalmente”.

Conforme ressalta Andrade (2017, p. 32), “as organizações, atualmente, têm aumentado o seu interesse por atitudes éticas, pois o que tem sido observado é, quando a mesma é negligenciada passa a vigorar a desconfiança entre empresas”. Posto isso, Gonçalves *et al.* (2016) ratificam esse pensamento dizendo que, quando o profissional contábil adota essas atitudes éticas, ele conquista seu espaço e o respeito no mercado.

Na questão posterior e ilustrada no Gráfico 13, indagou-se aos entrevistados sobre os profissionais seguirem exercendo os princípios impostos pelo código mesmo após o término de suas funções.

Gráfico 13. O profissional deve cumprir com o princípio da confidencialidade durante o exercício da profissão e após o término da sua relação com o cliente ou com a empresa



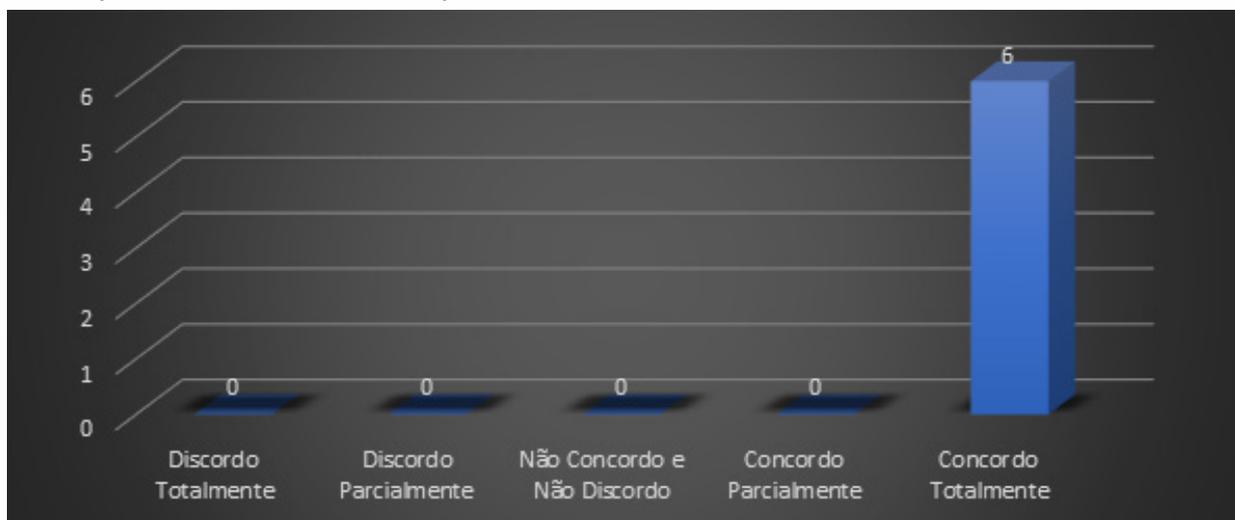
Fonte: Elaborado pelas autoras (2022).

Analisando os dados, nota-se que 100% dos entrevistados concordaram totalmente sobre os profissionais cumprirem com o princípio da confidencialidade. O conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina (2021, p. 19) diz que “este princípio visa garantir que a informação estará disponível apenas para quem dela fizer uso, ou seja, impede que a informação esteja disponível a terceiros sem prévia autorização”.

A respeito disso, o CEPC estabelece, pela subseção 114.1, que os profissionais contábeis devem cumprir esse princípio para privarem-se de confidenciar informações que eles obtêm em decorrência das relações entre prestadores de serviços e beneficiários (CFC, 2019).

A questão seguinte, ainda se tratando de princípios, diz respeito aos trabalhos executados sobre os quais os contadores devem manter sigilo no exercício profissional. A seguir, é demonstrado, no Gráfico 14, o nível de concordância dos participantes.

Gráfico 14. O sigilo, em relação aos trabalhos executados, é uma obrigação que o contador deve cumprir em razão do exercício profissional lícito

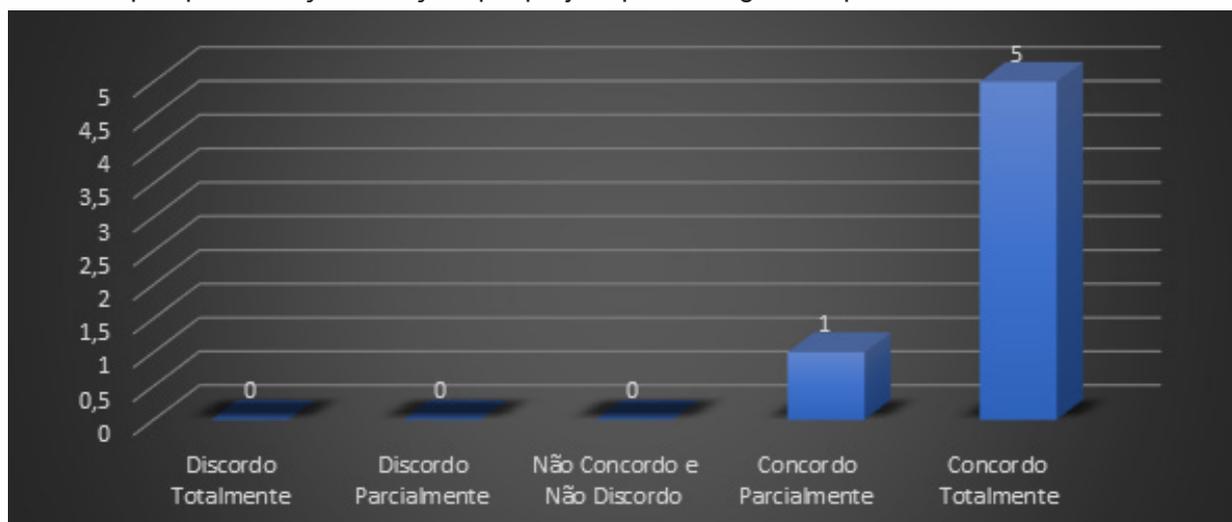


Fonte: Elaborado pelas autoras (2022).

Conforme o Gráfico 14, os resultados mostram que 100% dos profissionais concordam totalmente com o questionamento apresentado. Ratificando a questão anterior, embora seja um princípio estabelecido pela NBC 100 (R1), o CEPC impõe o sigilo como um dos deveres que os profissionais devem cumprir dentro do ambiente de trabalho, podendo fornecerem informações somente caso sejam solicitadas pelo Conselho Federal ou Regional (CFC, 2019).

Encerrando o terceiro bloco e ilustrando-o no Gráfico 15, foi questionado aos profissionais se o contador deve seguir o princípio do comportamento profissional corretamente, de modo que sejam evitadas situações ou ações que prejudiquem a imagem da profissão contábil.

Gráfico 15. O contador deve seguir o princípio do comportamento profissional corretamente, para evitar qualquer situação ou ação que prejudique a imagem da profissão contábil



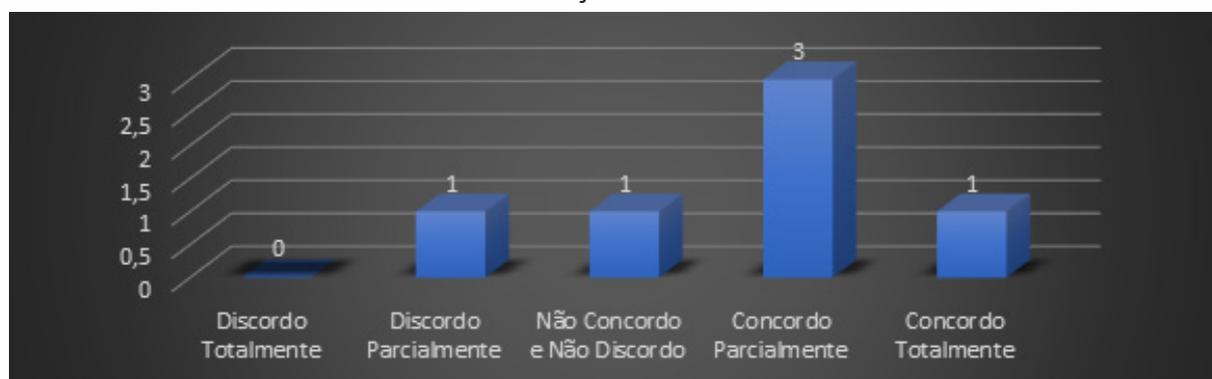
Fonte: Elaborado pelas autoras (2022).

No que se refere ao comportamento profissional, 83,33% dos entrevistados concordam totalmente. Entretanto, houve concordância parcial de 16,67%. Por ser, também, um dos princípios do Código, é estabelecido que os profissionais contábeis devem cumprir com esse princípio, para evitar condutas que prejudiquem a imagem da profissão (CFC, 2019).

Diante disso, todo e qualquer profissional que presta serviço para a sociedade, principalmente, o contábil, deve manter um comportamento ético no decorrer de suas atividades profissionais para ser mais valorizado e engrandecer ainda mais a profissão.

O último bloco do questionário teve como objetivo analisar a percepção dos profissionais sobre o descumprimento do Código, questionando-os, inicialmente, se eles concordavam ou não que as penalidades impostas contribuem para os contadores não cometerem tantas infrações. Os dados são apresentados no Gráfico 16.

Gráfico 16. As penalidades impostas pelo Código de Ética Profissional do Contador, contribuem para os contadores não cometerem tantas infrações



Fonte: Elaborado pelas autoras (2022).

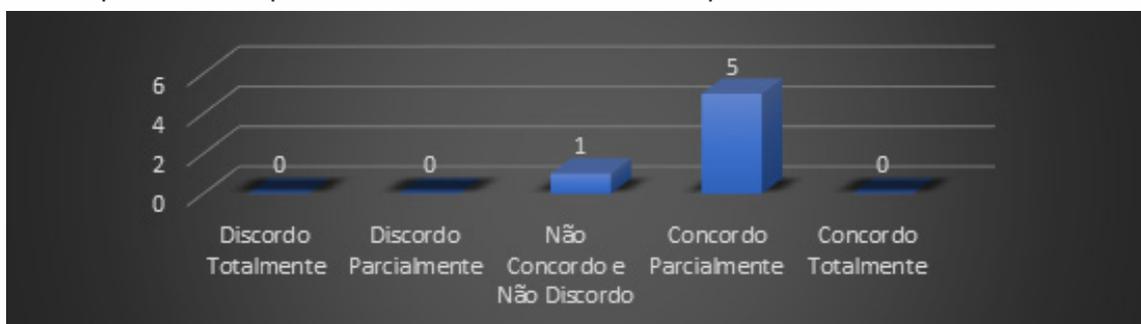
Deparando-se com as respostas, 50% dos profissionais concordaram parcialmente sobre a contribuição das penalidades, 16,67% “discordou parcialmente”, 16,66% optaram pela neutralidade, e

16,67% “concordou totalmente”. Diante dessa alternativa, o CEPC institui três tipos de penalidades que os contabilistas poderão sofrer caso descumpram algum preceito nele estabelecido: censura reservada, censura pública ou advertência reservada (CFC, 2019).

Lopes de Sá (2015, p. 142) destaca que, “grande parte dos erros cometidos derivam-se em parte do pouco conhecimento sobre a conduta, ou seja, da educação insuficiente, e outra parte, bem menor, deriva-se de atos propositalmente praticados”. À vista disso, percebe-se o quanto é crucial que os profissionais estudem o código imposto a eles sempre que forem realizar algo no exercício de trabalho, além da fiscalização frequente por parte dos órgãos competentes.

No que se refere às consequências aplicadas aos profissionais, os entrevistados destacaram, na questão do Gráfico 17, seus níveis de concordância quanto à clareza do código de ética.

Gráfico 17. O CEPC é claro quanto às suas especificações, principalmente, em relação às consequências aplicadas aos profissionais em caso do não cumprimento das normas



Fonte: Elaborado pelas autoras (2022).

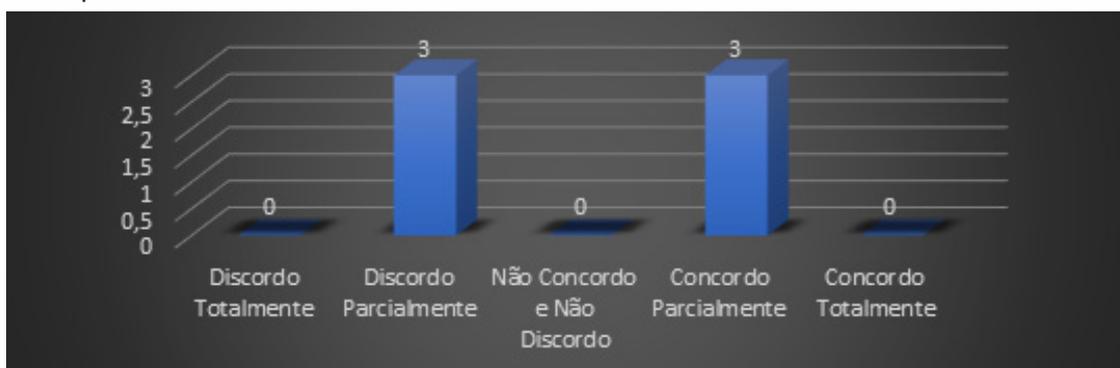
Ao analisar as respostas dos participantes, o Gráfico 17 mostra que 83,33% concordaram com o questionamento, mas, de maneira parcial, enquanto 16,67% mantiveram-se em neutralidade.

A NBC PG 01 divide-se em seis tópicos (objetivos; deveres, vedações e permissibilidades; valor e publicidade dos serviços profissionais; deveres em relação aos colegas e à classe; penalidades; e disposições gerais) e, nos itens 20 a 23 da norma, especifica justamente sobre as consequências que são aplicadas (CFC, 2019).

Portanto, percebe-se a clareza do Código de Ética quanto às suas especificações, tendo visto que estes tópicos servem justamente para que os profissionais possam se pautar para exercerem a contabilidade de forma ética e responsável, conforme determina o CFC.

Encerrando o último bloco, os entrevistados foram questionados sobre os fatores que levam os contadores a não serem totalmente éticos. O Gráfico 18 mostra os resultados obtidos.

Figura 18. Uma fiscalização ineficiente dos órgãos reguladores e a alta carga tributária do país são fatores que levam os contadores a não serem totalmente éticos.



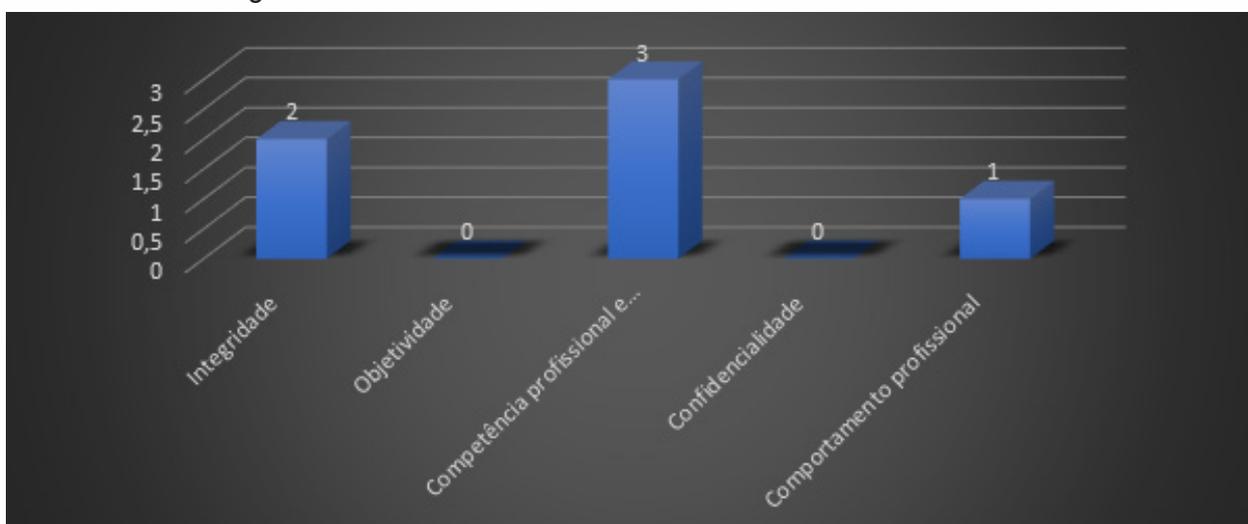
Fonte: Elaborado pelas autoras (2022).

Verifica-se, conforme a análise dos dados, que 50% dos entrevistados optaram por “discordar parcialmente” e 50% “concordam parcialmente”. Perante essas respostas, constata-se que pode haver outros fatores que facilitam a conduta antiética. Diante disso, Silva (2019) salienta que a maximização de lucros é um dos fatores principais que instiga o contador a faltar com ética no ambiente de trabalho.

Lopes de Sá (2015, p. 142) realça a importância da fiscalização por parte dos órgãos reguladores quando diz que eles “assumem, por conseguinte, um papel relevante de garantia sobre a qualidade dos serviços prestados e da conduta humana dos profissionais”. Nota-se que quando existe uma fiscalização contínua e eficiente, contribui para que os profissionais ajam conforme as leis e exerçam suas atividades de forma ética, garantindo que a profissão seja valorizada no mercado.

Por fim, para encerrar o questionário da pesquisa, os participantes foram indagados sobre qual dos cinco princípios éticos – Integridade, Objetividade, Competência profissional e devido zelo, Confidencialidade e Comportamento profissional – apresentados na NBC PG 100 (R1) – Cumprimento do Código, os profissionais mais infringem no exercício profissional, conforme Gráfico 19.

Gráfico 19. A NBC PG 100 (R1) – CUMPRIMENTO DO CÓDIGO apresenta 5 princípios que são fundamentais para o exercício da profissão. Na sua percepção, qual princípio os profissionais contábeis mais infringem?



Fonte: Elaborado pelas autoras (2022).

Os dados ilustram, que dos cinco princípios que estabelecem o padrão de comportamento esperado dos profissionais de contabilidade, três deles foram citados pelos participantes como os princípios mais infringidos pelos contadores. O princípio da “integridade” obteve 33,33% dos votos e, “comportamento profissional”, 16,67%, enquanto “competência profissional e devido zelo” obteve a maioria dos votos, representado pelos outros 50% dos participantes.

Andrade (2017), em sua obra, faz referência ao princípio da integridade quando diz que, pelo fato de o profissional contábil ser um elemento crucial para a sociedade, devido às atividades desempenhadas para aqueles que dependem dos serviços contábeis, ele deve atuar no mercado de trabalho de forma íntegra. Sobre o princípio do comportamento profissional, Bandeira (2020) faz menção ao cumprimento do Código, uma vez que, este rege o comportamento dos contabilistas no exercício profissional por meio de seus preceitos estabelecidos.

Diante do princípio da competência profissional e devido zelo, Lopes de Sá (2015, p. 170) resalta alguns fatores que os profissionais devem ter ao exercerem uma profissão: conhecimento, domínio, atualização e aperfeiçoamento. Além disso, complementa dizendo que, frente aos princípios éticos fundamentais, comete infração aquele que “aceita prestar serviços sem ter a competência necessária”.

Considerações Finais

Ao iniciar a pesquisa, constatou-se que a ética estava sendo exercida na prática dos serviços prestados pelos profissionais contábeis e, se eles utilizavam as normas e princípios éticos dentro das organizações para fornecerem uma gestão de qualidade aos usuários. Diante dos resultados coletados e analisados nesta pesquisa, pôde-se identificar que os profissionais contabilistas da cidade têm conhecimento sobre a relevância de possuírem uma conduta ética perante seus usuários, para que suas atividades sejam desempenhadas com exatidão.

Para a contabilidade, é fundamental que cada norma ética, principalmente, o CEPC, sejam seguidas corretamente, uma vez que, pelo fato de o profissional contábil acompanhar todo o processo de cada função que ele desempenha na sociedade, é de extrema necessidade que haja uma conduta que vai ao acordo de dispositivos éticos impostos a eles, sendo, imprescindível ter competência e zelo pela profissão que exerce.

Entretanto, um ponto negativo levantado é que justamente esse princípio foi apontado pelos participantes como o mais negligenciado pelos contadores, concluindo-se que há uma carência de conhecimento e domínio por parte de alguns profissionais que trabalham na área contábil, especificamente, em escritórios.

Como limitações deste estudo, percebeu-se que poderia ter sido feita uma coleta de dados com um número maior de participantes, mas, diante da quantidade de profissionais que atuam em escritórios, estão registrados no CRC e filiados ao ASCOBIP, só foi possível analisar uma população pequena. Entretanto, nota-se que a metodologia proposta conseguiu responder todos os tópicos necessários para chegar aos resultados e conclusões deste trabalho.

Espera-se que este estudo seja utilizado pelos profissionais como forma de contribuição nas ações dentro da organização de trabalho, buscando conhecer mais o código de ética que rege a pro-

fissão. Ademais, espera-se, também, que possa contribuir para o conhecimento dos acadêmicos em contabilidade, de modo que, eles saiam da universidade direto para o mercado de trabalho tendo uma ampla visão de como a ética deve ser exercida perante suas ações para com terceiros, pois, assim, os usuários terão maior confiança ao procurar seus serviços.

Referências

ANDRADE, I. R. S. **ÉTICA GERAL E PROFISSIONAL**. Salvador: UFBA, Faculdade de Ciências Contábeis; Superintendência de Educação a Distância, 2017. 65p. Disponível em: https://tagteam.harvard.edu/hub_feeds/4273/feed_items/3074383/content. Acesso em: 01 abr. 2022.

ANTONOVZ, T. **O contador e a ética profissional**. Livro Eletrônico. Curitiba: InterSaberes, 2019. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/176302>. Acesso em: 22 set. 2022.

BANDEIRA, L.S. **ÉTICA PROFISSIONAL DO CONTADOR: Atualizado com o Novo Código de Ética Profissional do Contador (NBC PG 01) e com o Código de Ética Internacional do IFAC**. Palmas, TO: Edição do Autor, 2020.

BRASIL. **DECRETO-LEI Nº 9.295, DE 27 DE MAIO DE 1946**. Cria o Conselho Federal de Contabilidade, define as atribuições do Contador e do Guarda-livros, e dá outras providências. Lex: coletânea de legislação: edição federal, Rio de Janeiro, 1946. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del9295.htm. Acesso em: 02 abr. 2022.

CAMARGO, M. **Fundamentos de ética geral e profissional**. 13. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **RESOLUÇÃO CFC Nº 1.486 de 11 de fevereiro de 2021**. DOU 22/05/2015. Regulamenta o Exame de Suficiência como requisito para obtenção de Registro Profissional em Conselho Regional de Contabilidade (CRC). Disponível em https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/Res_1486.pdf. Acesso em: 02 abr. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **RESOLUÇÃO CFC Nº 1707 de 25 de outubro de 2023**. DOU 21/11/2023. Dispõe sobre o Registro Profissional dos Contadores. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=452096>. Acesso em: 05 mar. 2024.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Norma Brasileira de Contabilidade, NBC PG 01, de 07 de fevereiro de 2019**. DOU 14/02/2019. Aprova a NBC PG 01 – Código de Ética Profissional do Contador. Disponível em: <https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCPG01.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Norma Brasileira de Contabilidade, NBC PG 100 (R1), de 21 de novembro de 2019**. DOU 27/11/2019. Dá nova redação à NBC PG 100, que dispõe sobre o cumprimento do código, dos princípios fundamentais e da estrutura conceitual. Disponível em: [https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCPG100\(R1\).pdf](https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCPG100(R1).pdf). Acesso em: 02 abr. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Norma Brasileira de Contabilidade, NBC PG 200 (R1), de 21 de novembro de 2019**. DOU 27/11/2019. Dá nova redação à NBC PG 200, que dispõe

- sobre contadores empregados (contadores internos). Disponível em: [https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCPG200\(R1\).pdf](https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCPG200(R1).pdf). Acesso em: 02 abr. 2022.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Norma Brasileira de Contabilidade, NBC PG 300 (R1), de 21 de novembro de 2019**. DOU 27/11/2019. Dá nova redação à NBC PG 300, que dispõe sobre contadores que prestam serviços (contadores externos). Disponível em: [https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCPG300\(R1\).pdf](https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCPG300(R1).pdf). Acesso em: 02 abr. 2022.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Profissionais Ativos nos Conselhos Regionais de Contabilidade agrupados por Categoria -19/08/2022**. Vice-Presidência de Registro - Coordenadoria de Registro, 2022. Disponível em: <https://www3.cfc.org.br/spw/crcs/ConsultaPorRegiao.aspx?Tipo=>. Acesso em: 19 ago. 2022.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Abordagens éticas para o profissional contábil**. Brasília: CFC, 2003. 90 p. Disponível em: https://cfc.org.br/wpcontent/uploads/2018/04/1_livro_abord_etica-pdf.pdf. Acesso em: 22 ago. 2022.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Organizações Contábeis Ativas nos Conselhos Regionais de Contabilidade**, 2022. Disponível em: <https://www3.cfc.org.br/spw/crcs/ConselhoRegionalAtivo.aspx>. Acesso em: 20 mar. 2022.
- CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE. **Consulta Cadastral**, 2022. Disponível em: <https://servicos.crcto.org.br/spwto/ConsultaCadastral/TelaConsultaPublicaCompleta.aspx>. Acesso em: 19 mar. 2022.
- CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SANTA CATARINA. **Segurança da Informação Contábil: dicas para resguardar os dados do seu escritório e de seus clientes**. Florianópolis: CRCSC, 2021. E-book. Disponível em: <https://www.crcsc.org.br/uploads/noticia/18614/Gk11K-plcm7KQgjF-Fs8HiFk2auOXhsRP.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2022.
- GONÇALVES, J. R. *et al.* **Ética Geral e Profissional: ensaio e reflexões**. Brasília: Processus, 2016.
- KOUNROUZAN, M. C. **O Perfil do Profissional Contábil**. São Paulo: Faculdade Oswaldo Cruz, 2014. Disponível em: <https://www.oswaldocruz.br/download/artigos/social17.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2022.
- KUBIAK, V. L. **A IMPORTÂNCIA DA ÉTICA NA VALORIZAÇÃO DO PROFISSIONAL CONTÁBIL**. Farroupilha, RS: Universidade de Caxias do Sul, Centro de Ciências Econômicas, Contábeis e de Comércio Internacional, 2012. 74p. Disponível em: <https://repositorio.ucs.br/handle/11338/1614>. Acesso em: 01 abr. 2022.
- LOPES DE SÁ, A. **ÉTICA PROFISSIONAL**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2015.
- MARION, J. C. **Contabilidade Básica**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2015a.
- MARION, J. C. **Contabilidade Empresarial**. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2015b.
- MULLER, A. N. **Contabilidade básica: fundamentos essenciais**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/384>. Acesso em: 22 set.

2022

OLIVEIRA, A. R. Ética Profissional. Belém: IFPA; Santa Maria: UFSM, 2012. Disponível em: https://tagteam.harvard.edu/hub_feeds/4273/feed_items/3074383/content. Acesso em: 01 abr. 2022.

PATUSSI, J. S. **Atuação profissional do estudante e do bacharel formado em ciências contábeis pelo Centro Universitário UNIVATES**. Lageado, 2015. Disponível em: <https://www.univates.br/bdu/bitstream/10737/822/1/2015JoanaSchnorrPattussi.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2022.

SANTOS, I. E. **Manual de métodos e técnicas de pesquisa científica**. 11. ed. Niterói, RJ: Impetus, 2015.

SILVA, É. G. B. Ética Profissional. Alegrete, RS: Instituto Federal Farroupilha, 2019. Disponível em: https://tagteam.harvard.edu/hub_feeds/4273/feed_items/3074383/content. Acesso em: 01 abr. 2022.

TRAVASSOS, M. **Contabilidade Básica** - Atualizada pelas leis 11.638/2007 e nº 11.941/2009 e regras emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2022. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/198566>. Acesso em: 22 set. 2022.

EVIDENCIAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DO SETOR PÚBLICO NO EXTREMO NORTE DO ESTADO DO TOCANTINS

Edson da Silva de Oliveira³

Ana Paula Monteiro de Oliveira⁴

Daniel da Silva Félix⁵

Introdução

Há tempos, a gestão pública tem sido um ponto primordial para o desenvolvimento da sociedade como um todo. Partindo disso, nos primeiros anos da República Brasileira, surgiu a necessidade de a contabilidade ser uma ferramenta que possibilitasse uma melhor gestão e facilitasse as tomadas de decisões. A partir de então, o poder público moldado por leis e regulamentações é obrigado a elaborar, de forma compreensível, e divulgar para os seus usuários as suas demonstrações contábeis.

Mediante pesquisas anteriores, observou-se que já houve estudos quanto à evidenciação e divulgação das demonstrações contábeis públicas pelos entes federativos e União, como também de algumas poucas regiões do país. Como exemplo, a pesquisa de Meneses (2011) e Santos (2017). Meneses (2011) afirma que a evidenciação das demonstrações contábeis, com foco no processo de convergência das normas de Contabilidade aplicadas ao setor público, ainda não foi suficientemente debatida na arena acadêmica. Surgindo dessa forma, o seguinte questionamento: As demonstrações contábeis públicas dos municípios da microrregião do extremo norte do estado do Tocantins, especificamente na região do Bico do Papagaio, estão de acordo com as normas contábeis de elaborações e divulgações?

De modo geral, a pesquisa objetivou analisar o grau de evidenciação das informações contábeis produzidas pelo setor público no âmbito municipal do Bico do Papagaio (extremo norte do Tocantins).

Apresentando como objetivos específicos, têm-se: verificar as demonstrações contábeis e os normativos, bem como suas elaborações; investigar se há publicações dos demonstrativos contábeis de caráter público social nos sites oficiais das prefeituras municipais; analisar se as demonstrações (Balanço Patrimonial e Notas Explicativas) realizadas pelas prefeituras municipais obedecem aos quesitos básicos apresentados pelas normas brasileiras aplicadas ao setor público municipal; exibir, em gráficos comparativos, o grau em porcentagens das publicações destes demonstrativos entre as cidades que apresentam em seus sites oficiais e/ou os que são possíveis encontrar em sites estaduais ou federais.

A pesquisa ocorreu na microrregião do Bico do Papagaio, localizada no extremo norte do Estado do Tocantins, composta por vinte e cinco cidades. Deste universo, a amostra foi representada por 30%, ou seja, sete cidades, por considerar que este percentual era significativo para a pesquisa.

3 Pós-Graduando em Gestão Financeira e Controladoria pela FAVENI. Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS).

4 Mestre em Ciências Ambientais pela Universidade de Taubaté (UNITAU). Especialista em Metodologia do Ensino Superior pelo Instituto Nordeste de Educação Superior e Pós-graduação (INESPO)

5 Doutorando em Ciências Contábeis pela Universidade de Brasília (UNB). Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade Vale do Rio dos Sinos. Professor na Universidade Federal do Tocantins (UFT – Campus Palmas (TO)).

Foram pesquisadas as cidades de maior população da referida microrregião, assim referenciadas pelo Censo de 2010, do IBGE, a saber: Augustinópolis, Araguatins, Axixá, Buriti do Tocantins, Esperantina, São Miguel do Tocantins e Tocantinópolis.

A pesquisa exerce sua relevância a partir do momento em que pode contribuir na disseminação das informações patrimoniais, bem como da importância das notas explicativas dadas pelos municípios, os quais têm obrigatoriedade de prestá-las. Proporcionou ainda, um maior conhecimento aos seus leitores, da mesma maneira que a divulgação para o acesso de direito dos cidadãos e do grau de evidenciação das informações contábeis públicas, na região estudada.

O estudo, com a finalidade de facilitar o entendimento do assunto, foi organizado em tópicos. A metodologia utilizada possibilitou a coleta e análise dos dados por meio de pesquisa bibliográfica e documental, de caráter descritivo-exploratória, com cunho analítico, desenvolvida por meio de abordagem qualitativa, fazendo uso de dados quantitativos, para simplificar o entendimento e comprovar ou refutar as hipóteses iniciais.

Para estas hipóteses, utilizou-se como primária a seguinte afirmação: as prefeituras municipais do extremo norte do Tocantins não são evidentes e transparentes quanto as suas demonstrações à luz do que as leis e normas contábeis públicas brasileiras exigem. Nas hipóteses secundárias grande parte das prefeituras estudadas não possuem informações da gestão, tornando suas demonstrações contábeis inevidentes.

Além de não apresentar transparência satisfatória, as demonstrações contábeis das prefeituras pesquisadas no extremo norte do Tocantins (Bico do Papagaio) são superficiais, demonstrando que os gestores e/ou contadores das prefeituras também não se atentam ao detalhamento dos atos e fatos nestas registradas, especificando apenas os valores dos grupos e/ou contas de modo generalizado, ou seja, sem os registros de suas respectivas evidências.

Fundamentação Teórica

A Contabilidade

A contabilidade enquanto ciência é indispensável para a sociedade, já que se move por ações de interesse social e que tem por objeto de estudo o patrimônio, podendo este ser privado (físico e/ou jurídico) ou público. Conforme Araújo e Arruda (2009, p.18), “a contabilidade pode ser definida como o sistema de informações capaz de captar, registrar, reunir, divulgar e interpretar os fenômenos avaliáveis monetariamente que afetam as situações patrimoniais, financeiras e econômicas de qualquer ente”.

Sendo utilizada há décadas, a contabilidade está ligada às empresas privadas, instituições públicas e/ou as sem fins lucrativos, para possibilitar uma maior organização, evidenciação, controle ou simplesmente para cumprir a legislação governamental e contábil. Ao que Cardoso, Souza e Almeida (2006) narram que “[...] a contabilidade também passou a ser questionada quanto à validade e à utilidade de suas práticas, que compreendem um conjunto de informações que objetivam subsidiar todo o processo de gestão dos negócios”.

Com a finalidade de maior regulamentação das normas contábeis em território brasileiro, no

ano de 1946, foi criado o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com seus respectivos Conselhos Regionais de Contabilidade (CRC's). Juntos, eles agem em prol do desenvolvimento da contabilidade, visando enquadrá-la nos moldes internacionais que, segundo Santos e Araújo (2016), abrangem, hoje, 143 países ao redor do mundo.

É relevante destacar que a contabilidade, no Brasil, ganhou uma maior importância a partir do reconhecimento do curso superior de Ciências Contábeis, por meio do Decreto-Lei nº 7.988, de 22 de setembro de 1945, e que já trazia dentro de sua grade curricular disciplina voltada para a contabilidade no setor público, conforme estabelecido no CFC (2016), no livro '70 anos de contabilidade'.

A contabilidade pública no Brasil e suas convergências

A contabilidade pública não difere das demais ramificações, pois ela sofre constantes mudanças para uma maior eficiência e padronização em nível nacional e internacional. São padrões de alta qualidade a fim de melhorar as elaborações das demonstrações contábeis realizadas pelo setor público e são estabelecidas também regras quanto ao reconhecimento, mensuração, apresentação e evidenciação destas demonstrações (Gama *et al.*, 2014).

A contabilidade pública está para a Federação e seus entes federativos - Estados ou municípios - tendo por base a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964. Nesse sentido, a contabilidade privada está para as empresas com fins lucrativos, regidas pela Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e suas alterações, dada como lei das sociedades por ações.

De acordo com Kohama (2016, p. 25), a Contadoria Central do Estado, em 1954, conceituou a contabilidade pública como “o ramo da ciência que estuda, orienta, controla, demonstra à organização e execução da fazenda pública, o patrimônio público e suas variações”.

Sabe-se, portanto, que objeto de contabilidade geral é o patrimônio. A contabilidade pública, porém, não tem só interesse no patrimônio e nas variações nele ocorridas, mas também se volta para o orçamento e sua execução, tratando da previsão e arrecadação da receita e ainda da fixação e a execução da despesa. Em outras palavras, afirma Sá e Sá (1990, p.99 *apud* Araújo; Arruda, 2009) ao dizer que a contabilidade pública é:

A contabilidade aplicada às entidades públicas, cuja finalidade é determinar “os” procedimentos normativos para que os fatos decorrentes da gestão orçamentária, financeira e patrimonial das mesmas realizem-se em perfeita ordem e sejam registrados sistematicamente, de modo a mostrar, em épocas prefixadas, os respectivos resultados.

Para tanto, a Contabilidade na área Pública, além de registrar todos os fatos contábeis (modificativos, permutativos e mistos), faz lançamento também dos atos realizados pelo administrador público, que possivelmente pode alterar qualitativa e/ou quantitativamente o patrimônio. Assim, Araújo e Arruda (2009, p. 13) declaram que a “administração pública, [...], é baseada numa estrutura de graduação de autoridade, [...], ordenada pelo poder executivo de forma que distribua e organize as funções de seus órgãos e agentes, estabelecendo a relação de subordinação”.

Por outro lado, as recentes mudanças dadas pela convergência das normas contábeis públicas e das normas internacionais, por meio do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), tem

proporcionado uma eficiência cada vez significativa no desenvolver das práticas contábeis de caráter público. Assim, exprimiu Lima, Santana e Guedes (2009) que o CFC em função da modernização e do aperfeiçoamento da gestão para a evidenciação do patrimônio público tem se voltado para o fortalecimento da contabilidade pública e a convergência às normas internacionais de Contabilidade.

Ainda, de acordo com Guedes (2016), para que houvesse a convergência da contabilidade brasileira com as normas internacionais, foi criado um **Comitê Gestor da Convergência**, que buscou estabelecer um conjunto de ações na forma de orientações para o setor público.

Guedes (2016) expôs ainda que, no documento divulgado pelo CFC, intitulado “Orientações estratégicas para a contabilidade aplicada ao setor público” (Brasil, 2015), são definidas algumas orientações, dentre as quais se destacam:

A implementação de procedimentos e práticas contábeis que permitam o reconhecimento, a mensuração, a avaliação, e a **evidenciação dos elementos que integram o patrimônio público**; melhoria das informações que integram as demonstrações contábeis e os relatórios necessários à consolidação das contas nacionais (Brasil, 2015, s.p, grifo nosso)

Transparência e evidenciação do setor público

O processo de transparência pública é indispensável para todos os órgãos da Administração Pública desde o ano 2010. Desde então os portais da transparência passaram a ser obrigatórios devido à Lei Complementar Federal nº 131, de 27 de maio de 2009 – LC nº 131/2009, possibilitando ao cidadão comum acompanhar a gestão de seus representantes, assim evidenciados nos documentos de prestação de contas. Neto *et al.* (2007) afirmam que a transparência propõe a publicidade, a compreensibilidade, a utilidade para decisões e que a interação de ambos propicia a plena transparência.

Por sua vez, Andrade afirma (2013) que o portal da transparência tem o objetivo de divulgar dados e informações dos órgãos da Administração Pública na internet. E ainda, que a LC nº 131/2009 realizou alterações e criações de novos artigos perante a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), com vistas a permitir uma maior transparência.

Demonstrações contábeis públicas

Sabe-se que, em parte, ainda não acontecem como deveriam a evidenciação e as divulgações das demonstrações contábeis. Como apresentado, por exemplo, nos resultados da pesquisa de Santos (2017), realizada nos municípios do estado de Rondônia, no ano 2014, apenas 37,66% das unidades pesquisadas apresentaram de forma evidente o balanço patrimonial. Sendo estas assim realizadas de forma meramente técnica, o que não permite a outros usuários (cidadão comum e entre outros) sem prévio conhecimento da área utilizá-los para uma análise, de situações ao qual deveria ser possível diagnosticar.

Como especifica a NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL, o objetivo das demonstrações contábeis realizadas pelas entidades do setor público é fornecer informações úteis sobre a entidade a que se refere determinada demonstração, assim dadas aos usuários para fins de prestações de contas, responsabilização e para a tomada de decisão. Conhece-se, por meio de Kohama (2016), que as demonstrações contábeis dadas pelas normas brasileiras e pela Lei Federal nº 4.320/64 são:

- Balanço Patrimonial;
- Balanço Orçamentário;
- Balanço Financeiro;
- Demonstração das Variações Patrimoniais;
- Demonstração das Mutações do patrimônio líquido; e,
- Demonstração do Resultado Econômico.

A norma mais recente, criada em 2016, denominada NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL, em se tratando de uma “Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral Pelas Entidades do Setor Público”, trouxe a revogação de nove resoluções anteriores e algumas mudanças em mais três outras. Ainda de acordo o CFC, esta norma faz parte do processo de convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade aos padrões internacionais.

Além dessas normas, surgiu o MCASP, que também favorece o conhecimento para a realização da prática contábil pelos profissionais agentes no Setor público, englobando ainda o modelo padrão de plano de contas a ser utilizado pelo setor. Rosa *et al.* (2018, p. 44) afirmam que:

[...] em 2009, a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), que passara a ter a incumbência de ditar normas de contabilidade pública para todos os órgãos públicos nacionais, elaborou o MCASP – Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, trazendo a obrigatoriedade de adoção das práticas contábeis presentes nas NBCASP, tendo sua vigência iniciada a partir de 2010, após sua validação através de discussões junto à classe contábil, Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e Conselhos Regionais de Contabilidade (CRCs).

O plano de contas, de acordo com o PCASP, deve apresentar estrutura que possibilite uma melhor análise dos resultados apresentados e assim também obedecer à lei da transparência (LC nº 131/2009). Silva (2011) diz também que essa “padronização é imprescindível para dar cumprimento ao dispositivo da LRF que estabelece a obrigatoriedade de consolidação do plano de contas públicas nas unidades da federação”.

Balanço Patrimonial

Não diferentemente do Balanço Patrimonial do setor privado, este instrumento aplicado ao setor público se divide em: Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido. Esse balanço se faz no final do exercício (geralmente em 31 de dezembro do ano em questão), representando os bens, direitos e obrigações acumulados em certo momento. Neste sentido, o MCASP (2018, s.p) enfatiza que:

[...] o Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação [...].

O ativo e o passivo dentro do balanço patrimonial realizado na área pública, segundo Kohama (2016), tem subdivisão em: Circulante e Não circulante, sendo o patrimônio líquido também parte do passivo, seguindo assim as orientações dadas pelo MCASP (2018).

Segundo aponta Silva (2011):

[...] a classificação, tanto dos ativos como dos passivos, tem gerado inúmeras discussões, tendo em vista o entendimento de alguns autores no sentido de que a lei n.º 4.320/64 estabeleceu um critério rígido e imutável ao estabelecer que os elementos patrimoniais devem estar segregados em financeiro, [...] e em permanente[...].

Por outro lado, o Balanço se faz importante na medida em que este permite a realização e observação de todo o patrimônio público sob o enfoque patrimonial. Sendo ele composto, de acordo com Guedes (2016), por duas orientações quanto à ordem de apresentação de seus itens: a liquidez e a exigibilidade. A liquidez se aplica para a organização dos itens do ativo, enquanto o lado do passivo se estrutura seguindo a exigibilidade.

Notas Explicativas

As notas explicativas apresentam grande significância no processo de transmissão das informações contábeis para a sociedade, fornecendo um maior esclarecimento e transparência dos dados existentes nas demonstrações, podendo trazer informações adicionais relevantes aos usuários e proporcionar o correto entendimento das contas públicas. Pois, de acordo com Neto *et al.* (2007, p. 91), “é frequente a ausência de notas explicativas junto aos demonstrativos contábeis, evidenciando que o ente público não está cumprindo a legislação nem atendendo os interesses dos usuários”.

Em conformidade com o conteúdo, a NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL (Item 8.61) diz que a “informação evidenciada nas notas explicativas às demonstrações contábeis é organizada de modo que as relações com os itens evidenciados nas demonstrações contábeis sejam claras”. Sendo essas partes integrantes das demonstrações contábeis.

De acordo o MCASP, é recomendado que as notas explicativas evidenciem os seguintes itens:

- Créditos a Curto Prazo e a Longo Prazo;
- Imobilizado;
- Intangível;
- Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Curto Prazo e a Longo Prazo;
- Provisões a Curto Prazo e a Longo Prazo, segregando as provisões para benefícios a empregados dos demais itens;
- Componentes do patrimônio líquido, segregando o capital integralizado, resultados acumulados e quaisquer reservas; e,
- Demais elementos patrimoniais, quando relevantes.

Em consonância com a NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL, a informação evidenciada nas notas explicativas é necessária para que os usuários compreendam as demonstrações contábeis. Ou seja, elas são essenciais na medida em que fornecem informações às demonstrações contábeis no contexto da entidade e de seu ambiente operacional. E que por outro lado geralmente tem relação clara e demonstrável com a informação exposta nas demonstrações contábeis (MCASP, 2018).

Metodologia

A pesquisa foi caracterizada como bibliográfica e documental. Em relação aos objetivos, foi de caráter exploratória e descritiva, sob natureza qualitativa e quantitativa e classificada ao objeto como um estudo de casos múltiplos.

Utilizaram-se como meios da pesquisa: livros, artigos, revistas científicas, dissertações e teses publicadas, além de fontes primárias extraídas dos sites de prestação de contas do estado do Tocantins. As demonstrações contábeis (balanço patrimonial e notas explicativas), pertinente ao triênio 2016-2018, foram os documentos oficiais do estudo.

A pesquisa foi realizada na microrregião do Bico do Papagaio, localizada no extremo norte do estado do Tocantins, composta por vinte e cinco cidades e suas respectivas prefeituras. Deste universo, pesquisaram-se 30% delas, perfazendo um total de sete (7) prefeituras das seguintes cidades: Augustinópolis, Araguatins, Axixá, Buriti do Tocantins, Esperantina, São Miguel do Tocantins e Tocantinópolis, selecionadas dentre as mais populosas na microrregião, conforme o IBGE em seu último censo (2010).

Quanto a coleta dos dados, a pesquisa realizou-se com base nas informações das páginas eletrônicas das sete cidades que compõem a amostra da pesquisa, bem como de sites estaduais da transparência e/ou de auditoria pública das demonstrações (Portal do Cidadão) e do Tesouro Nacional-Sinconfi.

Ainda na coleta de dados, com objetivo de mensurar a evidenciação das demonstrações contábeis públicas, utilizou-se, após modificações para uma melhor eficiência no processo de análise, método semelhante ao desenvolvido por Meneses (2011), denominado de “Métrica para Evidenciação e Coleta de Dados do Nível de Evidenciação das Demonstrações Contábeis [...]”. Composta de dez itens analíticos para o Balanço Patrimonial e quatro para as notas explicativas, conforme Quadro 1.

Quadro 1. Métrica de análise do nível de evidenciação das demonstrações contábeis.

UNIDADE DE ANÁLISE	FONTE	CATEGORIAS
BALANÇO PATRIMONIAL	MCASP - Demonstrações Contábeis e Procedimentos Contábeis	Segrega os ativos e os passivos em circulantes e não circulantes.
		Não utiliza contas genéricas, tais como “outras” contas a receber, e/ou a pagar.
		Evidencia os saldos referentes às contas de compensação.
		Apresenta contas redutoras no ativo, tais como: depreciação, amortização, exaustão e redução ao valor recuperável.
		Apresenta o Patrimônio Líquido, conforme determina o MCASP.
		Segrega os ativos e passivos em financeiro e permanente.
		É evidenciado o demonstrativo de superávit/déficit financeiro, apurado no Balanço Patrimonial.
	NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL e NBC TSP 11.	No Patrimônio Líquido, é demonstrado o resultado do período segregado dos resultados acumulados de períodos anteriores.
		As transações efetuadas com terceiros são evidenciadas de forma segregada.
		Faz uso de: Notas explicativas;
NOTAS EXPLICATIVAS	NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL	Inclui os critérios utilizados na elaboração das demonstrações contábeis.
		Divulga demais informações, tais como: patrimoniais, orçamentárias, econômicas, financeiras, legais, físicas, sociais e de desempenho.
		Os detalhamentos dos montantes expostos nas demonstrações.
		Apresenta outros eventos não suficientemente evidenciados ou não constantes nas referidas demonstrações.

Fonte: Adaptado de Meneses (2011).

Por sua vez, a análise dos dados pesquisados se compôs da seguinte maneira: realizou-se uma breve análise das publicações, com o objetivo de realizar o cálculo do Nível Médio de Transparência (NMT) referente aos sete municípios, considerando o endereço eletrônico da prefeitura se este oferecia facilidade de acesso, e assim foram classificados como de “Fácil”, “Médio”, “Difícil”; e “Não se pratica (N.P)”.

Analisaram-se as Demonstrações Contábeis encontradas mediante conferência frente às normas contábeis, especificadamente analisadas de acordo as NBCs 11 e NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL e/ou outras pertinentes dadas pelo Manual de Contabilidade aplicada ao Setor Público (MCASP).

Para concluir, o nível (grau) de evidenciação das demonstrações analisadas, determinaram-se três classificações: elevado, moderado e insuficiente. Sendo que as prefeituras que atenderam entre nenhum a 1/3 dos elementos de evidenciação, foram classificadas com nível de evidenciação “insufi-

ciente”, as constatadas entre 1/3 a 2/3, como nível “moderado” e as que obtiveram a partir de 2/3 dos elementos encontrados, classificadas como “elevado” níveis de evidenciação em relação às normas aplicadas à contabilidade pública no período de ocorrência dos fatos.

Resultados e discussão

Do acesso à informação: transparência dos municípios

Antes da real análise das prestações de contas, de acordo com a metodologia estabelecida, buscou-se averiguar se estavam devidamente divulgadas por meio dos sites oficiais dos municípios utilizados como amostra da microrregião do extremo norte do estado do Tocantins.

Observou-se que os municípios não publicam o fechamento da contabilidade municipal dada assim pelo balanço patrimonial, mas simplesmente realizam a prestação de contas em vista do cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, mediante alguns demonstrativos e do balanço orçamentário de forma segmentada (bimestral, trimestral e/ou semestral).

Dentre os sites municipais analisados, a grande parte apresenta a opção que deveria constar as demonstrações como exigido no MCASP, estando esta, porém sem o Balanço Patrimonial de nenhum ano foco desta pesquisa (2016, 2017 e 2018), como ilustrado na Figura 1, por exemplo, na imagem referente ao site da Prefeitura de Tocantinópolis.

Figura 1- Pesquisa das Demonstrações Municipais.

The screenshot shows a web browser interface for the transparency portal of Tocantinópolis. The main content area is titled 'Balanco Geral' and features a search bar with 'Órgão' set to 'PREFEITURA MUNICIPAL DE TOCANTINOP...' and 'Ano' set to '2016'. Below the search bar, there is a table of reports:

Relatórios	Mais Informações
Anexo X	Não Publicado
Anexo XI	Não Publicado
Anexo XII	Não Publicado
Anexo XIII	Não Publicado
Anexo XIV	Não Publicado
Anexo XV	Não Publicado

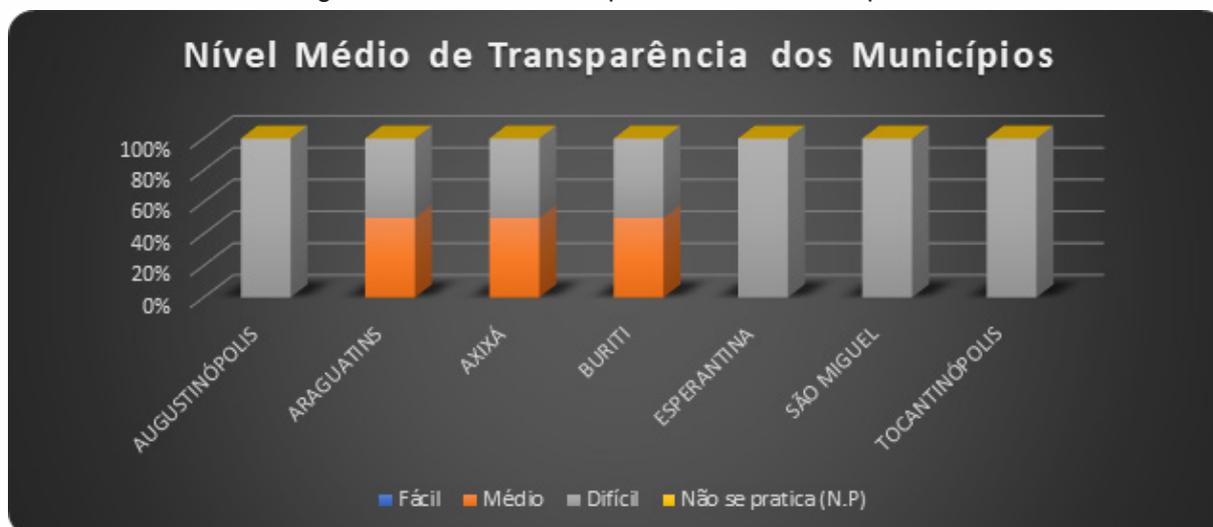
At the bottom of the table, it states: 'Dados obtidos de: <https://tocantinopolis.megasofttransparencia.com.br>'.

Fonte: Site da prefeitura Municipal de Tocantinópolis-TO (/2024).

O site da prefeitura de Tocantinópolis, por sua vez, representa o modelo mais comum dos sites das prefeituras pesquisadas. Apresenta a aba denominada: “Balanco Anual”, encontrada dentro do portal da transparência disponibilizado pelo município. Neste, porém, ao marcar a exibição de todos os relatórios, somente dispõem dos balanços: orçamentários, financeiros e comparativos de despesas/

receitas, dados somente dos exercícios até o ano de 2015. Os anos posteriores não foram encontrados. Entende-se que o balanço patrimonial não se apresenta, pelas prefeituras, como um demonstrativo importante na prestação das informações do patrimônio público perante a sociedade.

Gráfico 1 – Porcentagem do Nível de Transparência dos Municípios



Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa (2019).

Observa-se no Gráfico 1, que das sete cidades pesquisadas, quatro delas tiveram sites classificados como de difícil acesso, sendo elas: Augustinópolis, Esperantina, São Miguel do Tocantins e Tocantinópolis, que além de não publicados os balanços patrimoniais dos anos correspondentes a esta pesquisa, também não dispunham de *link* ou aba que direcionasse a site estadual/federal (por exemplo: TCE), que fosse possível encontrá-los.

Vale ressaltar, que todos os balanços das prefeituras pesquisadas foram encontrados no site do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, pela aba “e-Contas”.

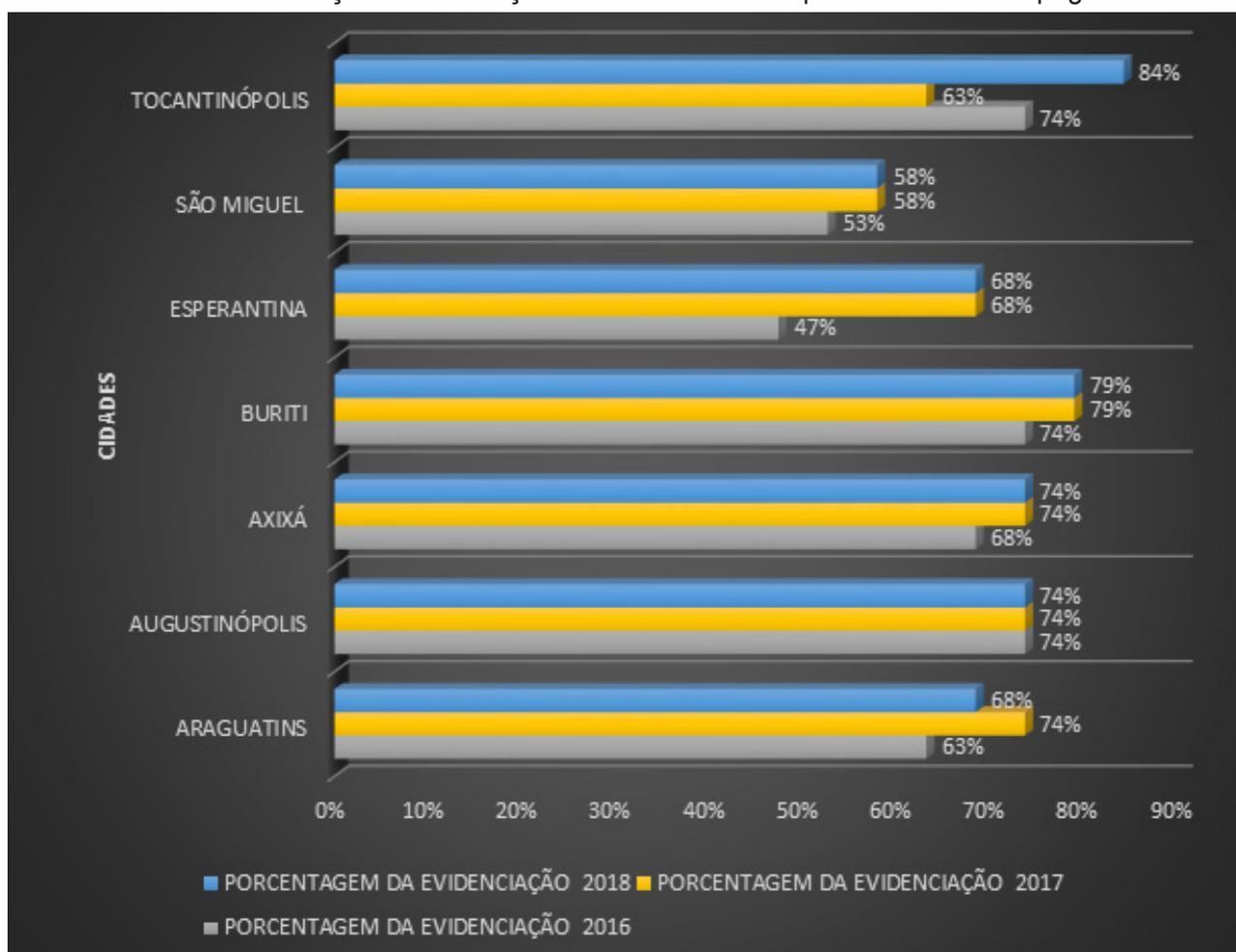
Da evidenciação do balanço patrimonial e das notas explicativas

Os subtópicos seguintes, expõem os resultados da análise das demonstrações contábeis (Balanço Patrimonial e Notas Explicativas), apresentadas pelas prefeituras municipais. Apurou-se o grau de evidenciação de tais demonstrações, quanto aos quesitos básicos de transparência e compreensão de ambas as demonstrações, e de cada uma individualmente, de modo que, minuciosamente, buscou-se o real cumprimento das normas brasileiras de contabilidade, aplicadas ao setor público municipal.

Da análise geral do balanço patrimonial: Cidades/Triênio (2016-2018)

Após a realização da análise dos 21 balanços patrimoniais correspondentes aos anos de 2016, 2017 e 2018, das sete cidades mais populosas do Bico do Papagaio, obtiveram-se os seguintes dados percentuais demonstrados no Gráfico 2.

Gráfico 2. Evidenciação dos Balanços Patrimoniais Municipais do Bico do Papagaio



Fonte: elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa. (2019).

Como apontado no Gráfico 2, nenhum balanço analisado no triênio 2016-2018 alcançou, de acordo com a métrica utilizada para essa análise, os 100% de evidenciação das informações a ele pertinentes, como determina o MCASP e as NBCs TSP ESTRUTURA CONCEITUAL e NBC TSP 11.

De modo geral, destaca-se que as Notas Explicativas correspondentes aos balanços analisados (se de fato existem) não foram encontradas nas pesquisas realizadas, tanto no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI) quanto no site estadual (Tribunal de Contas do Estado do Tocantins), e muito menos nos sites das prefeituras municipais referentes. Para tanto, quanto à análise dos balanços patrimoniais, a fim de apurar a evidenciação, destaca-se de modo específico que as cidades de:

- **ARAGUATINS:** apresentou 63% de evidenciação, sendo a menor nota no triênio analisado, correspondendo esta ao ano de 2016, tendo posteriormente uma elevação para 74% de evidenciação do balanço patrimonial no ano de 2017 – foi uma maior porcentagem se comparado ao ano 2018, que evidenciou apenas 68% de tal balanço.
- **AUGUSTINÓPOLIS:** por sua vez, manteve-se estável em 74% de evidenciação com relação aos balanços patrimoniais de 2016 a 2018. Em comparativo entre os itens analisados, observou-se apenas como diferença a falta de evidenciação (nota zero) das transações efetuadas com terceiros de forma segregada no ano 2017.

- **TOCANTINÓPOLIS:** foi, dentre as cidades utilizadas na amostra, a que melhor apresentou transparência e evidenciação de sua demonstração Balanço Patrimonial, apesar de ter variado de 74%, em 2016, para 68%, em 2017, e chegando aos 84% de evidenciação no balanço patrimonial do ano 2018, sendo esta a maior nota de evidenciação dentre todos os balanços analisados, correspondendo assim a 16 pontos de um total possível de 19 pontos que o balanço patrimonial poderia alcançar mediante a análise de evidenciação.

A Tabela 1 revela a pontuação adquirida por balanço patrimonial das cidades e anos analisados (2016-2018), como também a posição anual e geral do triênio. Destaca-se que dentre as notas de evidenciação atribuídas, após análise por meio da Métrica, a cidade de Esperantina recebeu escore 9 quanto à pontuação, sendo a menor nota do total de 21 dos balanços patrimoniais analisados. Como é possível observar na Tabela 1, a cidade de Tocantinópolis obteve escore 16, a maior nota alcançada dentre todas as cidades e seus respectivos balanços analisados. Outrossim, a média da pontuação conjunta de ambos os balanços patrimoniais dos municípios analisados, também representados na amostra da microrregião do Bico do Papagaio, foi de 13 pontos ou um percentual de 69%.

Tabela 1- Notas de Evidenciação e Posição Anual

CIDADES	NOTAS DA EVIDENCIAÇÃO			TOTAL GERAL DO TRIÊNIO	POSIÇÃO ANUAL			POSIÇÃO GERAL DO TRIÊNIO
	2016	2017	2018		2016	2017	2018	
ARAGUATINS	12	14	13	39	5º	2º	5º	5º
AUGUSTINÓPOLIS	14	14	14	42	2º	3º	3º	2º
AXIXÁ	13	14	14	41	4º	4º	4º	4º
BURITI DO TOCANTINS	14	15	15	44	1º	1º	2º	1º
ESPERANTINA	9	13	13	35	7º	5º	6º	6º
SÃO MIGUEL DO TOCANTINS	10	11	11	32	6º	7º	7º	7º
TOCANTINÓPOLIS	14	12	16	42	3º	6º	1º	3º

Fonte: elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa. (2019).

Notabiliza-se que nenhum balanço dentre os 21 analisados recebeu classificação de evidenciação como ‘Insuficiente’, uma vez que não se achou nenhum com percentagem de evidenciação entre 0 a 33% ou pontuação total menor que seis (6).

Enfatiza-se ainda que, no Quadro 2, aponta-se a devida classificação quanto ao nível de evidenciação anual para cada “CIDADE X ANO” de balanço analisado.

Quadro 2. Classificações dos balanços em cada ano e de modo geral (Triênio).

CIDADES	CLASSIFICAÇÃO QUANTO AO NÍVEL DE EVIDENCI- ÇÃO ANUAL			CLASSIFICAÇÃO GE- RAL NO TRIÊNIO
	2016	2017	2018	
ARAGUATINS	MODERADO	ELEVADO	ELEVADO	ELEVADO
AUGUSTINÓPOLIS	ELEVADO	ELEVADO	ELEVADO	ELEVADO
AXIXÁ	ELEVADO	ELEVADO	ELEVADO	ELEVADO
BURITI DO TOCANTINS	ELEVADO	ELEVADO	ELEVADO	ELEVADO
ESPERANTINA	MODERADO	ELEVADO	ELEVADO	MODERADO
SÃO MIGUEL DO TOCANTINS	MODERADO	MODERADO	MODERADO	MODERADO
TOCANTINÓPOLIS	ELEVADO	MODERADO	ELEVADO	ELEVADO

Fonte: elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa. (2019).

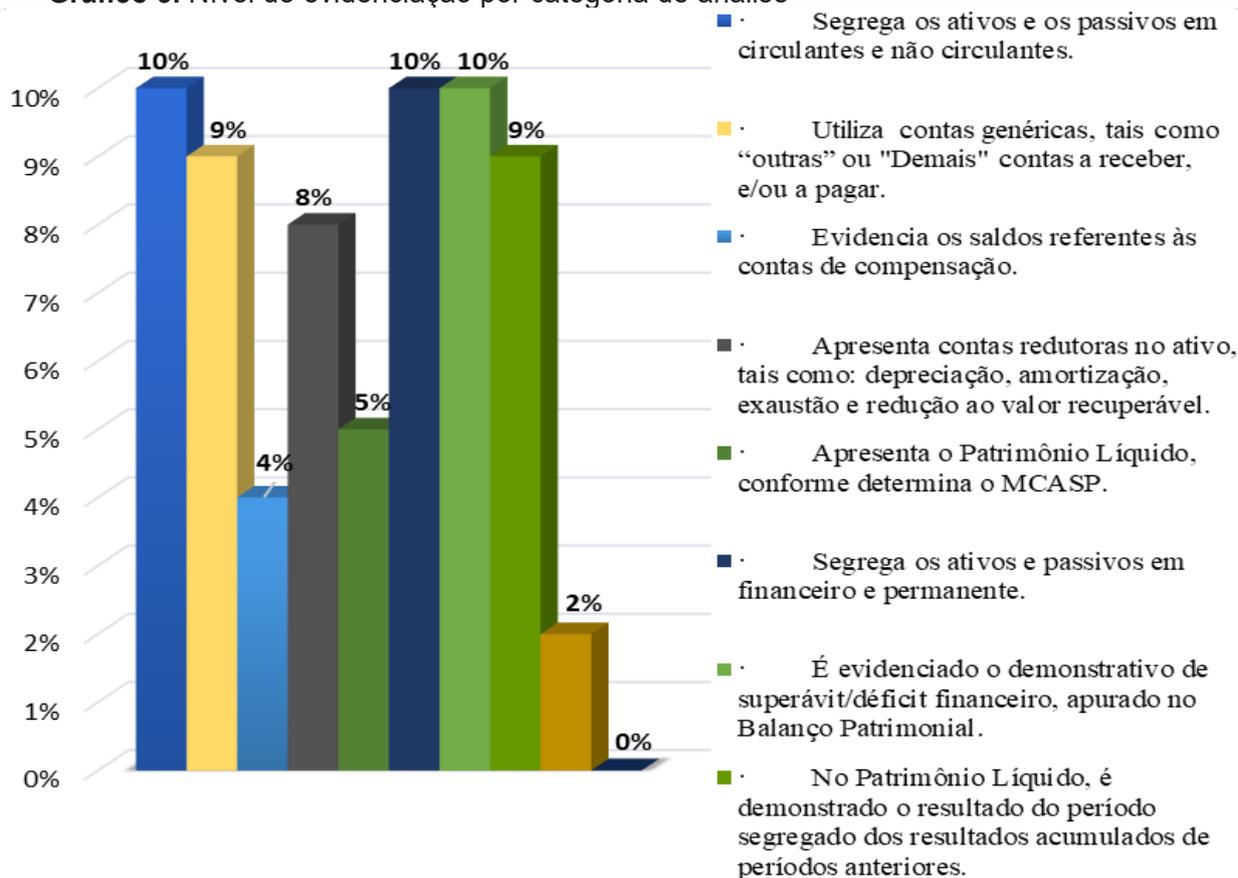
Ao analisar o Quadro 2, percebe-se que de todas as sete cidades estudadas, apenas Araguatins (2016), Esperantina (2016), São Miguel do Tocantins (2016-2018) e Tocantinópolis (2017) expuseram a classificação “Moderado” para o grau de evidenciação nos balanços patrimoniais dos referidos anos citados. Ao mesmo tempo, todos os outros balanços patrimoniais foram classificados como evidenciação de grau “Elevado”.

A propósito, a classificação geral para o triênio 2016-2018 de cada cidade quanto aos seus balanços estudados apresentou resultados de acordo com a descrição da classificação geral do triênio no quadro 2. No tocante a isso, Esperantina e São Miguel do Tocantins fecharam com grau “moderado”, enquanto as outras cidades classificaram-se com “elevado” grau de evidência em tal triênio.

Do nível de evidenciação das contas do balanço patrimonial analisadas

No início da pesquisa, determinou-se que a “Demonstração: Balanço Patrimonial (BP)” das prefeituras da microrregião do Bico do Papagaio representadas pelas sete cidades mais populosas seria analisada conforme critérios estimados em métrica preestabelecida, sendo essa a única unidade de medida, utilizando-se de métodos quantitativos para então chegar aos resultados qualitativos destas demonstrações, conforme ilustrado no Gráfico 3.

Gráfico 3. Nível de evidenciação por categoria de análise



Fonte: elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa. (2019).

Depois do apontamento dos resultados obtidos para cada cidade (prefeitura) estudada, expõem-se os resultados gerais referentes a cada categoria (conta) determinada em métrica. Especificamente, esta exposição se refere apenas ao que é determinado para a análise do balanço patrimonial. O item “faz uso de: notas explicativas” recebeu nota zero em todos os 21 balanços das sete prefeituras nos anos de 2016 a 2018.

A análise de qualidade das notas explicativas, prevista no projeto, não pôde ser realizada em razão de sua inexistência ou da falta de disponibilização ao público externo (sociedade) pelos meios de transparência. A exemplo, a cidade de Esperantina em seu balanço de 2016, realizou notas explicativas, de acordo com o parecer do Tribunal de Contas. Porém, elas não foram localizadas para a devida análise (foco desta pesquisa), descumprindo a Norma 11 aplicada ao setor público, pois está versa que “a entidade deve apresentar, como informação mínima, balanço patrimonial, [...], bem como as respectivas notas explicativas”. Faz-se saber que a pontuação máxima para as notas explicativas dentro da métrica seria 21 pontos, sendo estas analisadas quando houver existência.

Observa-se então, por meio do Gráfico 3, que as únicas categorias que alcançaram individualmente quase 100% de evidenciação foram: **“Segregação de ativos e os passivos em circulantes e não circulantes”**, **“Segrega os ativos e passivos em financeiro e permanente”**, **“É evidenciado o demonstrativo de superávit/déficit financeiro, apurado no balanço patrimonial”**. Ao total, representam 10% cada uma. A conta: **“Segrega os ativos e passivos em financeiro e permanente”** só não recebeu 100% (aproximadamente 95%) de evidenciação em relação à possibilidade que lhe era

estimada de acordo metodologia (pontuação dois se houvesse os devidos valores, ao que totalizaria 42 pontos), porque as cidades de Esperantina e São Miguel do Tocantins não apresentaram valores das contas em seus balanços do ano 2016. O mesmo ocorreu com a categoria “segregação de ativos e os passivos em circulantes e não circulantes”, porque as cidades de Buriti do Tocantins e Esperantina não apresentaram valores em seus respectivos balanços patrimoniais de 2016.

Sequencialmente, as categorias “**Utiliza contas genéricas tais como “outras” ou “demais” contas a receber e/ou apagar”** e “**No patrimônio líquido, é demonstrado o resultado do período segregado dos resultados acumulados de períodos anteriores”**, representam 9% do total da evidenciação. Releva que a utilização de contas genéricas não é vista como algo positivo frente à evidenciação do balanço patrimonial, podendo deixar a entender uma possível omissão das reais informações. Por outro lado, a NBC TSP 11 traz que “contas adicionais, cabeçalhos e subtotais devem ser apresentados no balanço patrimonial sempre que tais apresentações sejam relevantes para o entendimento da posição financeira e patrimonial da entidade”.

Salienta-se, ainda, a importância de evidenciar no patrimônio líquido os resultados acumulados de períodos anteriores, porquanto, a NBC TSP 11 confirma, no item 54, que, “em alguns casos, as informações narrativas disponibilizadas nas demonstrações contábeis de períodos anteriores continuam a ser relevantes no período corrente”. Por exemplo, será possível beneficiar os usuários com a informação, quando a incerteza apresentada em período anterior for solucionada no período atual.

Por sua vez, o item “**Evidencia os saldos referentes às contas de compensação”** obteve apenas 4% com relação ao total da evidenciação dos balanços patrimoniais analisados. Neste, apenas as cidades de Esperantina e São Miguel do Tocantins recebem pontuação zero, pois, em vezes, as contas ativas e passivas contantes em tal item estavam todas zeradas.

A categoria/conta “**Apresenta contas redutoras no ativo, tais como: depreciação, amortização, exaustão e redução ao valor recuperável”** recebeu 8% de percentagem em relação ao total da iniciação de todos os balanços analisados. Destaca-se que, dentre todas as cidades estudadas, apenas São Miguel do Tocantins recebeu nos seus balanços de 2016, 2017 e 2018 pontuação zero para esta categoria, pela não apresentação da depreciação e amortização nestas demonstrações. Desse modo, além de descumprir o que determina o MCASP, a cidade também deixou de atender o que determina a NBC TSP 07 sobre a contabilidade dos ativos imobilizados.

A conta/categoria “**Apresenta o patrimônio líquido, conforme determina o MCASP”** recebeu apenas 5% do total de evidenciação dos balanços, pois, em nenhum balanço, atribui-se nota dois, na categoria, por não apresentar as principais contas de composição (por exemplo: Capital Social) do PL com seus devidos valores como especificado pelo item 27 da NBC TSP 11, ao dizer que “as demonstrações contábeis devem apresentar adequadamente a situação patrimonial” e, em decorrência do PL, apresentar em alguns balanços analisados valor divergente ao que de fato deveria como, por exemplo, no BP do ano 2017 pertinente à cidade de Augustinópolis.

Enquanto A conta/categoria “**No patrimônio líquido, é demonstrado o resultado do período segregado dos resultados acumulados de períodos anteriores”** obteve 9% de evidenciação, considerando o total previsto é possível para os 21 balanços (399 pontos totais). Essa baixa evidenciação se deve à falta de especificação dos valores nesta conta ou à apresentação de valores divergentes em relação ao ano anterior. Isso foi observado nos balanços de Araguatins, em 2016, Tocantinópolis em 2017, Augustinópolis em 2018, além de outros Balanço Patrimonial da pesquisa.

O item de categoria “**As transações efetuadas com terceiros são evidenciadas de forma segregada**” apresentou apenas 2% de evidenciação dentre os demais analisados, levando em conta o total de pontuação estimado na soma de todos os balanços estudados. Esse percentual representa a segunda menor evidenciação de item, acima somente da categoria “faz uso de: notas explicativas”. Explica-se essa percentagem pela falta de valores nas contas específicas, mostrando estes valores apenas nos subgrupos ou ainda somente o montante do passivo circulante, como é possível constatar através dos balanços das cidades de Axixá, Esperantina e São Miguel do Tocantins, que receberam em todos os seus balanços de 2016 a 2018 pontuações zero, bem como em anos alternados de outras cidades dentre seus balanços analisados. Outras ainda receberam pontuação um, por apresentarem, ao menos na conta “pessoal a pagar” e “encargos sociais a pagar” e/ou “obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar em longo prazo” seus respectivos valores. Distingue-se apenas a cidade de Tocantinópolis, no ano 2018, que apresentou o maior número de contas com valores nas transações efetuadas com terceiros, principalmente no passivo, evidenciando-as assim de forma segregada.

É de grande relevância o caso da falta de evidenciação em virtude de manipulações nas informações contábeis – estas são ainda piores que as ocorridas em instituições privadas. Assim afirma Costa (2015, p. 143), ao fazer diferenciação entre as manipulações no setor privado em contrário ao setor público: “[...] enquanto esta é normalmente restrita aos *stakeholders* da empresa (investidores, auditores, empregados, credores e fornecedores), aquela afeta todos os cidadãos de um país, estado ou município”.

Por outro lado, há falta de compreensibilidade das informações contábeis por grande parte da população, seja na esfera nacional, estadual ou municipal, bem como a busca por entendimento. Além disso, existe o descomprometimento na prestação de demonstrações com evidenciação cada vez maior por parte do poder público. De acordo com pesquisa realizada por Gallon (2011), grande parte dos pesquisados consideraram que seria necessário à utilização de notas explicativas, gráficos e outros, objetivando trazer maior transparência nas contas públicas.

Gallon (2011, p. 89) disse ainda, que de acordo com dados apresentados na pesquisa, “a compreensibilidade das informações contábeis está mais atrelada à capacidade de diferenciação de quem as produz do que as características do usuário que as interpreta”. Ou seja, é preciso que contadores e gestores públicos estejam preocupados em apresentar, de modo claro, as demonstrações do balanço patrimonial, o qual deve se apresentar de forma compreensível e transparente a análise de qualquer usuário.

Da evidenciação dos balanços patrimoniais na microrregião bico do papagaio

De modo geral, este trabalho corresponde a uma análise dos balanços patrimoniais dos anos 2016, 2017 e 2018 das cidades que representaram a região do Bico do papagaio. Para tanto, a evidenciação de elaboração dos balanços patrimoniais contemplou uma média representativa de 69%. Ou seja, com base nas informações obtidas, a microrregião do bico do papagaio tem evidenciação “Elevada” quanto aos balanços patrimoniais elaborados em suas prefeituras.

Especificadamente, a Microrregião Bico do Papagaio apresentou, em 2016, um percentual de 65% quanto à evidenciação dos balanços patrimoniais e enquadrou-se no nível de evidenciação “mo-

derado”. No ano de 2017 esta percentagem teve um crescimento de 7,69%, ou seja, o resultado passou a ser de 70%. Em 2018, esse resultado aumentou novamente para 72% de evidenciação em seus balanços patrimoniais, representando uma elevação aproximada de 2,85% entre 2017 e 2018, sendo considerados de “elevada” evidenciação.

Isso significa que, a cada ano, está crescendo o nível de evidenciação das informações contábeis, em decorrência da busca por eficiência e do cumprimento das leis que estão em constante mudanças, dadas pela convergência Internacional das normas contábeis.

Considerações Finais

É sabido que a contabilidade se tornou indispensável em todas as instituições que envolvam as necessidades de movimentações financeiras, com ou sem fins lucrativos. Voltada para o setor público, área deste estudo, por meio da Norma Brasileira de Contabilidade, a qual conceitua que objetivo principal da maioria das entidades do setor público é prestar serviços à sociedade, em vez de obter lucros e gerar retorno financeiro aos investidores [...]”, desenvolveu-se este estudo.

Para tanto, a pesquisa ocorreu no intuito de constatar a real aplicação das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), mediante o objetivo geral de analisar o grau de evidenciação das informações contábeis produzidas pelo setor público no âmbito municipal do Bico do Papagaio (extremo norte do Tocantins), com foco principal na realização do Balanço patrimonial dado pelas prefeituras na observância do MCASP, conjuntamente a NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL e NBC TSP 11.

Observou-se ainda, pelo processo inicial desta pesquisa, que nenhuma prefeitura (Poder Executivo) dispõe, em seus sites oficiais, as demonstrações contábeis (principalmente o BP que foi objeto deste estudo). Publicando apenas as periódicas, obrigatórias pela Lei de Responsabilidade Fiscal – na maioria das vezes, nem essas são divulgadas. Assim, as cidades de Araguatins, Axixá e Buriti do Tocantins apresentaram, mediante os resultados, uma classificação de acesso como “médio/difícil”, por disponibilizarem o *link* do TCE como forma de facilitação ao cidadão em busca de informações pertinentes. De outro modo, Augustinópolis, Esperantina, São Miguel do Tocantins e Tocantinópolis foram inteiramente classificadas como de “Difícil” acesso à informação contábil.

A partir destas informações, pode se afirmar que o acesso às demonstrações contábeis citadas (Balanço patrimonial e suas respectivas notas explicativas) representou a maior dificuldade enfrentada neste estudo.

Ademais, evidenciou-se que, dentre as prefeituras estudadas, apenas cinco cidades (Araguatins, Augustinópolis, Axixá, Buriti do Tocantins e Tocantinópolis) obtiveram elevado grau de evidenciação do balanço patrimonial, enquanto que as duas restantes amostras do estudo (Esperantina e São Miguel do Tocantins) fizeram-se de “Moderado” nível de evidenciação do BP. Vale a pena ressaltar que nenhuma das sete prefeituras elaboraram e/ou realizaram publicações acessíveis das notas explicativas referentes a seus balanços patrimoniais.

Constatou-se que a microrregião do Bico do Papagaio, com base nas amostras, apesar de apresentar necessidade de melhor se enquadrar na contabilidade brasileira, bem como nas suas normativas e leis, foi constituída com média de 69%, sendo classificada como de “elevado” grau de evi-

denciação em relação aos balanços patrimoniais processados nas prefeituras. Foi refutada a hipótese primária como resultado para esta pesquisa, pois ela dizia que “as prefeituras municipais do extremo norte do Tocantins (região do Bico do Papagaio) não são evidentes e transparentes quanto às suas demonstrações, como as leis e normas contábeis públicas brasileiras exigem”.

Considera também, que, dentre os vinte e um balanços patrimoniais analisados nos anos de 2016, 2017 e 2018, apenas as contas “segregação de ativos e os passivos em circulantes e não circulantes”, “segregação dos ativos e passivos em financeiro e permanente” e “demonstrativo de superávit/déficit financeiro, apurado no balanço patrimonial” alcançaram 10% de evidenciação cada uma, do total de dez contas previstas na análise geral de acordo a métrica estipulada na metodologia.

Recomenda que seja realizada maior fiscalização e conscientização aos responsáveis para gerar e repassar devidamente as informações patrimoniais através dos sites municipais de cada prefeitura estudada e das demais da microrregião, em relação à divulgação e transparência de todas as demonstrações e informações obrigatórias da Lei Federal nº 4.320/64.

Em razão de sua atual importância, esta pesquisa propõe, para futuras pesquisas relacionadas, que sejam realizadas com gestores municipais e contadores no intuito de melhor esclarecer os motivos pela não publicação das demonstrações em seus sites, pois estas representam despesas de manutenção para em partes serem inutilizadas, onde consta zeradas os dados e ainda, dar maior clareza à baixa evidenciação dos itens patrimoniais aqui analisados, para assim proporcionar maiores resultados qualitativos nestas pesquisas.

Referências

- ANDRADE, N. A. **Contabilidade Pública na Gestão Municipal**. 5ª Edição. São Paulo: Atlas. 2013.
- ARAÚJO, I.; ARRUDA, D. **Contabilidade Pública da Teoria à Prática**. 2. Ed. São Paulo: Saraiva. 2009.
- BRASIL. **70 anos de contabilidade / Conselho Federal de Contabilidade**. 112 Páginas. Brasília: CFC, 2016.
- BRASIL. Decreto-Lei n.º 9.295/1946, alterado pela Lei n.º 12.249/2010. NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL. **Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público**. Brasília, DF, Ata CFC n.º 1.022. 23 de set. de 2016.
- BRASIL. Decreto-Lei n.º 9.295/1946, alterado pela Lei n.º 12.249/2010 NBC TSP 11. Apresentação das Demonstrações Contábeis. Brasília (DF), Ata CFC n.º 1.045, 18 de out. de 2018
- BRASIL. **Balanços Contábeis**. Disponível em: <www.transparencia2.to.gov.br>. Acesso em 29 junho de 2019.
- BRASIL. **DADOS DAS CIDADES POR IBGE**. Disponível em:< www.ibge.gov.br/cidades-e-estados >. Acesso em: 05 de março 2019.
- BRASIL. **DEMONSTRAÇÕES DOS MUNICÍPIOS**. Disponível em: www.portaldocidadao.tce.to.gov.br/estadomunicipios. Acesso em 25 março de 2019.
- BRASIL. LEI Nº 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011. **LAI**. Disponível em:<www.planalto.gov.br>. Acesso em: 02 de abril 2019.

- BRASIL. **MICRORREGIÃO BICO DO PAPAGAIO**. Disponível em: <www.cidade-brasil.com.br/microrregiao-do-bico-do-papagaio>. Acesso em: 05 de março 2019.
- BRASIL. **Plano De Contas Aplicado Ao Setor Público (PCASP)**. Disponível em: <www.tesouro.fazenda.gov.br/pcasp>. Acesso em: 01 de abril 2019.
- BRASIL. **Portal brasileiro de dados abertos**. Disponível em: <www.dados.gov.br> Acesso em 23 junho de 2019.
- BRASIL. **PORTAL DA TRANSPARÊNCIA**. Disponível em: <ww.portaltransparencia.gov.br/>. Acesso em: 18 de março de 2019.
- BRASIL. **PORTAL DO CIDADÃO**. Disponível em: <www.tce.to.gov.br/portalcidadao/municipios>. Acesso em: 16 de março 2019.
- BRASIL. **PORTAL SICONFI**. Disponível em: <siconfi.tesouro.gov.br>. Acesso em: 16 de mar. 2019.
- BRASIL. **RESOLUÇÕES, EMENTAS E NORMAS DO CFC**. Disponível em: <www.cfc.org.br>. Acesso em: 16 de março 2019.
- CARDOSO, J. L.; SOUZA, M. A.; ALMEIDA, L. B. Perfil do contador na atualidade: um estudo exploratório. **BASE – Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos**, 2006.
- COSTA, G. P. C. L. Manipulação de Informações Contábeis no setor Público Brasileiro: Evidências em dez casos pesquisados. Florianópolis: **Revista Contemporânea de Contabilidade**, 2015.
- GALLON, A. V. *et al.* A compreensibilidade dos cidadãos de um município gaúcho acerca dos demonstrativos da lei de responsabilidade fiscal publicados nos jornais. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ (online)**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 79 - p. 96, jan./abril, 2011.
- GAMA, J. R. *et al.* Convergência brasileira aos padrões internacionais de contabilidade pública vis-à-vis as estratégias top-down e bottom-up. **Rev. Adm. Pública**. p.183-206, jan./fev. 2014. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/>. Acesso em: 15 nov. 2019.
- GUEDES, Á. M. **Contabilidade pública: inovações, aplicações e reflexos** (livro eletrônico). 1º edição. Curitiba: intersaberes, 2016.
- HADDAD, R. C.; MOTA, F. G. L. **Contabilidade Pública**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração. UFSC;(Brasília), CAPES:UAB, 2010.
- IUDÍCIBUS, S. **Análise de balanços**. 10ª edição. 5ª reimpressão. São Paulo: Atlas, 2013.
- JÚNIOR, A. C. *et al.* **Dívida pública**. Série Direito Financeiro. São Paulo: Blucher, 2018.
- KOHAMA, H. **Contabilidade Pública: Teoria e Prática**. 15ª Edição. São Paulo: Atlas, 2016.
- LIMA, D. V.; SANTANA, C. M.; GUEDES, M. A. As Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao setor público e a legislação contábil pública brasileira: uma análise comparativa à luz da teoria contábil. **Revista Contabilidade, Gestão e Governança**, Brasília, v. 12, n. 2, p. 15 – 23. mai/ago., 2009.
- MENESES, A. F.; PETER, M. G. A. **Evidenciação das demonstrações contábeis: estudo sob a óptica do processo de convergência das Normas de Contabilidade aplicadas ao setor público**. Dissertação. Fortaleza. UFC, 2011.
- MUNICÍPIO E PREFEITURA: TÉCNICA, DISTINÇÕES CONCEITUAIS E CONSEQUÊNCIAS**

PROCESSUAIS. Disponível em: <www.jus.com.br/artigos>. Acesso em: 25 de fev. 2019.

NETO, O. A. P. *et al.* Publicidade e Transparência das Contas Públicas: obrigatoriedade e abrangência desses princípios na administração pública brasileira. **Contab. Vista & Rev.**, v. 18, n. 1, p. 75-94, jan./mar. 2007.

ROSA, W. C. L.; FRAGA, J. J. Convergência da Contabilidade Pública às Normas Internacionais de Contabilidade: Um Estudo de Caso na Universidade Federal Fluminense. Artigo. p. 41-51. **8ª Edição Do Prêmio Contador Américo Matheus Florentino**. 2018.

SANTOS, C. R. Evidenciação Das Demonstrações Contábeis Dos Municípios Do Estado De Rondônia: Uma Análise Sob o Prisma da Convergência das Normas de Contabilidade Pública Brasileira Às Normas Internacionais. **RAC - Revista de Administração e Contabilidade**, ano 16, n. 31, p. 71-95, jan./jun. 2017.

SANTOS, L. H.; ARAÚJO, J. G. DEZ ANOS DA LEI Nº 11.638/07: reflexos de sua contribuição e relevância à convergência contábil na perspectiva dos discentes e profissionais. **ANAIS DO CONGRESSO UFPE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**. 2016. Disponível em: www.periodicos.ufpe.br/revistas. Acesso em 22 de março 2019.

SILVA, L. M. **Contabilidade Governamental: Um Enfoque Administrativo na Nova Contabilidade Pública**. 9ª Edição. São Paulo: Atlas, 2011.

STN. SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL. Portaria Conjunta STN/SOF nº 02, de 22 de dezembro de 2016. Aprova a Parte I - Procedimentos Contábeis Orçamentários da 7ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP). **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 de dezembro. 2016.

STN. SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL. Portaria Conjunta STN/SOF nº 06, de 18 de dezembro de 2018. Aprova a Parte I - Procedimentos Contábeis Orçamentários da 8ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP). **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 19 dezembro. 2018

STN. SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL. Portaria Conjunta STN/SPREV nº 07, de 18 de dezembro de 2018. Aprova a Parte III - Procedimentos Contábeis Específicos: Capítulo 4 – Regime Próprio de Previdência Social – RPPS da 8ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP). **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 19 dezembro. 2018

STN. SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL. Portaria STN nº 840, de 21 de dezembro de 2016. Aprova as Partes Geral, II – Procedimentos; Contábeis Patrimoniais, III – Procedimentos Contábeis Específicos, IV – Plano de Contas; aplicado ao Setor Público e V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público da 7ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP). **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 de dezembro. 2016.

TECNOLOGIA *BLOCKCHAIN*: UMA ABORDAGEM SOB A PERSPECTIVA DE USO COMO MECANISMO DE ARMAZENAMENTO E SEGURANÇA DE DADOS E FERRAMENTA DE AUDITORIA CONTÁBIL

Wendel Matheus Torres Morais⁶

Ana Paula Monteiro de Oliveira⁷

Jucicléia Teodoro de Lima Izidoro⁸

Gisele Leite Padilha⁹

Introdução

Em virtude dos atuais acontecimentos em todo o mercado de trabalho e financeiro, é notável a grande evolução na área de tecnologia da informação em âmbito empresarial e nas atividades de prestação de serviços. Essa evolução vem com a finalidade de otimizar o tempo de trabalho e tornar mais eficiente a execução das atividades e a busca por resultados mais sólidos e confiáveis.

Nesse contexto, destaca-se o uso de informações e dados para nortear as tomadas de decisões em toda atividade empresarial, bem como na área contábil, a qual trata da área de informações empresariais a partir de registros financeiros. Desse modo, constata-se que é necessário o uso de diversas ferramentas baseadas na tecnologia para realizar o armazenamento e a gestão de dados com segurança, visto que é imprescindível que esses dados tenham precisão e veracidade, além de facilitar as análises para a tomada de decisão e otimização do tempo sem que se tornem necessários ajustes ou revisão por parte do setor contábil.

Diante do exposto, introduz-se o uso de diversas tecnologias, a exemplo a *blockchain* abordada no presente trabalho como ferramenta de armazenamento e segurança de dados. Esta é uma ferramenta que trata de um banco de dados, como um livro razão, onde os registros são organizados em blocos de maneira descentralizada, os quais são únicos e imutáveis, ou seja, sem possibilidade de alteração.

Substancialmente, o presente estudo destaca sua relevância mediante o impacto causado pelo uso dessa nova técnica em atividades empresariais como mecanismo de segurança, dando enfoque à sua principal utilização como base de dados provenientes para a execução da auditoria contábil, visto que, nos atuais cenários, a tecnologia tem tomado grandes proporções, despertando interesses de seu uso em diferentes atividades organizacionais.

Como objeto de pesquisa, o trabalho se fundamenta em trabalhos já publicados com a finalidade de apresentar as diversas aplicabilidades da tecnologia no âmbito da segurança no esteio de informações, visto que a influência do mundo digital, por sua vez, está redefinindo o mundo dos negócios e de praticamente todos os aspectos da vida pessoal do ser humano.

6 Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS).

7 Mestre em Ciências Ambientais pela Universidade de Taubaté (UNITAU). Especialista em Metodologia do Ensino Superior pelo Instituto Nordeste de Educação Superior e Pós-Graduação (INESPO).

8 Mestre em Gestão e Desenvolvimento Regional pela Universidade de Taubaté (UNITAU). Especialista em Metodologia do Ensino Superior pela Faculdade do Bico (FABIC).

9 Doutora em Ciências Contábeis pela FUCAPE. Mestre em Gestão em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Taubaté (UNITAU).

Nesse sentido, no decorrer da pesquisa, tornou-se evidente a constante necessidade de desenvolvimento em toda e qualquer atuação financeira, sendo que, na contabilidade, o domínio de seu trabalho se dá sempre por meio de arranjo de informações de atividades empresariais. Nesse foco, nota-se que o profissional realiza a auditoria com base em norma já estabelecida, tornando-se responsável pela segurança de suas análises e constatando veracidade e precisão sem distorções que chegue a causar fraudes ou erros. Assim, desperta-se a seguinte questão norteadora da pesquisa: Quais as contribuições da tecnologia *Blockchain* como mecanismo de armazenamento e segurança de dados e ferramenta de auditoria contábil?

Com a finalidade de discutir a questão norteadora, foram desenvolvidas duas hipóteses. A primeira, perdura o fato de que o uso de informações e dados confiáveis e norteadores das tomadas de decisões empresariais, especialmente na área contábil, desenvolve uma necessidade de utilização da tecnologia *blockchain* como ferramenta digital capaz de agilizar e dinamizar registros e bases de dados de forma segura e acessível.

Como segunda hipótese, primou-se que a tecnologia se constitui em uma ferramenta que realiza armazenamento de dados de forma segura e imutável, otimizando o processamento de modo a viabilizar com maior precisão e veracidade das informações que auxiliam o exercício da auditoria no âmbito contábil

A presente pesquisa tem como objetivo geral evidenciar as diversas contribuições da tecnologia *blockchain* como mecanismo de armazenamento para a área contábil, com foco na segurança de dados e como ferramenta de auditoria. Por sua vez, os objetivos específicos consistem em: a) analisar a segurança de dados proporcionada pela tecnologia *blockchain* no contexto contábil; b) avaliar o potencial da *blockchain* como ferramenta de auditoria contábil, considerando sua imutabilidade e descentralização; c) explorar as aplicações práticas da *blockchain* na área contábil, demonstrando como a tecnologia pode aumentar a segurança das informações e aprimorar os processos de auditoria

Revisão de Literatura

Indústria 4.0

Para uma abordagem inicial sobre a tecnologia, é de grande valia entender sobre o surgimento da indústria 4.0, a qual, de acordo com Zhou (2015), deriva de um termo alemão criado em 2011 como uma estratégia de alta tecnologia para o ano de 2020.

Essa ideia veio atrelada a ações acadêmicas e empresariais centradas na estimulação da competitividade entre as indústrias do país, e que trouxe consigo melhorias nos processos industriais, incluindo o sistema operacional, planejamento de controle de produção, análise de produtos e serviços e muito mais.

Com o movimento da quarta revolução industrial, dita como indústria 4.0, a origem de uma nova abordagem combinou vários mecanismos tecnológicos no intuito de melhorar os processos e resultados industriais. Como exemplo desses novos mecanismos, pode-se citar a internet das coisas, tecnologia *blockchain*, *big data*, dentre outros diversos sistemas ciberfísicos (Emanuel, 2020).

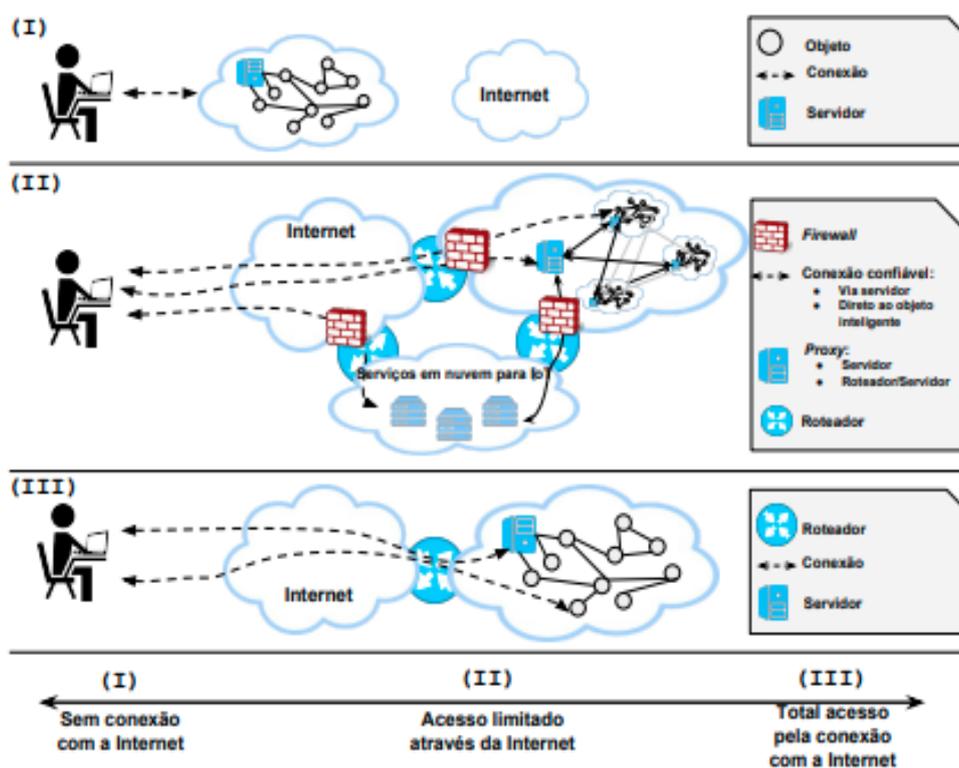
Internet das coisas

A internet das coisas (IoT) trata de uma rede na qual interagem entre si diversos dispositivos conectados, permitindo a conexão de softwares e sistemas interligados, seja em canal aberto ou em rede corporativa, tecnologia esta que foi apresentada pela quarta geração industrial (Zarte *et al.*, 2016).

Halvorsen *et al.* (2017), em sua obra, afirmam que a IoT se desenvolveu da necessidade de se interligar com coisas em casa, no trabalho, na fábrica, no carro e demais exemplos. Este mecanismo já possui diversos nomes, como Teia das Coisas (*Web of Things*) e Internet de Todas as Coisas (*Internet of Everything*), e são termos utilizados cada vez mais na Indústria 4.0.

Atualmente, é notável a apresentação de algumas limitações nos sistemas IoT, pois estes são baseados em soluções centralizadas em um lugar como o servidor apresentado na Figura 1, sendo este um ponto de desvantagem e que causa falha em relação à confiança entre as partes integrantes do sistema, tendo em vista que esse mecanismo se aplica a diversos campos.

Figura 1. Modelos de Conectividade dos Objetos Inteligentes



Fonte: Santos *et al.* (2016)

- I Rede autônoma na qual os objetos inteligentes não possuem conexão com a Internet;
- II Rede de objetos inteligentes limitada, pois o acesso aos dispositivos é restrito;
- III IoT “autêntica” na qual os objetos estão conectados à Internet.

Como maneira de ressaltar essas limitações levantadas, tem-se como solução a utilização de regimes descentralizados para comunicação ponto-a-ponto (*peer-to-peer*) entre os diferentes dispositivos do sistema, sendo estes baseados na tecnologia *blockchain*, trazendo consigo imutabilidade

dos dados sem dependência em armazenamento centralizado, onde sua encriptação oferece mais garantia e segurança nas operações efetuadas e permite registro cronológicos das mesmas (Alves, 2018, p. 4).

Tecnologia *Blockchain*

Os desafios do atual mercado de trabalho vêm crescendo cada vez mais, fazendo com que os empreendedores estejam sempre em busca de evolução e otimização de suas atividades. Por isso, a busca constante por inovações no campo da tecnologia da informação tornou-se um dos mais importantes negócios desafiantes do setor privado e público (Cardoso, 2020).

Dentre as tendências tecnológicas inovadoras que são buscadas, e que de acordo com Baron (2017) não podem ser ignoradas pelo setor contábil, devido sua alta capacidade de impacto, está a tecnologia *blockchain*.

De acordo com Alves (2018, p. 2), a tecnologia *blockchain* pode ser definida como aquela “que faz uso de uma arquitetura distribuída e descentralizada para registrar transações de maneira que um registro não possa ser alterado retroativamente, tornando este registro imutável”.

Também pode ser entendida como um livro aberto distribuído, em que suas informações validadas são relatadas e averiguadas, cujos dados são resistentes às modificações, não podendo ser alterados (Baron, 2017).

É importante destacar que o que sustenta essa gigantesca rede de arquivos são os computadores que estão conectados, fazendo a validação e a conferência dos dados, pois, a partir da conexão desses computadores com a rede *blockchain*, passará a receber seus dados para assim realizarem todo esses processos de análise (Fontalba; Lima, 2019).

Em razão de sua importância, essa tecnologia se introduz no atual mercado com uma arquitetura distribuída e descentralizada com a funcionalidade de registro de transações de maneira que este não possa ser alterado regressivamente. Assim, a informação se torna irrefutável e imutável, tratando-se ainda como um livro razão compartilhado e imutável que, em seu segmento, facilita o processo de registro de informações e o rastreamento de operações de uma rede empresarial (Swan, 2015). Esse mecanismo se torna de grande valia, visto que ele possibilita o rastreamento e a negociação de qualquer ativo quantificável, seja ele tangível ou não.

No meio empresarial, todas as entidades dependem inteiramente de informações que sejam ofertadas de forma ágil e confiável, sendo assim um grande ponto de partida para a implementação desta rede, que, por sua vez, fornece informações imediatas, transparentes e imutáveis que podem ser compartilhadas em uma rede privada para membros de um grupo empresarial ou para membros externos interessados no segmento de uma devida atividade empresarial.

Contexto histórico da tecnologia *blockchain*

A tecnologia remonta, desde 1991, com a publicação de um trabalho por Stuart Haber e W. Scott, passou a ser utilizada como uma cadeia de blocos criptografados. No trabalho, o termo utilizado para a tecnologia se dava como “cofre de segurança digital” (*digital safety – deposit box*) no qual o

autor afirma ser uma ingênua solução para o sistema centralizado de informações. Por sua vez, de modo a executá-lo, uma pessoa poderia, a qualquer momento, ter um documento para ser assinado ou registrado digitalmente, em que ao se transmitir no cofre digital é marcado com data e hora em que o documento foi recebido. Da mesma maneira retém-se uma cópia deste documento para se guardar em banco de dados, resguardando a integridade original do arquivo (Haber, 1991).

A tecnologia *Blockchain* tornou-se mais influente e ganhou mais importância em 2008, com base na publicação de Satoshi Nakamoto sobre a criptomoeda *Bitcoin*, em que se apresentou a primeira aplicação do mecanismo no setor financeiro, servindo de base para a criptomoeda (Tijan, 2019).

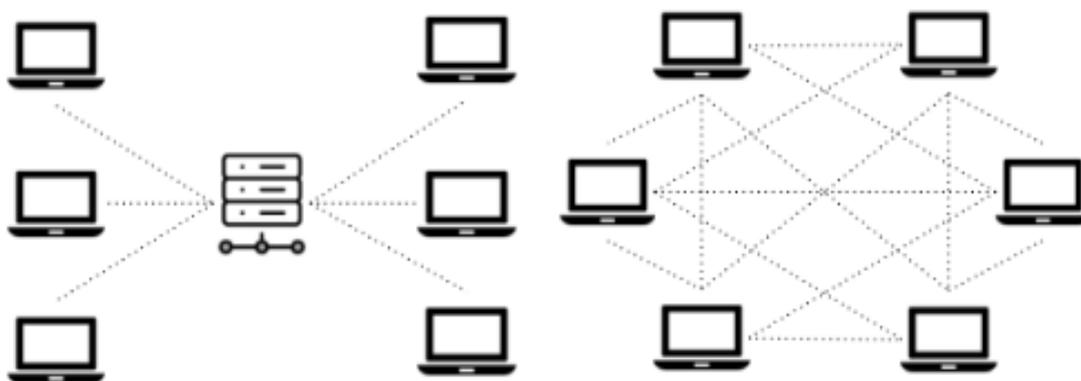
Nakamoto (2008) afirma em seu trabalho que a criptomoeda baseada na tecnologia em questão é embasada em um sistema de transferência ponto-a-ponto (*peer-to-peer*) em que tem a possibilidade de operação sem qualquer interação intermediária entre os extremos, sendo, como exemplo, um banco, um revisor de contas oficial ou qualquer outro prestador de serviços centralizado.

Arquitetura *Blockchain*

Para se tratar da estrutura ou composição da tecnologia *blockchain* é levado o foco para a criptomoeda em que se aplicou, primariamente, a *bitcoin*. Além de se indicar sua maior aplicação na moeda digital, atualmente, se torna o maior vínculo com a tecnologia. Esta se dá com o funcionamento fundamentado por 5 princípios idealizados por Nakamoto, sendo eles: Funções de mão única (*hash*); Registro do tempo de criação ou modificação do arquivo (*timestamp*); Assinatura digital do autor da alteração do arquivo; Rede descentralizada *peer-to-peer*; Mecanismo de geração de um novo bloco do *blockchain* (Lucena; Henrique, 2016).

De acordo com Hackius (2017), *Blockchain* é um sistema descentralizado, verificável e imutável, e sua arquitetura se dá por um mecanismo de essência distribuída, significando que o sistema não depende de uma autoridade central, ou um intermediário que execute ou aprove as operações realizadas, pois esta como contramedida utiliza uma rede ponto-a-ponto transacionando as informações de um agente a outro mantendo as propriedades descentralizadas, conforme apresentado na Figura 2.

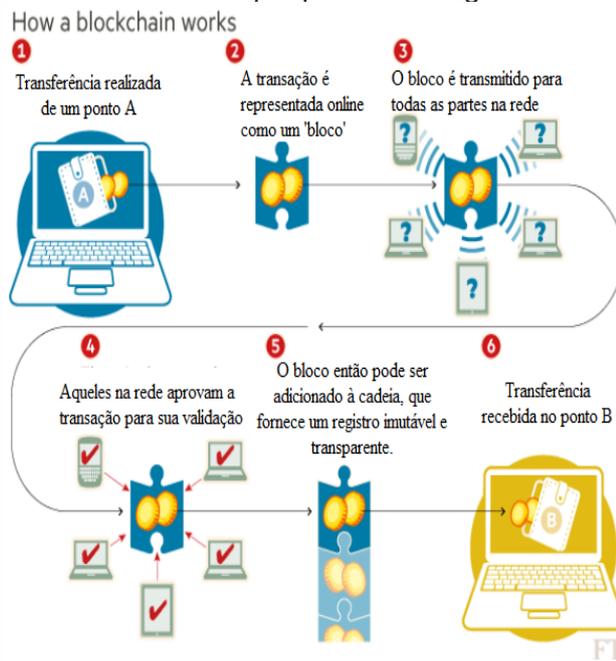
Figura 2. Arquitetura Cliente-Servidor e Arquitetura *Peer-to-Peer*



Fonte: Henrique *et al.* (2018)

Casino *et al.* (2019) relatam que a tecnologia *blockchain* organiza e faz transações, agrupando-as em uma estrutura de tamanho restrito, um bloco, compartilhado com registro de data e hora, já denominado como *timestamp*. Por sua vez, os nós da rede são responsáveis por ligar os blocos entre si em ordem cronológica, possuindo cada um desses um código criptografado do bloco anterior, conforme apresenta a Figura 3.

Figura 3. Processo de Transação pela Tecnologia *Blockchain*



Fonte: Adaptado de Casino *et al.* (2019).

Funcionalidade *Blockchain*

Nakamoto (2008) indaga sobre a tecnologia *blockchain* como mecanismo de armazenamento de dados de modo a gerar segurança e confiança aos beneficiários deste mecanismo. Swan (2015) afirma que a tecnologia mostra evidências de seu potencial em extrema disruptura, podendo ter até a capacidade de reconfigurar todos os aspectos da sociedade e suas operações.

Segundo Gates (2017), *blockchain* tem suas aplicações em duas gerações, sendo elas direcionadas a moedas digitais, marcado pelo surgimento de criptomoedas, podendo ser conceituado como a internet do dinheiro conectando finanças da mesma maneira que a IoT. Por conseguinte, sua segunda aplicação se dá em contratos inteligentes que surgiu com o lançamento do *blockchain Ethereum*, um cenário que se utiliza de uma máquina virtual para realizar aplicações descentralizadas aceitando apenas sua própria criptomoeda nomeada por *Ether* como forma de pagamento.

Payão (2017) afirma que o Brasil, inclusive, já implementou a tecnologia no armazenamento de assinaturas de petições para a criação de projetos de leis.

Contabilidade

Contexto histórico da contabilidade no Brasil

Afirma-se que a evolução da contabilidade no Brasil, bem como no mundo, é reflexo, em grande maioria, de alterações e influência na legislação comercial, gerando a profissão contábil uma incessante necessidade de acompanhar as mudanças que ocorrem no mercado e na sociedade brasileira, de modo a adaptar as práticas contábeis para que possa atender as demandas da sociedade em geral (Heissler *et al.*, 2018).

De acordo com Sá (2008), a história da contabilidade no Brasil se remonta desde o período colonial, de meados do século XVI ao século XIX, o autor ainda afirma que o primeiro contador estrangeiro a chegar ao Brasil foi Pero Vaz de Caminha, devido ao costume de expedições marítimas que consistia em possuir como membro da tripulação um profissional da escrita, sendo assim, o primeiro contador a aportar em terras brasileiras.

Com o passar dos anos, e com o estabelecimento da Família Real de Portugal no Brasil, ocorreram vários processos de mudanças econômicas. Mesmo com as limitações de comércio dando enfoque apenas à agricultura brasileira, anos depois, foi se originando independência financeira até a instituição do Banco do Brasil, grande marco na industrialização presente no país (Sá, 2008).

Auditoria contábil

De acordo com Imoniana (2016), pode-se conceituar auditoria como o levantamento de estudos e avaliações sistemáticas de operações, transações e rotinas das demonstrações financeiras de uma entidade, seja ela financeira ou não.

A auditoria surgiu como resultado da necessidade de verificação e constatação da veracidade dos registros contábeis, em virtude do surgimento de grandes instituições empresariais tendo como regimes tributários o lucro real. Sua evolução ocorreu em semelhança com a evolução econômica e com a formação de grandes empresas de capital aberto (Gramling, 2012).

O Conselho Federal de Contabilidade (2008) afirma que auditoria é um processo sistêmico de confrontação entre fatos observados pelos profissionais da área com os critérios de auditoria preestabelecidos. Dessa forma, o ramo contábil, voltado para a análise das demonstrações contábeis e financeiras, tem como finalidade acompanhar as normas brasileiras de contabilidade para então obter informações confiáveis e repassá-las de forma pública para interessados no ramo de trabalho da empresa, seja ele investidor ou um possível comprador.

De acordo com o Conselho Federal de Contabilidade (2008, p. 28):

[...] a auditoria das demonstrações contábeis constitui o conjunto de procedimentos técnicos que tem por objetivo a emissão de parecer sobre sua adequada, consoante os princípios dos fundamentos contábeis e as normas brasileiras de contabilidade e, no que for pertinente a legislação específica.

De modo geral, percebe-se que o objetivo principal da auditoria não foca em rastreamento de erros e inconsistências dentro de uma organização, mas sim objetiva auxiliar na tomada de decisões com base em pareceres que agreguem valor real às informações emitidas sobre uma entidade.

Para Crepaldi (2011, p. 25), se esclarece como objetivo da profissão de auditoria como:

[...]. O processo pelo qual o auditor se certifica da veracidade das demonstrações contábeis preparadas pela companhia auditada. Em seu exame, utiliza-se os critérios e procedimentos que lhe assegurem a efetividade dos valores apostos nas demonstrações contábeis e cerca-se de procedimentos que lhe permitem assegurar a inexistência de valores ou fatos não constantes das demonstrações contábeis que sejam necessários para seu bom entendimento [...].

Com isso, pode-se notar, com base em opiniões mútuas, que o objeto de trabalho da profissão é a reunião de dados, documentos, arquivos, anotações e demais informações, sendo estes embasados na lei vigente de modo que agregue legalidade e veracidade para as ações administrativas, sendo um exame empresarial para tomar ciência do cenário em que uma determinada entidade se encontra, verificando a saúde financeira para possíveis orientações futuras.

Aplicações E Ferramentas Da Auditoria

Conforme Vicente (2014), o desempenho da atividade de auditoria nas empresas é de grande relevância para a perspectiva de riqueza patrimonial, oferecendo assim maior segurança a terceiros beneficiados, sendo esses administradores, investidores, órgãos governamentais, garantindo a integridade e valor de ações de uma entidade. No Quadro 1, pode-se notar algumas áreas de atuação da auditoria apresentando as vantagens e os benefícios de se usufruir de seus serviços.

Quadro 1. Reflexos e vantagens na utilização dos serviços de auditoria

ASPECTOS	REFLEXOS/VANTAGENS
Administrativo	Ajuda na fiscalização da eficiência dos controles internos, na correção dos registros contábeis, na adequação das demonstrações contábeis, na redução de desvios de bens patrimoniais e pagamentos indevidos, na apuração de informações confiáveis da situação patrimonial e econômico / financeira da empresa.
Fiscal	Resguarda o patrimônio contra multas e penalidades sobre a sonegação de impostos.
Técnico	Contribui para que as demonstrações contábeis sejam elaboradas de acordo com os princípios e normas da contabilidade.
Financeiro	Resguarda créditos de terceiros.
Econômico	Assegura maior exatidão dos custos e veracidade dos resultados operacionais.
Ético	Examina a moralidade do ato praticado.
Social	Assegura a veracidade das informações das demonstrações contábeis para a sociedade em geral.

Fonte: Vicente (2014, p. 20).

Em todos os ramos da auditoria tem-se como base a reunião de informação e utilização de diversos métodos. Para isso, há a utilização de diversas ferramentas para a seleção de dados e operações envolvendo *softwares* que proporcionem o processamento rápido, observando discrepâncias, desvios e possíveis inconsistências de modo que proporcione ao profissional a geração de dados estatísticos para análise, sumarização, apontamento de duplicidade de registro e entre diversas funcionalidades (Imoniana, 2016).

Falhas na Auditoria

No quesito “falhas na auditoria”, em concordância com a definição das auditorias, o *Public Company Accounting Oversight Board - PCAOB* (2009) salienta que o profissional da auditoria possui responsabilidade de planejar e executar a atividade de audição de modo a garantir a razoável segurança sobre as demonstrações financeiras em prol de expor que estas estão livres de distorções materiais ocasionadas por erros ou fraudes.

Fraudes que ocorreram nas décadas de 1990 e 2000 resultaram na falência de empresas como a Enron, WorldCom e Adelphia, nos Estados Unidos, Parmalat, na Itália. Alguns bancos globais, como Lehman Brtothes e Bear Streans, demonstram algumas falhas nos processos auditáveis que originaram a necessidade de idealizar todo um conjunto de dados e informações básicas, de modo a formar as demonstrações contábeis com base na realidade econômico-financeira das empresas, patenteadando, então, o aumento de responsabilidade sobre o profissional auditor, visto que terceiros, tal como investidores, esperam pela detecção dessas fraudes pela auditoria (Ishikawa, 2002).

Cabe ressaltar outro ocorrido de fraude, em junho de 2010, sobre o banco Panamericano. Este tinha como principal atividade a comercialização de carteiras de créditos consignados e veículos. A empresa Deloitte, que auditava o banco, havia emitido balanços com 12,5 bilhões em ativos e aproximadamente 1,6 bilhões em patrimônio. No entanto, após alguns meses o Banco Central do Brasil ratificou inconsistências entre as emissões dos bancos compradores e do banco Panamericano, desdobrando assim um rombo financeiro inicialmente de 2,5 bilhões, alcançando posteriormente 4,3 bilhões de reais (Peleias, 2012).

Após os relatórios demonstrados pelo Banco Central do Brasil, como os demonstrativos financeiros divulgados pelo Panamericano auditados pela Deloitte, é evidente que os testes e aplicações realizadas pela empresa não foram suficientes para constatar o desfalque” (Peleias, 2012, p.121).

Isso ocorreu devido ao não cumprimento de vários princípios da auditoria contábil e financeira, tais como materialidade, posto que as cessões de crédito chegaram a aproximadamente 15 mil pequenas operações, resultando em um valor expressivo posteriormente, pois destes não havia regras quanto aos limites mínimos de materialidade a se considerar na análise das distorções que consternam as demonstrações financeiras, a execução de controle interno com foco nas aplicações de testes analíticos e substantivos, levando em consideração ao lançamento operação devido ao alto volume (Peleias, 2012).

Em ressalva com a ISA 240, torna-se evidente que os relatos financeiros fraudulentos envolvem distorções internacionais e de quantias divulgadas nas demonstrações com o intuito de enganar os utilizadores dessas informações, sendo isto verificado no relatório do Banco Central, originado pela empresa de auditoria responsável.

Blockchain no âmbito da contabilidade

Na medida em que o tempo passa, novas ferramentas tecnológicas vão sendo introduzidas no mercado, e na área da contabilidade torna-se necessário o acolhimento de novas ideias para otimizar,

de maneira confiável, cada vez mais, a prática da profissão (Watson; Mishler, 2017).

Assim sendo, para Watson e Mishler (2017), a ferramenta *blockchain* traz à profissão contabilista uma perspectiva de atuação de maneira descentralizada e disruptiva, visto que a tecnologia propicia um compartilhamento de informações em um pequeno intervalo de tempo com precisão e confiabilidade.

Em sequência, Fanning e Centers (2016) definem que *blockchain* é um banco de dados distribuído que mantém uma lista crescente de registros protegidos contra alterações e revisões, podendo ser utilizado com um livro-razão encarregados do armazenamento de informações de todas as transações já executadas, sendo assim uma tecnologia da contabilidade distribuída para garantir segurança, transparência e integridade dos dados.

Para Dattani e Sheth (2019), as aplicações da tecnologia *blockchain* vão além do setor financeiro e industrial, pois esta permite a gestão e a execução de contratos inteligentes. Alharby e Van Moorsel (2017, p.127) complementam afirmando que “estes são contratos que não necessitam de operação por terceiros, acarretando otimização de tempo e redução de custos”. Estes contratos operam em codificação pré-estabelecida, conforme os termos pactuados entre as partes, que são executados de maneira autônoma em gestão do cumprimento dos termos contratuais (Dai; Vasarhelyi, 2017).

Wang e Kogan (2018) destacam que a correlação entre a tecnologia *blockchain* e a contabilidade trará a possibilidade de tornar os processos de gerenciamento e armazenamento mais rápidos e eficazes, com evolução na integridade das informações reduzindo os custos e garantindo a segurança e prevenção de fraudes.

Ademais, defende Fuller e Markelevich (2019) que profissionais como contadores, auditores e interessados independentes demonstram preferência em informações e dados contábeis com alto nível de confiabilidade, que apresentam um bom custo-benefício, sendo assim a adoção pela tecnologia *blockchain* uma decisão de grande valia, visto que essa opera como um livro razão aberto e distribuído de modo a permitir o melhor acesso aos dados armazenados. Isso se deve, em grande parte, ao surgimento da internet das coisas (IoT), com o intuito de caminhar para um protocolo convencional de relatórios contábeis com sistemas de informações mais aprimorados.

Blockchain como ferramenta de auditoria contábil

Mills *et al.* (2017), em seu trabalho, propuseram a utilização da tecnologia no meio contábil, tendo em vista que esta tem o potencial de fornecer novas formas de transferir e registrar a propriedade de ativos digitais e físicos, bem como armazenar informações de forma imutável e segura. Todas essas funcionalidades introduzem no mercado uma contabilidade na perspectiva disruptiva, sem a necessidade de intermediários; no entanto, o mesmo autor informa que estes estudos ainda se encontram em fase inicial, de modo a estarem engatinhando sendo necessária a busca constante por mais conhecimento, pesquisas e aprimoramento da ideia.

Dentro dessa perspectiva, Schmitz e Leoni (2019) apontam ideias de introdução dessa tecnologia no meio contábil, assim como na auditoria. Os autores explanam sobre a confiabilidade e transparência, *smart contracts*, governança, bem como o papel do auditor frente à onda de inovação descentralizada. Desse modo, destaca-se a gama de possibilidades que se tornam cada vez mais

viáveis para a elaboração de novos projetos e, se possível, para uma revolução dentro das práticas já exercidas na função.

Assim, tendo em vista que o objetivo do trabalho de auditoria em sua essência é dar confiabilidade e verificar as informações e dados gerados por uma empresa, a tecnologia *blockchain* se introduz como um mecanismo de armazenamento de dados ao passo que possa servir para análise de dados, oferecendo ao profissional da área um portfólio de informações registradas de forma imutável.

Mesmo com as poucas pesquisas envolvendo contabilidade e *blockchain*, é possível analisar que essa tecnologia tem atraído bastante profissionais da área, principalmente da área de auditoria. Nesta perspectiva, o auditor garante que as informações dos relatórios empresariais sejam autênticas. Com o uso desta tecnologia, muda-se todo o panorama, pois todos os dados podem ser utilizados eliminando o trabalho de escolha e amostragem em tempo real, tornando a análise mais eficiente (Bonyuet, 2020).

O fato dessa tecnologia projetar transparência e eficiência na contabilização dos ativos e operações financeiras, e por suas informações estarem disponíveis a todas as partes interessadas, fez com que diversas instituições financeiras, empresas e países investissem em estudos e projetos a fim de realizar operações financeiras por meio do *blockchain*. É de grande valia apontar que o Banco Central do Brasil publicou, em 2017, testes em que o *Blockchain* teria a possibilidade de ser um sistema substituto, caso o sistema principal sofresse algum colapso por completo (Andujar; Rode; Bastos, 2018).

A partir da revisão bibliográfica, levantaram-se os principais benefícios da tecnologia *blockchain* direcionados ao setor financeiro e contábil demonstrados no Quadro 2.

Quadro 2. Potenciais benefícios da tecnologia *Blockchain*

BENEFÍCIO	LITERATURA	EXPLICAÇÃO
Acesso à informação e transparência	Olnes et al. (2017); Swan (2015); Atzori (2015); Underwood (2016)	Possibilidade de armazenamento em diversos locais com verificação em tempo real do histórico de transações, uma maneira de possibilitar a transparência.
Capacidade preditiva dos dados	Tapscott e Tapscott (2016)	Além de uma maior qualidade dos dados, o histórico aumenta a capacidade preditiva dos dados, devido à corrente de informações geradas.
Controle contra fraudes e corrupção	Kshetri (20017); Palfreyman (2015); Tapscott e Tapcsott (2016); Atzori (2015)	O armazenamento em todos os blocos e diversos locais tanto quanto o histórico de operações geram uma trilha de auto auditoria aumentando o controle contra fraudes e corrupção.
Eficiência	Cai e Zhu (2016); Tapscott e Tapscott (2016); Olnes (2016).	Redução de custos devido à necessidade de menos insumos e redução de erros humanos.
Qualidade dos dados	Tapscott e Tapscott (2016)	Disponibilidade imediata, facilidade de transação e confiança dos dados tornando-os mais confiáveis.
Segurança da informação	Gercais et al. (2016); Tapsott e Tapscott (2016); Zyskind e Nathan (2015); Cai e zhu (2016); Underwood (2016); Olnes (2016); Mainelli e Smith (2015)	Redução da possibilidade de manipulação de dados por meio de Hack, pois os dados são imutáveis gerando um novo bloco de informações sempre que são alterados, armazenados em diversos locais com alto nível de dificuldade de quebra da criptografia.

Fonte: Adaptado de Ølnes, Ubacht e Janssen (2017).

Metodologia

O desdobramento do presente trabalho se dispôs por meio de uma pesquisa de natureza básica, de cunho bibliográfico, tendo enfoque quanto aos objetivos, a tipologia descritiva explicativa, quanto à abordagem, o delineamento qualitativo e quanto ao método de pesquisa, o hipotético dedutivo (Del-Masso; Cotta; Santos, 2012).

Tendo em vista a perspectiva anterior, de acordo com Appolinário (2007), o pesquisador tem a possibilidade de expor as características ou descrever um fenômeno ou situação correlacionando diferentes variáveis de um determinado evento. Por sua vez, de acordo com Gil (2002), o desígnio explicativo se dá por identificar e aprofundar conhecimento sobre condições que corroboram com a ocorrência de determinados fenômenos.

Por conseguinte, quanto à abordagem qualitativa, entende-se que ela comporta “algo de subjetividade do próprio ser humano, onde foi abordado de forma analítica os fatos orientados por matrizes filosóficas e ideológicas exteriores a eles” (Cervo; Bervian; Silva, 2007, p. 20).

Zanella (2006, p. 34) destaca que a pesquisa descritiva busca conhecer a realidade estudada, suas características e problemas. Nestas foram descritos os fatos e fenômenos de uma determinada realidade. Neste estudo, fez-se a análise e interpretação dos dados, correlacionando e contrapondo informações encontradas na pesquisa sem o envolvimento do pesquisador no assunto analisado.

Dessa maneira, o presente trabalho seguiu como foco principal a realização de pesquisas bibliográficas para embasamento teórico e levantamento de informações no intuito de fomentar o uso da tecnologia no meio contábil visando a segurança de dados e levantando o panorama para uma possível aplicação como mecanismo na atuação de auditoria contábil.

Em se tratando de uma pesquisa com a abordagem qualitativa, a análise dos dados obtidos ocorreu de forma descritiva apresentando contraposição entre as ideias levantadas, visto que as informações obtidas não podem ser quantificáveis que se trata de recolha de dados de modo a apresentar contradições e limitações encontradas na auditoria contábil apresentando lacunas onde pode-se introduzir a utilização da tecnologia *blockchain* (Augusto, 2014).

Resultados e discussões

Ao analisar todas as referências bibliográficas encontradas relacionadas à contabilidade, a auditoria contábil e a tecnologia *blockchain*, que relata sobre as possíveis aplicabilidades da tecnologia para o aprimoramento da execução das atividades contábeis e aplicação em auditorias financeiras, pôde-se notar a repercussão dessa implementação como discussão na comunidade acadêmica, apresentando uma vasta gama de implementações e utilizações da tecnologia. Tapscott (2016) apresenta oito funções e seus impactos à parte interessada, no Quadro 3. De acordo com os autores, as funcionalidades do *blockchain* têm grande potencial para promover uma disrupção no mundo dos negócios.

Quadro 3. As oito funcionalidades de ouro do *blockchain*

FUNÇÃO	O IMPACTO DO <i>BLOCKCHAIN</i>	PARTE INTERESSADA
Autenticando Identidade e valor	Identities Verificáveis Sólidas, criptograficamente garantidas.	Agências de classificação, análise de dados do consumidor, marketing, banco de varejo/atacado, redes de cartões de pagamento, reguladoras.
Realização de transações	Transferência de valor, sem um intermediário, reduzindo custos e velocidade nos pagamentos;	Banco de varejo/atacado, redes de cartões de pagamento, telecomunicações, reguladoras;
Empréstimos	A dívida pode ser emitida, trocada e regularizada pelo <i>blockchain</i> , reduzindo atrito, aumentando a eficiência e consequentemente causando a diminuição dos riscos sistêmicos.	Bancos atacadistas / comerciais, finanças públicas, agências de classificação de risco, empresa de softwares de avaliação de crédito.
Operações de trocas de valores	O <i>Blockchain</i> reduz o tempo de transação de dias em minutos.	Investidores, banco por atacado, operadores de câmbio, fundos especulativos, ações, corretoras e bancos centrais.
Financiando e investindo em um ativo, companhia, startup.	Novos modelos de financiamentos ponto a ponto, registro de ações corporativas como dividendos, pagamentos automáticos por meio de contratos inteligentes.	Bancos de investimentos, capital de risco, área jurídica, auditoria, gestão de propriedade, bolsa de valores.
Garantia de valor e gerenciamento	Utilizando sistemas de reputação, seguradoras irão estimar melhor o risco atuarial, criando mercados descentralizados para seguros.	Seguros, gestão de risco, bancos, corretoras, câmaras de compensação.
Contabilidade e demonstrações financeiras	O livro-razão distribuído fará auditoria e relatórios financeiros em tempos real, preditivos e transparentes, melhorando a capacidade de fiscalização.	Auditoria, gestão de ativos, reguladoras.

Fonte: Tapscott e Tapscott (2016).

No Quadro 3, nota-se que a tecnologia *blockchain* não se limita apenas ao armazenamento de transações financeiras, mas permite uma atuação de diversas operações de maneira descentralizada e imutável de modo a aumentar ao máximo possível a segurança dos dados fornecidos e gerados dentro da rede *blockchain*. Tapscott (2016) afirma que o *blockchain* agiliza não somente os processos financeiros, mas reduz os obstáculos para operações e exercício de atividades de uma determinada organização.

Por conseguinte, é notório que as auditorias ainda não conseguem ser totalmente assertivas, o que pode dificultar o embasamento para as tomadas de decisões e análise dos demonstrativos contábeis e financeiros. Acelerar as atividades de preparação da auditoria pode auxiliar a reduzir o lapso de tempo entre o início dos trabalhos e a emissão de relatórios e pareceres da auditoria, aumentando consequentemente a eficiência desses relatórios, permitindo aos profissionais que foquem nos riscos mais complexos.

Nessa perspectiva, a presente pesquisa analisou as possibilidades de utilização da tecnologia *blockchain* como mecanismo para armazenamento e segurança de dados e instrumento para auditoria contábil com base na revisão bibliográfica nacional e internacional. No decorrer da pesquisa, mostrou-se que, apesar das complexidades apresentadas, a tecnologia oferece uma oportunidade de aperfei-

çoamento dos relatórios financeiros e processos de auditoria, pois, em uma realidade de *blockchain*, o auditor pode ter acesso a dados em tempo real e imutáveis, proporcionando obtenção de informações suficientes para uma auditoria tempestiva, consistente e recorrente.

Como pontos negativos, verificou-se a escassez de pesquisas sobre o tema na base de dados disponíveis, tanto nacionais quanto internacionais, devido a própria tecnologia ter sido instituída no mercado recentemente, em meados de 2008, encontrando-se pouca experiência profissional desta tecnologia.

Considerações Finais

Observou-se, no decorrer deste estudo, que o atual mercado financeiro tem evoluído gradualmente na área financeira e na área tecnológica, gerando cada vez mais informações que servem de base para tomadas de decisões. Com isso, surge a necessidade de implementações de novas tecnologias gerenciais e de armazenamento de maneira segura para processar esses dados, tecnologia essa destacada na pesquisa como *Blockchain*, que se trata de uma rede de criptografia interna ou pública responsável por armazenar todas as informações nelas geradas ou lançadas, tais como: transações financeiras, transações de cripto ativos, ações e entre outros.

Nesse âmbito, com base na revisão bibliográfica realizada ao longo da pesquisa, pôde-se perceber tamanha importância e grande capacidade de aplicações que a tecnologia *blockchain* pode proporcionar a diversos nichos de negócios, como o setor contábil e auditorias contábeis. Essa tecnologia promove facilidade para a aprimoramento da atividade contábil, visto que ela, em sua matriz, foi desenhada com mecanismos que, em partes, seguem vários princípios corriqueiros na auditoria, como a veracidade e confiabilidade das informações gerenciadas.

Ademais, verificou-se que, na auditoria contábil, o *blockchain* contribui de diversas maneiras, possibilitando o armazenamento distribuído, criando históricos de transações em blocos ligados com todas as informações geradas anteriormente, garantindo a imutabilidade dessas informações e, conseqüentemente, aumentando a confiabilidade e qualidade desses dados. De modo geral, o uso dessa tecnologia possibilita a redução de custos com recursos humanos para análise e processamento de diversas informações e a otimização de tempo para a execução da atividade de auditoria. Tudo isso indica a solução da problemática levantada no início do trabalho, a qual propunha o questionamento sobre as contribuições do *blockchain* como mecanismo de armazenamento e segurança de dados e instrumentos na auditoria contábil.

Referências

ALVES, P.H. *et al.* **Desmistificando *blockchain*: Conceitos e aplicações.** Computação e Sociedade. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Computação, 2018.

APPOLINÁRIO, F. **Dicionário de metodologia científica: um guia para a produção do conhecimento científico.** In: Dicionário de metodologia científica: um guia para a produção do conhecimento científico. 2007.

ATZORI, L.; IERA, A.; MORABITO, G. The Internet of Things: A survey. **Computer Networks.** v. 54,

n. 15. 2010.

AUGUSTO, A. **Metodologias quantitativas/metodologias qualitativas: mais do que uma questão de preferência.** In: Forum Sociológico. Série II. CESNOVA, 2014. p. 73-77.

BONYUET, D. Overview and impact of blockchain on auditing. **International Journal of Digital Accounting Research**, v. 20, n. February, p. 31–43, 2020.

CAI, Y; ZHU, D. Fraud detections for online businesses: a perspective from blockchain technology. **Financial Innovation**, v. 2, n. 1, p. 1-10, 2016.

CARDOSO, R. S. **Proposta de Aplicação para verificação do voto com tecnologia blockchain: A abordagem de um modelo E2E *verifiability* para internet voting da Estônia.** PUCSP. 2020.

CASINO, F.; DASAKLIS, T. K.; PATSAKIS, C. A Systematic Literature Review of Blockchain-Based Applications: Current Status, Classification and Open Issues. **Telematics and informatics**, v. 36, 2019.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. **Metodologia Científica.** 6 Ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CREPALDI, G. S.; CREPALDI, S. A. **Auditoria Contábil: teoria e prática.** 10. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

DAI, J. **Three essays on audit technology: audit 4.0, blockchain, and audit app. 173 f.** Dissertation (Program in Management) - Rutgers University-Graduate School-Newark, New Jersey, 2017.

DEL-MASSO, M. C. S.; COTTA, M. A. C.; SANTOS, M. A. P. **Ética em Pesquisa Científica: conceitos e finalidades.** Redefor Educação Especial e Inclusiva, Texto II. São Paulo: Unesp, 2012.

EMANUEL, E. L. T. **Uma Visão sobre a Tecnologia Blockchain: Domínios de Aplicação e Especificidades na Cadeia de Abastecimento.** Tese (Mestrado em Engenharia Electrotécnica e de Computadores) Especialização em Sistemas e Planeamento Industrial, Instituto Superior de Engenharia do Porto. Porto, Portugal. 2020.

FANNING, K.; CENTERS, D. P. Blockchain and its Coming Impact on Financial Services. **The Journal of Corporate Accounting & Finance**, v. 27, n. 5, p. 53-57, 2016.

FONTALBA, M.; LIMA, P; LENNON, J. **Uma Experiência *Blockchain*:** da Introdução ao Projeto. 2019.

FULLER, S. H., MARKELEVICH, A. Should accountants care about blockchain? **Journal of Corporate Accounting & Finance**, v. 31, n. 2, p. 34-46, 2020.

GATES, M. **Blockchain: Ultimate Guide to Understanding Blockchain, Bitcoin, Cryptocurrencies, Smart Contracts and the Future of Money.** Breinigscille, Pensilvânia, 2017.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2002.

GONÇALVES, R. L. M. **Automatização residencial: um estudo de caso da aplicação da internet das coisas.** Sistemas de Informação-Florianópolis, 2019.

GRAMLING, A. A.; RITTENBERG, L. E.; JOHNSTONE, K. M. **Livro Auditoria, tradução da 7ª edição norte americana;** [tradução técnica Antonio Zoratto Sanvicente]. – São Paulo: Cengage Learning. Título original: Auditing. 7 ed. norte-americana. 2012.

HACKIUS, N.; PETERSEN, M. **Blockchain in Logistics and Supply Chain: Trick or Treat?.** Reinf.

Plast. Berlin. 2017.

HEISLER, I. P.; VENDRUSCULO, M. I.; SALLABERRY, J. D. A Evolução da Contabilidade ao Longo da História do Brasil. **Revista de Administração e Contabilidade**, Santo Ângelo, v. 17. 2018.

IMONIANA, J. O. **Auditoria de sistemas de informação – 3. ed.** – São Paulo: Atlas. 2016.

LUCENA, A. U.; HENRIQUES, M. A. A. Estudo de arquiteturas do *Blockchains* de *Bitcoin* e *Ethereum*. In: **IX Encontro de Alunos e Docentes do DCA/FEEC/UNICAMPO**, 9, 29-30 de setembro, Campinas, São Paulo. 2016.

MAINELLI, M.; SMITH, M. Sharing ledgers for sharing economies: an exploration of mutual distributed ledgers (aka blockchain technology). **Journal of financial perspectives**, v. 3, n. 3, 2015.

NAKAMOTO, Satoshi. Bitcoin: A Peer-to-Peer Electronic Cash System. **Decentralized Business Review**, 2008.

ØLNES, S.; UBACHT, J; JANSSEN, M. Blockchain in government: Benefits and implications of distributed ledger technology for information sharing. **Government Information Quarterly**, v. 34, n. 3, p. 355-364, 2017.

PAYÃO, F. **Brasil poderá usar Ethereum para armazenar votos de cidadãos.** 2017. Disponível em <https://www.tecmundo.com.br/seguranca/125809-brasil-usar-ethereum-armazenar-votos-cidadaos.htm>. Acesso em 04 de junho de 2022.

SÁ, A.L. **História Geral da Contabilidade no Brasil.** 1. ed. Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 2008.

SWAN, M. **Blockchain: Blueprint for a New Economy.** Sebastopol California: O’ Reilly MediaInc., 2015.

TAPSCOTT, D; TAPSCOTT, A. The impact of the blockchain goes beyond financial services. **Harvard business review**, v. 10, n. 7, 2016.

TIJAN, E. *et al.* Blockchain Technology Implementation in Logistics. **Sustainability**, v. 11, n. 4, 2019.

UNDERWOOD, S. Blockchain beyond bitcoin. **Communications of the ACM**, v. 59, n. 11, p. 15-17, 2016.

VICENTE, E. F. R. **Auditoria contábil.** Editora, UFSC, 2014.

WATSON, L. A.; MISHLER, C. Get ready for Blockchain: should management accountants add blockchain technology to their professional vocabulary?. **Strategic Finance**, v. 98, n. 7, p. 62-64, 2017.

ZANELLA, L. C. H. *et al.* **Metodologia da pesquisa.** SEAD/UFSC, 2006.

ZARTE, Maximilian *et al.* Building an Industry 4.0-compliant lab environment to demonstrate connectivity between shop floor and IT levels of an enterprise. *Iecon*, 2016 - **42nd Annual Conference of The IEEE Industrial Electronics Society**, Florence. 2016.

ZHOU, K.; LIU, T.; ZHOU, L. Industry 4.0: Towards future industrial opportunities and challenges. 2015. **12th International Conference on Fuzzy Systems and Knowledge Discovery.** 2015.

ZYSKIND, G. *et al.* Decentralizing privacy: Using blockchain to protect personal data. In: **2015 IEEE Security and Privacy Workshops.** IEEE, 2015. p. 180-184.

OS IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS OCASIONADOS PELA GESTÃO FINANCEIRA PESSOAL

Jessica Pereira da Silva¹⁰

Cheila Fernandes de Andrade¹¹

Venusa Delgado Rego¹²

Jucicleia Teodoro de Lima Izidoro¹³

Andrea Pereira da Conceição¹⁴

Introdução

O equilíbrio financeiro é o alvo de todas as pessoas que almejam a satisfação pessoal. Logo, como família, o maior objetivo é ter a possibilidade de nivelar gastos com necessidades básicas e desejos. Embora pesquisas apontem que as pessoas não possuem o hábito de poupar dinheiro, o bom planejamento financeiro ainda é o meio pelo qual esse desejo se torna uma prática saudável e possível (SPC, 2014).

A educação financeira é um assunto que, há alguns anos, vem sendo discutido nas academias como um meio de transformar o cenário econômico das famílias brasileiras. Nisso, e de acordo com OCDE (2005), a educação financeira pode ser entendida como o meio pelo qual as pessoas e as sociedades melhoram o entendimento sobre conceitos e produtos financeiros, de modo que, com informação e melhor orientação, desenvolvam valores e entendimentos suficientes para torná-los conhecedores ou conscientes dos riscos e das oportunidades neles envolvidos. Partindo desse pressuposto, questionou-se: Quais os impactos socioeconômicos ocasionados com o uso da gestão financeira pessoal?

À vista do exposto, o estudo teve como objetivo geral demonstrar os impactos socioeconômicos ocasionados com o uso da gestão financeira pessoal. E como objetivos específicos, o estudo buscou conceituar educação financeira; destacar a importância da alfabetização financeira para a gestão de finanças pessoais; e apontar impactos causados pela gestão financeira na vida do indivíduo.

A relevância desse estudo se dá pelo número de decisões financeiras importantes que o indivíduo toma em seu dia a dia, incluindo as de caráter econômico, em que algumas delas podem ser tomadas de maneira simples, e outras, de formas mais complexas, exigindo mais informações e até mesmo habilidades. Gerir o próprio dinheiro com sabedoria é fundamental para que o indivíduo alcance a qualidade de vida que deseja, tanto para si quanto para a família (Eker, 2006).

Buscado alcançar os objetivos supracitados, o estudo consistiu no desenvolvimento de uma pesquisa de natureza básica, de caráter exploratório, que apresenta como método de investigação pesquisa bibliográfica e documental, baseada em livros especializados e em materiais de natureza científica, para reunir, selecionar e interpretar as contribuições existentes na literatura especializada sobre a gestão financeira pessoal.

10 Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS)

11 Mestre em Gestão e Desenvolvimento Regional pela Universidade de Taubaté (UNITAU)

12 Mestre em Gestão e Desenvolvimento Regional pela Universidade de Taubaté (UNITAU)

13 Mestre em Gestão e Desenvolvimento Regional pela Universidade de Taubaté (UNITAU)

14 Mestre em Gestão e Desenvolvimento Regional pela Universidade de Taubaté (UNITAU)

Este trabalho está estruturado em seis seções, iniciando com a introdução, onde é discriminado o problema, objetivos do trabalho e sua relevância social. A seção dois apresenta a discussão teórica sobre o tema. A abordagem metodológica é apresentada na terceira seção. A discussão dos dados está evidenciada na seção quatro. Na sequência, as considerações finais, bem como sugestões para futuros trabalhos estão na quinta seção e as referências utilizadas estão registradas na sexta seção.

Referencial teórico

Educação financeira

A crise financeira que se estendeu de 2007 a 2009, e refletiu no mundo dos negócios e reflete até hoje, causou muitas perdas financeiras irreparáveis para os indivíduos. Essa crise exigiu de cada cidadão uma busca por conhecimento por meio de estudos sobre educação financeira.

Segundo Gallery *et al.* (2011, p.288), educação financeira é “a capacidade de fazer julgamentos inteligentes e decisões eficazes em relação ao uso e gestão do dinheiro”. Já Beiruth (2016) reitera que educação financeira engloba inúmeros recursos para se ter uma vida financeira proveitosa e saudável, livre das dívidas a fim de evitar o endividamento e a inadimplência. Tendo assim, o intuito de gerar discernimento sobre a administração das finanças pessoais.

Dessa forma, compreende-se educação financeira como a inteligência de ler e interpretar números e assim transformá-los em informação para elaborar um planejamento financeiro que garanta um consumo saudável e o futuro equilibrado nas finanças pessoais. Pois ter uma educação financeira viabiliza ao indivíduo fazer escolhas sobre como usufruir do seu dinheiro, avaliando as possibilidades de riscos que as envolvem.

Com isso é necessário que o indivíduo saiba administrar uma amplitude de singularidades que ocorrem em seu dia a dia. Coordenar tais singularidades remete a saber lidar com suas finanças, sabendo diferenciar o que são gastos e o que são ganhos, criando um planejamento financeiro e acima disso, ter condições de lidar com o orçamento financeiro auferido a partir da educação financeira.

Sendo a educação financeira um meio de desenvolvimento de competências, faz com que o indivíduo seja capaz de tomar decisões mais seguras, aprimorando a gestão das finanças pessoais. Ao aperfeiçoar suas competências, o sujeito passa a se sentir mais integrado à sociedade e mais influente no âmbito financeiro, além de melhorar seu bem-estar e sua qualidade de vida.

Finanças pessoais

Finanças pessoais é caracterizada como um assunto atrelado ao dia a dia, em que se fala sobre os comportamentos e conceitos financeiros das pessoas, em como usufruir do dinheiro com responsabilidade, efetuando um planejamento financeiro (Leal; Nascimento, 2008).

Pires (2006) define que finanças pessoais compreendem a gestão do dinheiro próprio e de terceiros, para obter acesso a bens, como também a alocação de recursos físicos com a finalidade de obter dinheiro. Dessa forma, o indivíduo precisa ter um conhecimento sobre finanças pessoais, fazendo uso de tais conhecimentos para que não sofra por consequências do mau uso de sua renda.

Com isso, aprender sobre finanças e como administrá-la, pode ajudar a melhorar a gestão das finanças pessoais, facilitando assim a vida do indivíduo, deixando mais tranquila e equilibrada ao tratar do ponto de vista financeiro.

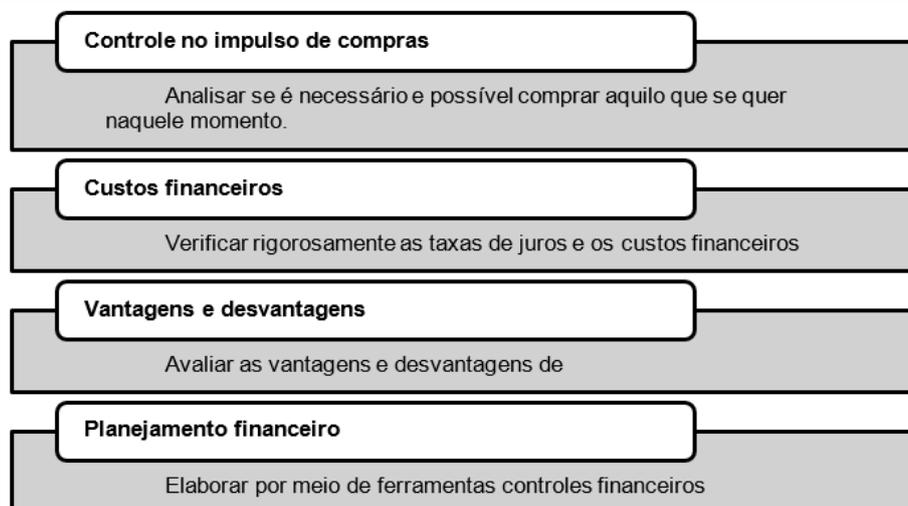
As finanças pessoais são primordiais para efetuar o gerenciamento das receitas e despesas, sendo necessário que haja a gestão das finanças, para que as despesas não venham a se tornar maior que as receitas, produzindo um embate na qualidade de vida das pessoas, gerando assim, situações de estresse, falta de apetite, insônia, mau-humor, fatores estes, que podem suscitar uma crise de ansiedade. Logo, uma das formas de solucionar tais dificuldades financeiras é a utilização correta do dinheiro, sendo ela realizada a partir do planejamento financeiro pessoal (Guindani; Martins; Cruz, 2008).

Planejamento financeiro

Do ponto de vista de Maximiano (2004), o planejamento pode ser entendido como o processo de tomada de decisões sobre o futuro, influenciando de forma positiva ou negativa a vida do indivíduo, proporcionalmente à sua capacidade de estabelecer metas razoavelmente possíveis de serem alcançadas. Assim, observa-se que planejamento financeiro nada mais é que a organização da vida financeira, objetivando a melhoria da qualidade de vida financeira pessoal e familiar. E para ter essa organização, Remund (2010) afirma que não basta que o indivíduo conheça conceitos financeiros, ele precisa também ter confiança suficiente para utilizá-los nas decisões financeiras e no planejamento financeiro pessoal.

Guindani, Martins e Cruz (2008) afirmam que saber lidar com a utilização do dinheiro é uma das formas de resolver problemas financeiros. O planejamento financeiro é de grande importância para o indivíduo, pois por meio dele é criada a oportunidade da conquista da independência financeira, permitindo que o indivíduo tenha mais qualidade de vida, pois a partir do planejamento financeiro é possível que o indivíduo tenha um controle de seus gastos, podendo observar quais vantagens e desvantagens na realização de compras, analisando todos os seus custos. A Figura 1 mostra a importância do planejamento financeiro para o indivíduo.

Figura 1. Importância do Planejamento Financeiro



Fonte: Adaptado de Guindani, Martinse Cruz (2008).

Frankenberg (1999 *apud* Faria, 2008), apresenta que o planejamento financeiro pessoal busca pelo aumento de seus recursos, com o desenvolvimento de patrimônio pessoal. Logo, o planejamento financeiro pessoal divide-se em curto, médio e longo prazo, proporcionando uma maior utilização de seus bens.

O planejamento em curto prazo trata-se de atividades traçadas em um período curto (de um a dois anos), objetivando seus reflexos financeiros para este período (Gitman, 2001).

Os planejamentos de médio prazo são realizados no período de três a cinco anos. O planejamento de longo prazo são atividades planejadas em um período longo (seis a dez anos), objetivando reflexos financeiros. Estes planos tendem a cobrir um período de dois a dez anos. Assim, Lemes Jr., Cherobim e Rigo (2005) retratam que o planejamento financeiro é definido como um importante instrumento para a técnica e o gerenciamento financeiro, visto que propicia oportunidades para elaborar a administração de desenvolvimento e conferir garantia financeira de seus deveres e obrigações sem ameaçar suas finanças, cooperando assim com o progresso socioeconômico.

A gestão financeira pessoal não está atrelada somente ao nível de recursos financeiros, como também sobre sua gestão, o planejamento e a realização do orçamento para assim usufruí-los. Posto isso, Cerbasi (2004. p, 61) sustenta que “o primeiro passo para poupar é fazer sobrar dinheiro”, sendo plausível através da realização e seguimento de um planejamento financeiro.

Orçamento pessoal

O orçamento pessoal é um mecanismo de planejamento financeiro que tem por intuito analisar os gastos e planificar as finanças a fim de obter estabilidade financeira, o que significa conciliar as saídas às suas entradas. Diante disso, Pires (2007), reitera que o orçamento pessoal tem o intuito de auxiliar na identificação de quais períodos ocorrerá um saldo negativo e em quais haverá saldo positivo. Ela pode ser vista como uma ferramenta de gestão mensal, semestral ou anual, sendo uma planilha que enumera as receitas e despesas previstas e as esperadas para o período.

O orçamento pessoal é ímpar para cada indivíduo, em razão de que com ele é provável reconhecer e controlar as entradas e saídas de seus bens, sendo possível organizar o grupo de cada gasto, sendo possível este feito por meio de um caderno com anotações ou planilhas eletrônicas, sendo capaz de observar os gastos dispensáveis, otimizando as entradas. Segundo Cerbasi (2004. p, 63), é importante que a pessoa inclua em seu orçamento a meta mensal de investimentos para que estes investimentos passem a ser prioridade em seu orçamento.

A realização de um orçamento diz respeito a uma questão a ser realizada com disciplina, visto que influenciará nas tomadas de decisões de cada indivíduo. Para a elaboração de um orçamento, é necessária uma análise correta de toda a situação financeira em que se encontra, dando início à elaboração de uma planilha, listando entradas e saídas, sejam estas fixas ou variáveis.

Segundo SEBRAE (2013), a elaboração de um orçamento, se dá a partir da divisão das entradas e saídas, definindo em gastos, quais são necessidade e quais são desejo. A Figura 2 apresenta um modelo básico de um orçamento com gastos fixos mensais e variáveis.

Figura 2. Gastos fixos e variáveis

GASTOS MENSAIS FIXOS



- Água
- Luz
- Alimentação
- Telefone
- Aluguel
- Transporte

GASTOS VARIÁVEIS



- Lazer
- Cuidados Pessoais
- Vestuário
- Veículo
- Financeiro

Fonte: Adaptado de SEBRAE (2013).

Conforme Figura 2, um modelo básico de gastos mensais pode ser dividido como gastos fixos, que são aqueles gastos que, independentemente do seu valor, são fixos, pelo fato de serem mensais, como por exemplo: água, energia, alimentação básica, telefone.

Para Leone (2000), gastos fixos são definidos como os gastos que não variam de atividade, sendo estes custos que permanecem. Já os gastos variáveis, conforme Figura 3, são os gastos que variam mensalmente, de acordo com a época e situação, onde Padoveze (2009) define como os gastos que não são recorrentes no período, ou seja, que variam.

Figura 3. Entradas

RENDA MENSAL



- Salário 1
- Salário 2
- Outras receitas

Soma das entradas= R\$

R\$



- \$\$
- \$\$
- \$\$

Fonte: Adaptado de SEBRAE (2013).

A Figura 3 é um exemplo de como elaborar um orçamento financeiro a partir da utilização dos registros das entradas dos recursos financeiros, mostrando uma forma de como podem ser organizados, além de usufruí-las com maior precisão.

Metodologia

Este estudo teve por intuito analisar a gestão financeira pessoal e os seus impactos socioeconômicos. A sua abordagem tratou-se de uma pesquisa qualitativa, em que Lakatos e Marconi (2010) explanam que se trata de uma pesquisa analisa e interpreta aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano e ainda fornecendo análises mais detalhadas sobre as investigações, atitudes e tendências de comportamento.

A pesquisa caracterizou-se como de uma pesquisa de caráter exploratório, pois, segundo Fernandes Júnior e Santos (2021), a pesquisa exploratória tem a finalidade de proporcionar mais informações sobre o assunto que está sendo investigado, possibilitando sua definição e delineamento.

A pesquisa apresentou como método de investigação a pesquisa bibliográfica e documental, baseada em livros especializados e em materiais de natureza científica para reunir, selecionar e interpretar as contribuições existentes na literatura especializada sobre a gestão financeira pessoal. Cervo *et. al* (2007) descrevem que a pesquisa bibliográfica busca esclarecer um problema baseado em referências já publicadas como, por exemplo; em artigos, sites, livros, dissertações e teses.

A pesquisa documental refere-se a toda a informação coletada, seja de forma oral, escrita ou visualizada. De acordo com Gil (2002, p.62-3), a pesquisa documental apresenta algumas vantagens por ser “fonte rica e estável de dados”: não implica altos custos, não exige contato com os sujeitos da pesquisa e possibilita uma leitura aprofundada das fontes.

Os dados foram apresentados em formas de figuras e tabelas, sendo analisados no ano de 2014 S&P Global FinLit Survey e 2022 PNUD. As pesquisas Serasa 2021, com ênfase nos impactos emocionais gerados na vida do indivíduo, e Serasa 2022, no contexto comparativo dos últimos doze meses em relação às dívidas dos brasileiros, também deram base à escrita de trabalho.

Resultados e discussões

Esta pesquisa teve por objetivo explanar a problemática definida, a fim de esclarecer, por meio do referencial teórico, o quanto a gestão financeira pessoal atua para que o indivíduo saiba efetuar e gerir um orçamento pessoal que supere os impactos socioeconômicos.

Nível de satisfação e qualidade de vida

O nível de satisfação da vida do ser humano envolve avaliações sobre a sua qualidade de vida. Nesse sentido, ter essa qualidade de vida abrange fatores como uma boa gestão financeira, através do controle de suas finanças por um planejamento pessoal.

Este estudo buscou verificar os impactos socioeconômicos ocasionados com a gestão financeira pessoal, sendo possível analisar que um destes impactos se caracteriza pela qualidade de vida do indivíduo, advindo do gerenciamento correto de suas rendas, fundamentado em um planejamento financeiro pessoal.

À vista disso, a Organização Mundial de Saúde (OMS) define qualidade de vida como a compreensão do indivíduo sobre a sua inclusão na vida, em que envolve a cultura, o sistema de valores nos quais ele vive e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações.

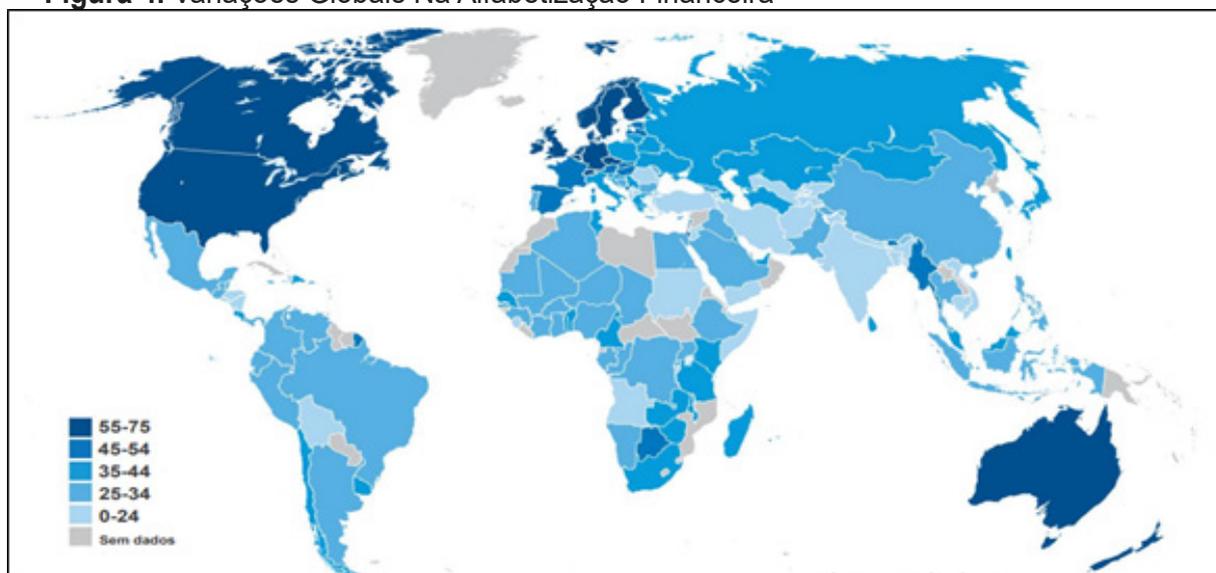
São determinantes primordiais para se avaliar o nível de qualidade de vida de um indivíduo, segundo a OMS, o acesso à saúde, ao saneamento básico, à educação, ao transporte, ao bem-estar espiritual, físico, mental, psicológico e emocional, além de relacionamentos sociais, como família e amigos.

Fundamentado em tais fatores, a gestão financeira pessoal é primordial para obtenção de uma melhor qualidade de vida para o indivíduo, pois ela ultrapassa o aprender a economizar, acumular dinheiro, cortar gastos, investir e valorizar aspectos pessoais, de seu tempo e de renda. Com isso, a gestão financeira pessoal caracteriza-se como aproveitar o presente, vivendo uma vida de qualidade, mas focando no futuro, evitando gastos supérfluos.

Desse modo, foi possível observar que países em que os indivíduos detêm um maior nível de alfabetização financeira há uma melhor qualidade de vida, conforme dados da pesquisa S&P Global Financial Literacy Survey (2014), que tem por objetivo medir o nível de alfabetização dos países dos cinco continentes. A Figura 4 mostra o nível de alfabetização financeira de cada país, conforme pesquisa S&P Global FinLit Survey (2014).

A pesquisa global sobre alfabetização financeira foi realizada em mais de 140 países, com uma média de 150 mil adultos entrevistados. A obtenção do nível de alfabetização financeira foi medida a partir de perguntas sobre quatro conceitos básicos: conhecimento de taxas de juros, composição de juros, inflação e diversificação de risco, em que os dados da pesquisa revelaram que dois a cada três adultos no mundo são analfabetos financeiramente.

Figura 4. Variações Globais Na Alfabetização Financeira



Fonte: S&P Global FinLit Survey (2014).

Os dados apresentados na Figura 4 indicam que um indivíduo, para ser caracterizado alfabetizado financeiramente, deve responder corretamente a pelo menos três dos quatro conceitos financeiros descritos. Destarte, 33% dos adultos de todo mundo são alfabetizados financeiramente. Com esses resultados, foi observado que em média 67% da população mundial têm baixo nível de conhecimentos financeiros, sendo estes em sua maioria nos países em desenvolvimento.

Os maiores índices de alfabetização financeira se dão em países Europeus e nos países da América do Norte. São eles: Austrália, Canadá, Dinamarca, Finlândia, Alemanha, Israel, Holanda,

Noruega, Suécia e Reino Unido, em que sua média está entre 55% a 75% de alfabetização financeira, conforme mostra a Figura 4.

Além disso, conforme demonstrado na Figura 4, alguns países africanos não apresentam dados na pesquisa e países do sul da Ásia e da América do Sul estão na faixa média e baixa de alfabetização. Com isso, é perceptível que as taxas de alfabetização financeira entre os países desenvolvidos, os em desenvolvimento e os subdesenvolvidos são discrepantes. Expondo que nos países em desenvolvimento, os BRICS - Brasil, Federação Russa, Índia, China e África do Sul, a média de alfabetização financeira é de 28%.

Ao analisar os índices de desenvolvimento humano dos países líderes em educação financeira, segundo dados do PNUD (2022), observa-se que eles estão entre os trinta primeiros na lista do IDH, em que se mede a qualidade de vida do indivíduo em termos de saúde, moradia, educação e renda. A Tabela 1 mostra a correlação entre a lista dos 10 primeiros países em alfabetização financeira e a sua colocação no IDH.

Tabela 1. Lista de colocação de países no Relatório de Alfabetização Financeira e IDH

Alfabetização financeira		IDH	
Noruega	1º	Suécia	1º
Dinamarca	2º	Noruega	2º
Suécia	3º	Austrália	5º
Israel	4º	Dinamarca	6º
Canadá	5º	Alemanha	9º
Reino Unido	6º	Holanda	10º
Holanda	7º	Finlândia	11º
Alemanha	8º	Canadá	15º
Austrália	9º	Reino Unido	18º
Finlândia	10º	Israel	22º

Fonte: S&P Ratings Services Global Financial Literacy Survey (2014); PNUD (2022).

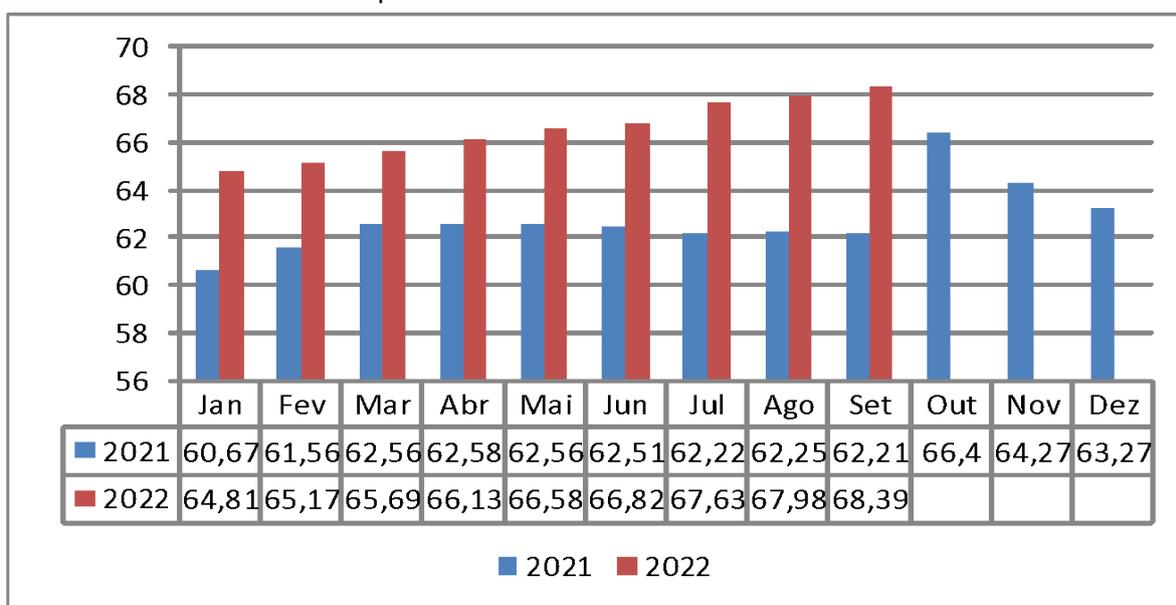
A Tabela 1 demonstra, em ordem numérica, a colocação dos 10 primeiros países na pesquisa de alfabetização financeira, fazendo uma comparação com a colocação desses mesmos países no Relatório de Desenvolvimento Humano (2021/2022).

Associar essas pesquisas têm por intuito demonstrar que os países que têm os maiores índices de alfabetização têm em sua maioria altos índices de desenvolvimento humano, sendo evidenciados pelo investimento realizado em sua educação, não somente a básica, mas na financeira, desde as séries primárias, para que quando adultos saibam gerir suas finanças pessoais.

Perfil de endividamento e bem-estar financeiro

O levantamento mensal do Serasa sobre a relação dos brasileiros com as dívidas referentes ao mês de setembro (2022) mostra uma crescente evolução do número de inadimplentes em relação ao mesmo mês de 2021. No ano de 2021, no mês de setembro, o número de inadimplentes era de 62,21 milhões, já em setembro de 2022 o número foi de 68,39 milhões. O gráfico 1 mostra a elevação no índice de inadimplência nos últimos doze meses.

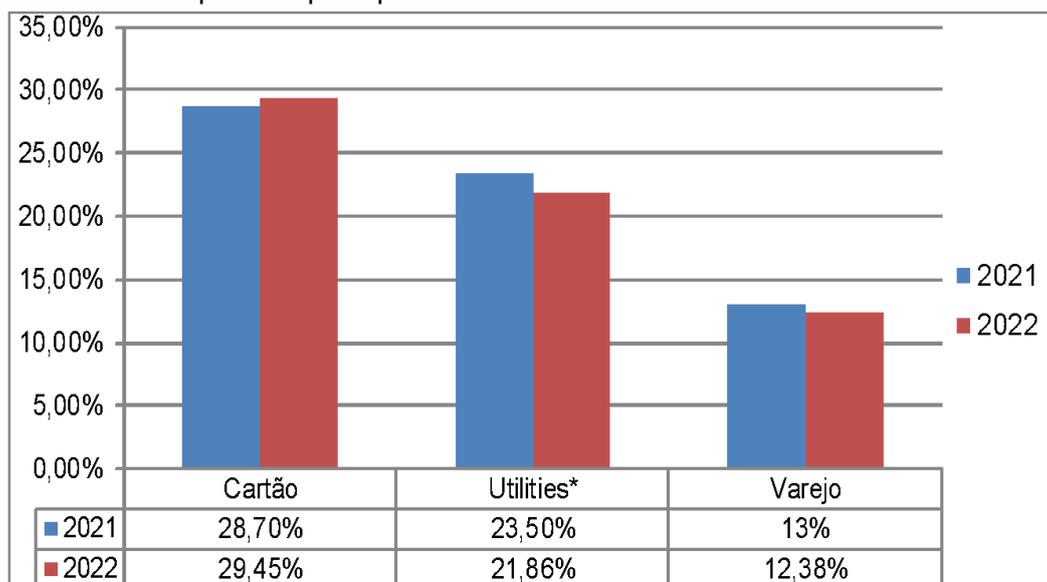
Gráfico 1. Índice de inadimplência



Fonte: Serasa (2022)

O gráfico 1 traz um levantamento de setembro de 2021 a setembro de 2022 e mostra o número de inadimplentes e sua crescente evolução no decorrer dos meses. Baseada nos dados Serasa (2022) sobre inadimplência, a pesquisa mostra que as principais dívidas são em relação ao cartão de crédito, varejo e “utilities” (água, energia). O gráfico 2 mostra as principais dívidas em relação ao mês de setembro.

Gráfico 2 - Inadimplentes: principais dívidas



Fonte: Serasa (2022).

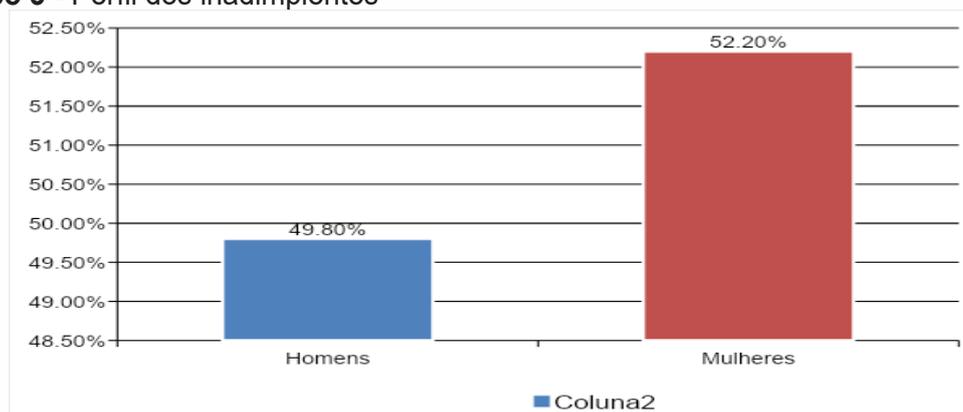
*Utilities: Contas básicas: água, energia, alimentação, telefone.

De acordo com o gráfico 2, o cartão de crédito, as compras no varejo e as “utilities” são os principais fatores para o indivíduo entrar em endividamento, de acordo com a pesquisa Serasa (2022). Das dívidas com cartão, sua maioria, equivalente a 65%, estão relacionadas a compras em supermercados. Efetuando um comparativo, em setembro de 2021, as dívidas no cartão tinham um valor de 28,70%, já no mesmo mês de 2022, sua porcentagem estava em 29,45%.

Contas básicas como água, energia, alimentação e telefone, são caracterizadas, segundo pesquisa Serasa (2022), como “utilities”, visto que são dívidas básicas à necessidade humana. Efetuando um comparativo, no ano de 2021, sua porcentagem de dívidas estava em 23,50%, já no mesmo mês do ano de 2022, houve uma queda, indo para 21,86% de inadimplentes.

Assim como “utilities”, o varejo trouxe uma queda comparada ao ano anterior em que estava com uma porcentagem de 13% e, no ano de 2022, teve uma diminuição para 12,38%. Dessa forma, a Figura 6 caracteriza-se pelo aumento das compras via cartão, efetivando assim o número de inadimplentes. Apontado o número de inadimplentes, o gráfico 3 mostra o perfil de inadimplentes no mês de setembro (2022).

Gráfico 3 - Perfil dos inadimplentes



Fonte: Serasa (2022)

O gráfico 3 traz o perfil dos inadimplentes referentes ao mês de setembro de 2022. Observa-se que as mulheres têm o maior índice de inadimplência, com 52,20%, já os homens correspondem a 49,80% deste índice. A pesquisa traz que, entre as faixas etárias, o maior índice está aplicado à faixa de 26 a 40 anos, com 35,1%, seguido de 41 a 60 anos, com 34,7%.

O método com que o indivíduo zela de sua renda intervém em sua vida pessoal, visto que toda a medida realizada em relação à vida financeira traz impactos à vida pessoal, implicando em seu bem-estar. Brügger *et al.* (2017) conceituam bem-estar financeiro como a habilidade do indivíduo de ter uma vida financeira saudável, sendo descrita por não apresentar problemas financeiros que resultem em dificuldades na sua vida. No entanto, a falta dessa habilidade traz impactos negativos ao indivíduo, como endividamento.

Ao longo da pesquisa, foi possível identificar que, o endividamento age de forma negativa na vida do indivíduo, pois segundo pesquisa Serasa (2021) o indivíduo passa a ter insônia, pensamentos negativos e dificuldades nos relacionamentos interpessoais por causa das dívidas. O gráfico 4 mostra os impactos emocionais sofridos pelos indivíduos, de acordo com dados do Serasa (2021).

Gráfico 4. Impactos emocionais causados pelas dívidas



Fonte: Serasa (2021).

O gráfico 4 traz os impactos emocionais causados pelas dívidas. Tais dívidas acarretam, na vida do indivíduo, uma série de situações que impactam em seu bem-estar social. Dados da pesquisa Serasa (2021) mostram que 62% dos entrevistados sentiram-se impactados pelo fato de seu (a) cônjuge estar endividado, visto que a dívida implica tanto nos planos do casal, quanto nas ações do dia a dia, como arcar com as despesas da casa, por exemplo. Outros 38% não consideram que a dívida implicou no seu relacionamento com o parceiro.

No relacionamento com amigos e familiares, 64% dos entrevistados sentiram-se impactados por estarem endividados. Por sentirem vergonha, acabam se isolando, deixando de sair ou quando não se isolam, passam a praticar hábitos agressivos, estando mais irritados.

Outro ponto importante é a falta de concentração para realização de tarefas, sejam elas diárias ou de trabalho. Nas tarefas diárias, 75% dos entrevistados sentiram impactos emocionais na hora de realizar suas atividades, dificultando seu foco e comprometimento. Já no trabalho, 76% dos entrevistados alegaram ter problemas de concentração, por conta de suas dívidas, uma vez que seu foco passa

a ser o endividamento.

Os indivíduos que tiveram pensamentos negativos, pensamentos vindos de grandes emoções, fazendo com que o indivíduo passasse a ter crises ou momentos de ansiedade, correspondem a 80%, e, 84% dos entrevistados sentiram sua vida pessoal ser impactada, por não terem dinheiro e estarem em dívidas. Deixaram de sair com amigos e fazer atividades em grupos, gerando assim um isolamento.

A insônia é um impacto que mostra que 85% dos entrevistados sentiram por estarem em situação de endividamento, sendo um fator biológico, é um dos primeiros sintomas a aparecer em situação de dívidas, por causa das grandes preocupações e outros 88% disseram sentir vergonha por estarem endividados. De acordo com a psicóloga Valéria Meirelles, configura-se uma associação entre o estado financeiro e sucesso do indivíduo, dado que o indivíduo passa a sentir-se incapaz de cuidar de sua vida financeira.

Assim, é possível mensurar que a falta de uma gestão financeira pessoal traz ao indivíduo inúmeros malefícios, tais como: problemas financeiros, psicológicos/emocionais, angústia, ansiedade, insônia, depressão. Nesse sentido, é possível enfatizar que é por intermédio de uma boa gestão financeira pessoal que o indivíduo consegue chegar ao seu bem-estar financeiro. Segundo Halfed (2006), trata-se de uma estratégia para acumular ou manter bens para o indivíduo, a qual não tem tempo estabelecido para seu término, tendo por objetivo sua estabilidade financeira.

Corroborando, Cerbasi (2004) interpreta que as pessoas endividadas, sem dinheiro para arcar com seus compromissos, passam a ter dificuldades na interação pessoal, familiar e profissional, o que pode gerar problemas psicológicos como insônia, ansiedade, estresse, falta de sono, falta ou aumento do apetite.

Dessa forma, o indivíduo que tem conhecimentos sobre a temática de gestão financeira pessoal tende a ter maior equilíbrio sobre suas finanças, evitando com que caia em dívidas e resguardando o dinheiro para geração de lucro. A partir disso, o indivíduo passa ao sentido de bem-estar financeiro, uma vez que ele pode cumprir com as suas obrigações financeiras, sentindo-se seguro em relação ao seu futuro financeiro e sendo capaz de fazer escolhas que permitam aproveitar a vida (CFPB, 2015).

Ter controle sobre os gastos do dia a dia, pagar as contas sem atraso, ter tranquilidade para absorver turbulências financeiras, são fatores que estão relacionados ao bem-estar financeiro e pessoal do indivíduo, advindo da boa gestão de suas finanças pessoais.

Considerações Finais

Esta pesquisa permitiu avaliar os impactos socioeconômicos gerados no indivíduo a partir da realização da gestão de suas finanças. Abordar essa temática é de suma relevância, visto que o indivíduo toma inúmeras decisões financeiras em seu dia a dia, e algumas delas podem ser tomadas de maneira simples e outras, de forma mais complexa, exigindo mais informações e até mesmo habilidades para gerenciá-las.

A partir dessas informações, a pesquisa delineou a seguinte problemática: Quais impactos socioeconômicos são ocasionados com o uso da gestão financeira pessoal? Para tanto, verificou-se que a problemática foi respondida, visto que, a educação financeira propicia conhecimento necessário

para um planejamento financeiro eficaz de modo a garantir que o indivíduo mantenha uma vida financeira saudável.

Frente a isso, o objetivo geral buscou demonstrar os impactos socioeconômicos ocasionados com o uso da gestão financeira pessoal. Como objetivos específicos, a pesquisa buscou conceituar educação financeira; destacar a importância da alfabetização financeira para a gestão de finanças pessoais; apontar impactos causados pela gestão financeira na vida do indivíduo.

Fundamentada em educação financeira, a alfabetização financeira trata-se de um termo mais abrangente sobre o assunto, que enfatiza que as pessoas alfabetizadas financeiramente são mais capacitadas para fazerem escolhas financeiras, comparadas a indivíduos com analfabetismo financeiro.

No decurso, foi encontrada a importância da aplicação de um planejamento financeiro na vida do indivíduo, sendo compreendida como um fator crucial para que o indivíduo estabeleça um equilíbrio em sua vida financeira, objetivando ser sobrecarregado por dívidas, levando-o ao endividamento.

Durante a discussão dos resultados, foi possível identificar o quanto a gestão financeira impacta na vida do ser humano, e como o conhecimento sobre ela atua na vida do indivíduo, uma vez que o uso incorreto ou a falta do saber traz impactos negativos ao homem. Portanto, comprova-se que os objetivos dessa pesquisa foram atingidos, já que os resultados alcançados expõem os impactos socioeconômicos que são gerados a partir da aplicabilidade da educação financeira.

À guisa conclusiva, é fundamental refletir sobre o método que o indivíduo usa para gerenciar suas finanças, sendo que tais métodos trazem desde impactos positivos como uma qualidade de vida e um bem-estar físico e mental, como também impactos negativos, desde a falta de apetite à ansiedade e depressão. Nesse sentido, sugere-se que sejam realizados novos estudos voltados para educação financeira, considerando que os estudos sobre a temática não se esgotam e fazem parte do dia a dia das pessoas contribuindo para uma melhor qualidade de vida.

Referências

BEIRUTH, A.X. *et al.* **Finanças Pessoais E Educação Financeira: O Perfil Dos Servidores Públicos De Um Município Do Centro-Oeste Brasileiro.** [s. l.], 2017. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/ruc/article/view/1382/1574>. Acesso em: 03 nov. 2022.

Caderno de educação financeira: gestão de finanças pessoais (conteúdo básico) Cidadania financeira. Brasília: Banco Central do Brasil, 2013.

CERBASI, G. P. **Dinheiro – os segredos de quem tem: como conquistar e manter sua independência financeira.** São Paulo: Gente, 2005.

CERVO, A. L. *et al.* **Metodologia científica.** 6 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CRIDDLE, E. Financial literacy: Goals and values, not just numbers. *Alliance34*, v. 4, 2006. DELAVANDE, A.; ROHWEDDER, S.; WILLIS, R. J. **Preparation for retirement, financial literacy and cognitive resources.** 2008.

DOLVIN, S. D.; TEMPLETON, W. K. Financial education and asset allocation. **Financial Services Review**, v. 15, n. 3, p. 133, Summer 2006.

- EKER, T. H. **Os segredos da mente milionária**: aprenda a enriquecer mudando seus conceitos sobre o dinheiro e adotando os hábitos das pessoas bem-sucedidas. Rio de Janeiro: Sextante, 2006.
- FARIA, L. H. C. **Planejamento Financeiro Pessoal**. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/js-pui/bitstream/235/8984/1/20551138.pdf>. Acesso em: 20 out. 2022.
- FERNANDES JR, A. J. S.; SANTOS, M. E. M. **Guia de Metodologia da Pesquisa para Jovens Cientistas**. 1. ed. São Luís: Even3 Publicações, 2021.
- GALLERY, N.; GALLERY, G.; BROWN, K.; FURNEAUX, C.; PALM, C. Financial literacy and pension investment decisions. **Financial Accountability & Management**, EUA, v. 27, n. 3, p. 286-307, 2011.
- GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GITMAN, L. J. **Princípios de Administração Financeira – Essencial**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.
- HALFED, M. **Investimentos: como administrar melhor seu dinheiro**. São Paulo: Fundamento Educacional, 2006.
- LAKATOS, E. M.; Marconi, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2010.
- LEAL, C. P. NASCIMENTO, J. A. R. **Planejamento Financeiro Pessoal**. Brasília, 2008. Disponível em: <https://cienciasgerenciais.pgskroton.com.br/article/view/2101>. Acesso em: 01 out. 2022.
- LEMES JÚNIOR, A. B.; RIGO, C. M.; CHEROBIM, A. P. M. S. **Administração financeira: princípios, fundamentos e práticas brasileiras**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2005.
- LEONE, G. S. G. **Custos: Planejamento, Implantação e Controle**. São Paulo: Atlas, 2000.
- LUSARDI, A. Financial literacy skills for the 21st century: Evidence from PISA. **Journal of consumer affairs**, v. 49, n. 3, p. 639-659, 2015.
- MARTINS, T.S.; CRUZ, J.A.W.; REIS, J.A.; GUINDANI, R.A. A influência da tipologia estratégia de miles e snow no grau de orientação para o mercado em instituições de ensino fundamental e médio do Estado do Paraná. **ENANPAD**, 32. Rio de Janeiro, 2008.
- MAXIMIANO, A. C. A. **Introdução à Administração**. 7. ed. São Paulo: Atlas.
- NASCIMENTO, J. C. H. B. *et al.* Alfabetização financeira: um estudo por meio da aplicação da teoria de resposta ao item. **Administração: Ensino e Pesquisa**, v. 17, n. 1, p. 147, 2016.
- ORGANIZAÇÃO DE COOPERAÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - OCDE. **Recommendation on principles and good practices for financial education and awareness**. Jul. 2005. Disponível em: <https://www.oecd.org/daf/fin/financial-education/%5BPT%5D%20Recomenda%C3%A7%C3%A3o%20Princ%C3%ADpios%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Financeira%202005%20.pdf>. Acesso em: 28 de set. 2022.
- PADOVEZE, C. L. **Contabilidade gerencial**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

PIRES, V. **Finanças pessoais: fundamentos e dicas**. São Paulo: Editora Equilíbrio, 2007.

POTRICH, A. C. G.; VIEIRA, K. M.; KIRCH, G. Determinantes da Alfabetização Financeira: Proposição de um Modelo e Análise da Influência das Variáveis Socioeconômicas e Demográficas. **Anais do XXXVIII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração – ANPAD**, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. 2015

PNUD. **RELATÓRIO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO 2021/2022**. Disponível em: <https://www.undp.org/pt/angola/publications/relatorio-do-desenvolvimento-humano-2021/2022>>. Acesso em: 18 nov. 2022

REMUND, D. L. Financial literacy explicated: the case for a clearer definition in an increasingly complex economy. **The Journal of Consumer Affairs**, v. 44, n. 2, p. 284, 2010.

SAVOIA, J. R. F.; SAITO, A. T.; SANTANA, F. A. Paradigmas da educação financeira no Brasil. *Revista de Administração Pública*, v. 41, n. 6, p. 1121-1141, 2007.

SEBRAE - Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas Bahia. Pessoa Física: **Planejamento e Controle Financeiro Pessoal**. 2013. Disponível em: [https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/3c27b46226d68958621f1f121cdf8f22/\\$File/4577.pdf](https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/3c27b46226d68958621f1f121cdf8f22/$File/4577.pdf). Acesso em: 01 de nov. 2022.

SERASA. **Pesquisa Endividamento 2021**. Disponível em: <https://www.serasa.com.br/imprensa/pesquisa-endividamento/>. Acesso em: 21 nov. 2022.

SERASA. **Mapa da Inadimplência e Negociação de Dívidas no Brasil**. Disponível em: <https://www.serasa.com.br/limpa-nome-online/blog/mapa-da-inadimplencia-e-renogociacao-de-dividas-no-brasil/>. Acesso em: 21 nov. 2022

S&P GLOBAL FINLIT SURVEY. **Financial Literacy Around the World**: Leora Klapper, World Bank Development Research Group Annamaria Lusardi, The George Washington University School of Business Peter van Oudheusden, World Bank Development Research Group Insights From The Standard & Poor's Ratings Services Global Financial Literacy Survey. Disponível em: https://www.insper.edu.br/wp-content/uploads/2018/09/Finlit_paper_16_F2_singles.pdf. Acesso em: 16 nov. 2022.

EDUCAÇÃO FINANCEIRA: UM FATOR DE REDUÇÃO DA DESIGUALDADE SOCIAL

Simone Alves Conceição¹⁵

Valentin Aguiar Filho¹⁶

Introdução

Em virtude das diversas variáveis que compõem o cenário econômico, tendo os indivíduos como agentes fundamentais neste contexto, a ênfase desta pesquisa é dada às causas e mecanismos que integram a economia e que têm impacto sobre a qualidade de vida da sociedade, bem como os efeitos da desigualdade social.

As diversas modificações ocorridas ao longo do tempo no campo econômico têm causado impactos significativos no cenário socioeconômico. Em vários aspectos, o conjunto de organizações que compõem o mercado econômico são agentes promotores da qualidade e liberdade dos indivíduos integrantes da sociedade.

O estudo se justifica pela relevância do conhecimento financeiro que influencia diretamente na economia nacional, sendo de suma importância a tomada de decisão de consumo de forma consciente para que venha lhe proporcionar bem-estar e qualidade de vida. Essa consciência financeira corrobora para a redução dos índices de endividamento e inadimplência.

Desse modo, esses indicadores buscam evidenciar a realidade da população nos aspectos para além da distribuição dos recursos monetários e externam a realidade da vulnerabilidade social, dando destaque aos problemas sociais causados por um sistema econômico que não proporciona a distribuição equitativa da riqueza, bem como, não prover condições básicas de ensino para um gerenciamento adequado.

Para essa análise, a bibliografia utilizada abrange áreas como, economia, contabilidade, administração e sociologia. Os assuntos pesquisados abrangem temas como, educação financeira, qualidade de vida, vulnerabilidade social e outros assuntos complementares, além disso, tem o levantamento de documentos de organizações como a Organização das Nações Unidas (ONU) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) de dados estatísticos acerca da situação econômica social. Busca-se, portanto, analisar o contexto financeiro da sociedade brasileira, sob a ótica das relações entre educação financeira, qualidade de vida e desigualdade social.

15 Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS)

16 Mestre em Gestão e Desenvolvimento Regional pela Universidade de Taubaté (UNITAU)

Revisão de Literatura

Economia: definições e fundamentos

A economia se fundamenta em estudos voltados para as condições da prosperidade material, baseado na acumulação de riqueza e na distribuição aos agentes participantes do processo produtivo, sob a ótica da perspectiva e métrica das variáveis do sistema econômico e o problema da escassez constituinte desse cenário (Rossetti, 2016).

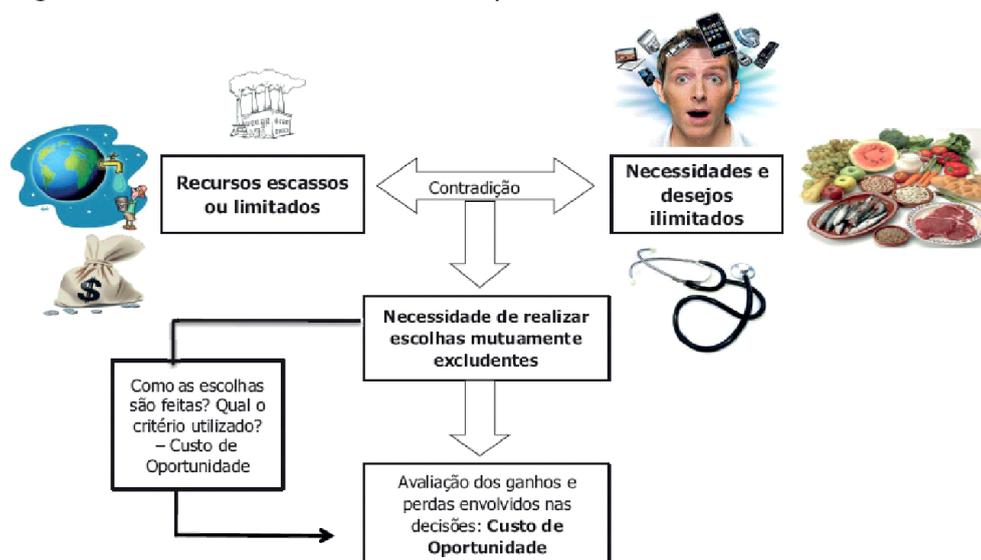
Nesse contexto, a economia é uma ciência social que estuda as ações econômicas do ser humano, inserindo-se nesse contexto o processo de produção, geração e apropriação de renda, assim como o dispêndio e acumulação de bens econômicos.

A economia gira em torno dos recursos produzidos para satisfação das necessidades dos indivíduos, essas necessidades básicas são: saúde, segurança, alimentação, moradia, transporte, vestimenta, lazer e cultura. Entretanto, os recursos que se dispõe para produção de bens e serviços são limitados, enquanto as necessidades da sociedade são ilimitadas, pois todos os dias precisam suprir essas necessidades. Desse modo, a escassez surge quando a necessidade humana é superior à capacidade de produção dos recursos limitados disponíveis (Rodrigues, 2012).

A opinião de Mankiw (2012) é que, toda vez que uma necessidade humana é satisfeita, outra surge. Além disso, com as forças da procura e da oferta, nem sempre as pessoas conseguem o que querem. Por mais rica que seja uma pessoa ou um país, a escassez é sempre experimentada.

Desse modo, as pessoas têm de fazer escolhas as quais implicam no que se estabelece como custo de oportunidade, isto é, de abrir mão de alguns de seus desejos de escolha em prol da obtenção daquilo de que realmente necessitam, conforme se destaca na Figura 1.

Figura 1. As escolhas e o custo de oportunidade



Fonte: Adaptada de BRASIL, 2021.

Para Rodrigues (2012, p. 21), nas economias de mercado, ou capitalistas, esse problema é resolvido através do mecanismo de determinação de preço por meio da oferta e demanda, ou seja, quanto maior a oferta menor tende a ser o preço, de modo que, quanto menor a oferta maior tende a

ser o preço. Em economias centralizadas, ou socialistas, esse problema é resolvido por um órgão de planejamento, através de cálculos por meio do levantamento de produção e necessidades da sociedade.

Em suma, com a escassez dos recursos produtivos, os agentes econômicos (empresas, indivíduos, dentre outros) precisam utilizá-los de forma eficiente para obter os melhores resultados tanto em termos de quantidade como de qualidade para atender as necessidades da sociedade (Rodrigues, 2012).

Pobreza e desigualdade social: um retrato das condições de vida no Brasil

O desenvolvimento econômico é mais abrangente e envolve outras dimensões além dos fatores econômicos. Para avaliar o desenvolvimento econômico de uma determinada população, um dos indicadores mais utilizados é o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), desenvolvido por Mahub Ul Haq e Amartya Sen. Esse índice abrange outros fatores no desenvolvimento humano, além do aspecto econômico, sendo incluídos os fatores de saneamento básico, moradia e acesso à educação (PNUD, 2022).

As condições de vida são desiguais em todos os países, entretanto, em alguns deles os níveis de desigualdade são maiores. De acordo com o relatório do desenvolvimento humano, de 2021, do PNUD, o Brasil ocupava a 87ª (octogésima sétima) posição em um *ranking* de 110 países. Mesmo sendo caracterizado como um país de desenvolvimento elevado, esse fenômeno é nitidamente percebido pela desigualdade entre o crescimento econômico e as condições de vida da população.

A desigualdade possui múltiplas formas de manifestação no meio social. Por isso ela é considerada multidimensional. Os fatores dessa multidimensionalidade variam conforme o contexto local. Dentro desses fatores inclui-se o sexo, a raça ou a etnia e a renda. Por isso, não existe desenvolvimento econômico sem crescimento econômico, pois o crescimento econômico é um pilar básico do desenvolvimento econômico (PNUD, 2022).

Um dos indicadores mais conhecidos no cenário econômico é o PIB *per capita*. Contudo, mesmo o crescimento econômico sendo impulsionado pelo aumento da produção de bens e serviços, não é suficiente para atenuação da desigualdade social e econômica, pelo contrário, esse aumento fez com que a população rica ficasse mais rica, enquanto a população pobre continuava cada vez mais vivendo em situações indignas e com escassez de recursos básicos para sobrevivência. Essas condições são pilares para o aumento na desigualdade social (Rodrigues, 2017).

A pobreza e a desigualdade sob a ótica da vulnerabilidade não são reflexo apenas da escassez de renda, apesar de a renda deter forte influência nos efeitos desses fenômenos, a persistência desses fatores desencadeia altos índices de analfabetismo, aumento de desemprego, fome coletiva e outras privações que não são evidenciadas por indicadores de crescimento econômico. Assim surge a necessidade de métodos e parâmetros de análise qualitativa para compreensão da realidade social (Sen, 2010).

Dados publicados pelo Banco Mundial evidenciam que, no Brasil, no início da pandemia, cerca de três em cada dez brasileiros eram pobres e cerca de 8% viviam sob circunstâncias de extrema pobreza, por isso a pobreza é uma das principais evidências que comprovam a urgência de soluções para resolução dessa problemática (Banco Mundial, 2022).

O Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) analisa a multidimensionalidade da pobreza nas variáveis de saúde, educação e padrão de vida, nessas variáveis são incluídos indicadores de nutrição, mortalidade, água potável, eletricidade e ativo. No Quadro 2, exemplifica-se cada um desses fatores.

Quadro 1. Multidimensionalidade da Pobreza

DIMENSÕES DA POBREZA	INDICADORES
SAÚDE	Nutrição
	Mortalidade Infantil
EDUCAÇÃO	Anos de Estudo
	Frequência Escolar
PADRÃO DE VIDA	Combustível de Cozimento
	Saneamento
	Água Potável
	Eletricidade
	Habitação
	Ativo

Fonte: Adaptado do PNUD (2020).

Um dos elementos que evidencia a multidimensionalidade da pobreza e desigualdade social no Brasil é a exclusão financeira. Os indivíduos que vivem em capitais possuem mais recursos que facilitam para estarem mais aptos e assim serem inseridos no sistema financeiro. Em contrapartida, os indivíduos que vivem no interior dos Estados, principalmente nos mais pobres, tendem a ser excluídos desse sistema, seja pelas dificuldades de conhecimento dos serviços financeiros ou pelas dificuldades de acesso ao próprio sistema financeiro por meio de agências bancárias (Lana, 2013).

A existência de várias formas de exclusão financeira é perceptível em algumas regiões do país. Porém, pouco são evidenciadas as consequências dessa exclusão, das dificuldades que as classes de baixa renda e as que vivem em estado de pobreza absoluta enfrentam, sem ter o mínimo de condições para inclusão nos sistemas funcionais da sociedade como o sistema financeiro (Carbone, 2017).

Baseado nessas contribuições, buscar compreender como a exclusão financeira ocasiona a pobreza social é de suma relevância. Conforme sintetizada por Lana (2013), a exclusão financeira pode ser entendida como sendo o processo no qual indivíduos não dispõem de meios e mecanismos para terem acesso a serviços básicos do sistema financeiro no que tange tanto ao acesso quanto ao uso dos seus recursos, seja por questões demográficas de localização, ou fatores socioeconômicos no que diz respeito aos preços e restrição de acesso a determinados serviços ofertados como empréstimos e financiamentos.

O indivíduo fica impossibilitado de obter a liberdade econômica quando exposto à fome e pobreza extrema, motivo pelo qual a garantia dos direitos sociais é indispensável para o processo de desenvolvimento. A liberdade agregada a oportunidades alavanca o potencial de crescimento econômico. Sem a garantia de liberdade de oportunidades de ganho financeiro, o desenvolvimento social se torna limitado, e, desse modo, a liberdade é fator crucial no crescimento e desenvolvimento econômico de uma nação (Batista, 2018).

Vulnerabilidade social

A vulnerabilidade social está correlacionada com variáveis socioeconômicas. Partindo desse princípio, a vulnerabilidade social pode ser conceituada como sendo uma situação de insegurança vivenciada por pessoas, tal como a insegurança de renda, insegurança alimentar e habitacional (Moureira, 2020).

A vulnerabilidade social está diretamente ligada ao fenômeno da desigualdade econômica. De acordo com Rossetti (2016), mesmo que sob diferentes condições e grau de desigualdade, a distribuição de renda entre os países consiste em uma das principais características universais das nações, seja em países desenvolvidos ou subdesenvolvidos economicamente. Ele pontua ainda, que há quem considere a distribuição desigual de renda como normal, mas também há quem considere esse fenômeno como um dos mais cruéis existentes na sociedade.

Como produto das mudanças no modo de vida privado dos indivíduos, a vulnerabilidade social, segundo Monteiro (2012), apresenta distintos contornos num processo de construção social, em conformidade com as condições a que esses indivíduos são submetidos, as quais geram fragilidades e contradições em nível individual e comunitário.

A vulnerabilidade social atinge uma ampla gama de suscetibilidades no nível individual e comunitário como falta de acesso a recursos e linhas de vida, às informações insuficientes e ao bem-estar e a certas crenças e costumes. Além disso, alguns indicadores que medem deficiências na infraestrutura tornam as pessoas com status comprometidos mais vulneráveis. Indicadores como densidade populacional, discriminação de gênero, status socioeconômico e condições de saúde pública são amplamente considerados as causas mais importantes de vulnerabilidade social de indivíduos.

Além disso, a distribuição de renda de forma desigual é um dos fatores mais agravantes da vulnerabilidade social. Isso se evidencia pela concentração de renda por determinados grupos da sociedade. O Índice de Gini, desenvolvido pelo matemático italiano Conrado Gini, em 1912, objetiva medir a concentração de renda e as diferenças dos mais pobres e dos mais ricos, seja de um grupo específico ou de um país, esse indicador varia de zero a um. Quanto mais próximo de zero é a pontuação, menor é o grau de concentração de renda, de modo que, quanto mais próximo de um for a pontuação, maior é o nível de concentração de renda (Wolffenbüttel, 2004).

Os efeitos que a pobreza e a desigualdade provocam na sociedade causam impactos profundos. Dados publicados pelo Banco Mundial mostram que mais de 60 milhões de brasileiros são pobres, desta parcela da população, 8% vivem sob circunstância de extrema pobreza, cerca de 20% da sociedade brasileira é cronicamente pobre, vivem com renda inferior a meio salário-mínimo e enfrentam privações de acesso a recursos para suprir necessidades básicas como acesso a saúde e educação (Banco Mundial, 2022).

Dentre os meios para erradicação da pobreza e desigualdade social estabelecidos pela ONU, compreende-se a necessidade da destinação de recursos para estimular o desenvolvimento de programas, objetivando a inclusão social no sentido econômico, e políticas de regulamentação fiscal e tributária.

Corroborando com essa afirmativa, a OCDE sintetiza que a ação do poder público deve promover o ensino da educação financeira na escola. Além disso, deve promover a criação de programas

estatais e criação de *websites* de educação, bem como serviços de educação financeira gratuitos em nível nacional. Ressalvas importantes são dadas à alfabetização financeira no aspecto de organização da vida financeira com o controle de dívidas e criação de poupança.

Princípios básicos de educação financeira são a base para fomento de uma sociedade com crescimento igualitário de oportunidades e ganho de renda, partindo da capacitação intelectual da educação nas esferas públicas e privadas, do aumento da oferta de empregos formais, das condições de saneamento básico em consonância com a garantia de acesso a unidades de saúde. Todo o conjunto de ações do ser humano no combate à pobreza e desigualdade social possuem efeitos consecutivos em vários aspectos da vida social (Sen, 2010).

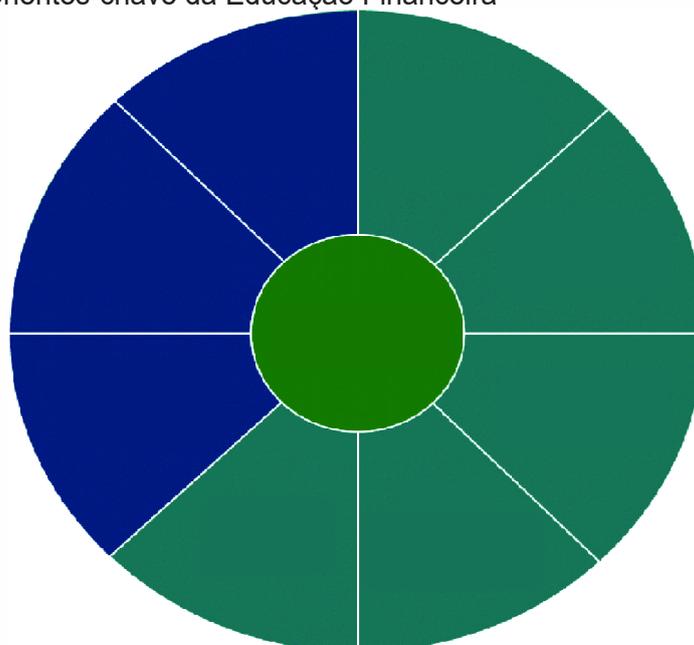
Educação financeira

Segundo o Banco Central do Brasil (Bacen, 2013), a educação financeira é um importante instrumento capaz de contribuir para o desenvolvimento econômico, com o objetivo de proporcionar melhoria na qualidade de vida das pessoas, por meio da disseminação de conhecimento e informações que transforme o comportamento financeiro do indivíduo, a educação financeira contribui positivamente para uma adequada tomada de decisão que, conseqüentemente, causa impacto significativo no desenvolvimento econômico.

Educação financeira pode ser compreendida como um conjunto de ações pelas quais o ser humano compreende os mecanismos no que diz respeito aos produtos, conceitos e suas implicações, tanto de riscos como de benefícios financeiros, pelo desenvolvimento de habilidades capazes de nortear sua conduta, por meio de informações relevantes que possam contribuir para tomar decisões conscientes e melhorar seu bem-estar financeiro (OCDE, 2005).

Instituída por meio do Decreto Presidencial nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010, a Estratégia Nacional para Educação Financeira (ENEF), reestruturada pelo Bacen por meio de seu programa, Cidadania Financeira, estabelece a criação de ferramentas de ensino para a alfabetização financeira, baseada nas quais se particularizam os componentes-chave da Educação Financeira, conforme se destaca na Figura 2 (Brasil, 2010).

Figura 2. Componentes-chave da Educação Financeira



Fonte: Adaptada de Bacen (2013)

A Educação Financeira, como foi representada por meio de seus componentes-chave, na Figura 2, se constitui em duas fases, as quais se relacionam aos seus níveis de complexidade. A primeira fase, composta pelos itens de 1 a 5, corresponde aos níveis básicos, em que os indivíduos devem ser orientados a resolver problemas relacionados ao consumo exacerbado e ao endividamento, viabilizando a esse a possibilidade de se tornar um poupador. A segunda fase, composta pelos itens de 6 a 8, corresponde aos níveis de gestão de risco de imprevisibilidade da vida, aos investimentos e gestão dos recursos poupados e aos planos de aposentadoria, como modo de prevenção contra as incertezas do futuro e aumento da expectativa de vida.

Diversos países têm adotado essa postura de educar financeiramente sua população por meio do desenvolvimento de políticas públicas de alcance nacional com a finalidade de proporcionar melhoria na tomada de decisões que corroborem para o bem-estar social no que diz respeito às decisões financeiras, uma vez que o nível de conhecimento em finanças tem influência significativa no comportamento do indivíduo (Carvas, 2018).

Eker (2006) afirma que mais importante do que a quantidade de dinheiro que uma pessoa possui é o quanto essa pessoa sabe administrar seus recursos, pois para controlá-los é necessário primeiramente saber administrá-los. Gerir os recursos financeiros de forma inteligente pode proporcionar liberdade ao indivíduo e escolha de consumo consciente, como também o desenvolvimento social pautado no conhecimento financeiro.

Nessa perspectiva, o controle eficiente dos recursos financeiros através do registro das receitas e despesas se configura como importante mecanismo de gerenciamento. Por meio dos registros dessas informações, o indivíduo pode fazer uma análise dos seus gastos atuais, assim como ter um banco de dados do histórico dos seus recursos monetários e acompanhar a evolução temporal e quantitativa dos seus ativos financeiros, e, conseqüentemente, vai desencadear uma redução de maus hábitos financeiros através da análise e controle de gastos (Soares, 2017).

Por meio das políticas públicas e programas sociais, está sendo implementada a alfabetização financeira em vários países, inclusive no Brasil, por meio da integração da disciplina de educação financeira à matriz curricular nacional do ensino médio, e instituições públicas e privadas, que possuem programas de educação financeira, são agentes transformadores da realidade educacional financeira da população brasileira (Sant'ana, 2014).

Dentre as organizações participantes dessa transformação estão os programas desenvolvidos pelo Banco Central do Brasil (Bacen), por meio de seu Programa de Educação Financeira, os quais visam oferecer aos usuários orientação sobre assuntos financeiros, notadamente quanto ao planejamento financeiro, à economia, às operações financeiras e ao meio circulante, cumprindo, assim, com sua missão de agente promotor na estabilidade econômica. Por sua vez, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), por meio do aplicativo CVM Educacional, reúne jogos com perguntas e respostas sobre finanças pessoais e mercado de capitais. Além destes, a Bolsa de Valores do Brasil (B3), disponibiliza programas educativos voltados ao ensino de finanças pessoais, mercado financeiro e investimentos, fomentando conhecimento nessas áreas.

Educar financeiramente a população é um objetivo de diversos países membros da OCDE que visam ao desenvolvimento econômico e bem-estar social. A complexidade financeira dos dias atuais exige cada vez mais dos indivíduos a compreensão de assuntos relacionados a finanças, por isso é necessário que tais indivíduos sejam financeiramente educados com intuito de assegurar o bom funcionamento do mercado financeiro e da economia como um todo, mas principalmente, garantir ao indivíduo autonomia em suas escolhas financeiras (OCDE, 2005).

A OCDE orienta que os programas de educação financeira sejam implementados com foco em questões prioritárias, levando em consideração as necessidades de cada país, tal como planejamento financeiro, poupança e gestão de dívidas, isso porque o nível de alfabetização financeira varia de país e está relacionado a variáveis socioeconômicas e demográficas (Potrich, 2016).

A educação financeira é um instrumento capaz de tornar o indivíduo consciente dos seus atos econômicos. Conforme conceituada por Souza (2021), educação financeira “é a arte de dominar o dinheiro”, ou seja, é utilizá-lo de modo a garantir segurança e qualidade de vida, estando ela presente no cotidiano da sociedade, nas compras de mercado, no pagamento de boletos, no financiamento de imóveis, exigindo do indivíduo a capacidade de tomar decisões racionais. Pessoas capacitadas financeiramente tendem a tomar melhores decisões econômicas.

Metodologia

A pesquisa é de natureza básica, bibliográfica e documental. Trata-se de um estudo que busca descrever as características e fatores de um determinado fenômeno e relacionar os fatores que compõem o objeto de estudo, por meio de levantamento de informações de base científica para aprofundamento do conhecimento factual da realidade, das razões e circunstâncias dos fatos pesquisados (Gil, 2002; Marconi; Lakatos, 2008).

Quanto aos procedimentos técnicos, a pesquisa é de cunho bibliográfico. Conforme Marconi e Lakatos (2008), nenhuma pesquisa é iniciada do zero, pois é provável que já se tenham realizado estudos a respeito do problema, além disso, esse tipo de pesquisa possibilita a análise dos estudos

existentes e a relação dos resultados obtidos com a pesquisa que está sendo desenvolvida. A revisão bibliográfica teve por base pesquisas em teses, dissertações, monografias, artigos e livros de cunho científico para embasamento teórico e construção do corpo estrutural da pesquisa.

Quanto aos objetivos, é classificada como descritiva. De acordo com Gil (2007), a pesquisa descritiva tem como objetivo evidenciar as características de uma determinada população do estudo, assim como os fatores que podem ser relacionados entre elas. Nesse contexto, o objetivo é estudar o fenômeno, sem que haja modificação dos fatos, através da observação, de registo e análise, para que possa ser feita uma correlação dos fatos estudados.

Quanto à abordagem do problema, a pesquisa é classificada como quanti-qualitativa. A pesquisa quantitativa é utilizada para relacionar variáveis e identificar quantitativamente a ocorrência entre fenômenos. Essa identificação é baseada no tratamento de dados, desse modo, para compreensão mais abrangente dos fatos ocorridos, é necessária a mensuração quantitativa dos acontecimentos a fim proporcionar uma estruturação de números para análise qualitativa (Beuren, 2012).

No que se refere à abordagem qualitativa, ela busca descrever, com base em informações já publicadas por outros pesquisadores, informações de natureza qualitativa e relacioná-las com o objeto de estudo, interpretar as informações coletadas e as características que integram o fenômeno pesquisado de forma mais profunda e abrangente (Gil, 2007).

Resultados e Discussão

Educação financeira como ferramenta estratégica para redução da desigualdade social

A consequência da privação da liberdade econômica pode vir a gerar privação da liberdade social da mesma maneira que o inverso também é proporcional, ou seja, a privação de liberdade social pode vir a gerar privação de liberdade econômica. Essas privações podem ser de alimentos, saneamento básico e participação política, que juntas desencadeiam uma série de consequências negativas de violação aos direitos básicos do ser humano (Sen, 2010).

Por esse motivo, o Produto Interno Bruto (PIB), apesar de ser um ótimo indicador econômico, isoladamente não é um bom indicador de medida do bem-estar social. Isso se justifica pela ausência do registro da economia informal. Não leva em consideração custos atrelados ao crescimento econômico como poluição, congestionamentos e precariedade das estradas, além de condições ambientais, e trata-se de um indicador quantitativo do crescimento econômico, não evidenciando a qualidade do desenvolvimento humano.

Nesse mesmo raciocínio, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) busca, por meio de uma avaliação anual, medir o progresso dos países nas dimensões do desenvolvimento humano nos quais abrangem a renda, educação e saúde (PNUD, 2022). Dentro desses critérios de avaliação outros parâmetros são utilizados para chegar ao resultado final. No fator renda, é analisado o PIB per capita e o poder de compra. Na dimensão educacional são avaliados o tempo de estudo da população adulta e o tempo de escolarização, já no âmbito da saúde, entre os critérios de avaliação, estão a expectativa de vida e as condições de saneamento do país (Vasconcellos; Garcia, 2019).

As liberdades sociais são os fins primários no desenvolvimento humano. A liberdade política é indispensável para promover a segurança econômica através da democracia participativa e promoção de oportunidades sociais na forma de serviços de saúde e educação, sendo atuantes como uma contribuição importante no desenvolvimento social – com oportunidades adequadas os indivíduos podem moldar seu destino com suas capacidades, tal como a liberdade de participar do mercado de trabalho, não somente sendo beneficiários de programas do Governo em uma tentativa de amenizar as mazelas sociais (Sen, 2010).

Educação financeira e contabilidade como fatores essenciais para o comportamento e consumo consciente

A educação financeira e as ferramentas utilizadas pela contabilidade podem contribuir para melhorar o entendimento do controle financeiro, assim como proporcionar a compreensão de instrumentos mais complexos utilizados pela contabilidade, como os métodos de escrituração, elaboração e análise de demonstrações contábeis referentes ao patrimônio pessoal (Marion, 2015).

Os sistemas contábeis incluem registro dos acontecimentos econômicos de um determinado período, são feitos através dos processos de organização dos dados e disponibilização das informações, sendo as demonstrações financeiras instrumentos que resumem esses eventos de forma estruturada para que seus usuários possam ter acesso e assim tomar decisões (Salazar; de Benedicto, 2004).

Objetivando capacitar os indivíduos para que se tornem consumidores conscientes e responsáveis, a educação financeira auxilia os indivíduos a tomarem decisões sobre seus gastos monetários com inteligência, para não vir lhes causar danos como endividamento. Uma sociedade mal-educada financeiramente causa problemas tanto individuais quanto coletivos, seus efeitos são evidenciados nos altos índices de preços praticados no mercado e o grande quantitativo de pessoas inadimplentes (Souza, 2021).

Ativo e passivo são termos contábeis e podem ser de difícil interpretação para leigos. Conforme Marion (2015), um ativo representa os bens e direitos de uma pessoa, seja ela física ou jurídica, já o passivo representa as suas obrigações, pois ambos são classificados em ativo e passivo circulante e não circulante, contendo também vários subgrupos como caixa, investimentos, imobilizado, duplicatas e fornecedores, cada subgrupo possui suas especificações para enquadramento.

A classificação de ativo e passivo muda conforme a utilização do bem, exemplificando, uma casa que serve como moradia e uma casa de aluguel – a casa que é utilizada como moradia representa um passivo, pois não gera renda, apenas gastos, já a casa alugada representa um ativo, pois gera renda mensal do aluguel.

Além dessas implicações do bom controle financeiro, a gestão patrimonial poderá influenciar no investimento dos seus recursos monetários, na formação e manutenção de um patrimônio sólido de ativos, com o fim de proporcionar crescimento da renda através de aplicações em negócios rentáveis (Kiyosaki, 2018).

Ter conhecimento dos princípios contábeis se torna imprescindível quanto aos aspectos norteadores para a tomada de decisão. Nessa concepção, Salazar e de Benedicto (2004) destacam que, quanto maior o nível de conhecimento sobre contabilidade que os indivíduos possam adquirir, mais aptos estarão para tomar decisões adequadas em relação ao volume de recursos financeiros de que dispõem, com vistas ao alcance de melhores níveis de qualidade de vida.

A gestão do patrimônio pessoal alavanca o potencial do indivíduo de gerir com eficácia seus bens, como meio para promover desenvolvimento social com qualidade, partindo do comportamento de gestão financeira para obtenção do pleno conhecimento dos seus efeitos (Potrich, 2014).

Nesses moldes, a educação financeira se constitui como instrumento para promover conhecimento por meio da disseminação de informações que orientem a sociedade quanto às tomadas de decisões financeiras, tendo em vista que o comportamento financeiro individual provoca influências em todo o sistema econômico.

De acordo com a cartilha de educação financeira do Bacen (2013), pessoas educadas financeiramente contribuem positivamente para a economia como um todo à medida em que realizem boas escolhas econômicas.

Economia e qualidade de vida

Diversos fatores contribuem para qualidade de vida do indivíduo, em sentido mais amplo, a família e o trabalho, assim como as variáveis socioeconômicas como renda e satisfação de consumo. A liberdade econômica pode influenciar no bem-estar social. Contudo, para alcançar um nível de qualidade de vida satisfatório, é necessária a implementação de um conjunto de ações públicas que venham promover não só o aumento da renda, mas o conhecimento para poder gastar de forma consciente e proporcionar benefícios (Oliveira, 2019).

Em sua obra, *Desenvolvimento como Liberdade*, Sen (2010), aponta como condições essenciais para a promoção de níveis de desenvolvimento econômico satisfatório, a necessária eliminação de diversas fontes de privações, tais como, pobreza, fome, falta de saneamento básico e carências de serviços públicos de saúde.

Por essa razão, o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e o aumento da renda *per capita* não são parâmetros suficientes para mensurar e garantir uma boa qualidade de vida. Quanto maior a desigualdade social de um país, piores tendem a ser as condições de vida das pessoas em situações de vulnerabilidade. Sendo assim, um dos principais desafios da desigualdade é a forma como se concentra a distribuição de renda, conseqüentemente do poder aquisitivo da população (PNUD, 2021).

Mesmo com as circunstâncias factuais como a distribuição desigual de renda, a falta de condições de capacitação profissional e o aumento do crescimento do trabalho informal contribuem para essa problemática. O desenvolvimento econômico é almejado por nações subdesenvolvidas, sendo consequência do crescimento econômico que culminará com melhores condições de vida da população (Leocádio, 2019).

Sob essa ótica, tendo a desigualdade como efeito diretamente proporcional à má qualidade de vida, é possível afirmar que não existe qualidade de vida vivendo em condições precárias, sem acesso à satisfação das necessidades básicas da vida como alimentação, consumo de água potável e moradia digna (Oliveira, 2019).

Nessa percepção, a qualidade de vida, que se concentra no modo como as pessoas vivem, implica em variáveis que vão além da renda e riqueza acumulada. Do ponto de vista de Sen (2010), essa compreensão acarreta a análise de um conjunto de liberdades aos indivíduos com o propósito de desfrutarem dos prazeres da vida como principal sentido do desenvolvimento humano.

Em síntese, o modo como as pessoas vivem hoje em dia, - como consequência de suas escolhas -, é bastante influenciado pela economia, não somente sob a ótica da renda e riqueza, mas partindo da origem da economia, que surgiu da motivação pela busca de informações acerca das oportunidades que o ser humano possui para viver bem, assim como, na necessidade de estudar os fenômenos que o influenciam para o surgimento dessas oportunidades.

Considerações Finais

O contexto econômico brasileiro engloba variáveis que vão desde a concentração de renda por uma pequena população da sociedade a uma grande parcela vivendo em situação de extrema pobreza. O sistema econômico capitalista corrobora para uma realidade de milhões de brasileiros em situação de miséria. Desse modo, para mudança dessa realidade, é necessário ações mais efetivas, partindo de organizações multilaterais com estabelecimento de métodos, princípios e programas de incentivo à educação financeira.

O crescimento econômico deve estar alinhado com desenvolvimento econômico do país, pois é condição fundamental a população viver em condições dignas, com acesso à saúde, educação, habitação, saneamento básico e alimentação. Ações simplistas de distribuição de renda não são suficientes para sanar essa problemática. É necessário coordenar programas de renda com eficiência e abranger toda população que vive à margem da vulnerabilidade.

A economia detém impacto relevante para possibilitar à sociedade a garantia de boas condições de vida, sendo, portanto, o crescimento da economia de suma importância para qualidade de vida, mas não é o único fator responsável pelo bem-estar social, por isso o desenvolvimento da economia e ações complementares de estímulo a mais oportunidades para obtenção de renda, de forma eficaz, no âmbito nacional para toda sociedade, são integrantes cooperadores da transformação socioeconômica.

Com base nos resultados obtidos, o objetivo da pesquisa foi alcançado, portanto, a educação financeira é um mecanismo com grande potencial para contribuir tanto para redução da desigualdade quanto para melhoria da qualidade de vida da sociedade. Os efeitos gerados por uma população educada financeiramente cooperam para uma economia saudável. Pessoas educadas financeiramente contribuem de forma racionalmente melhor para a economia.

Sendo assim, espera-se que este estudo contribua para uma reflexão profunda por parte dos leitores sobre os efeitos que a economia tem na área social, os impactos causados pela pobreza e desigualdade na sociedade brasileira e promova mudanças a respeito da cultura da educação financeira e seus impactos positivos na vida das pessoas, sua importante contribuição na economia e na mudança da realidade da população na busca de melhores condições de vida.

Referências

- BACEN. BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Caderno de Educação Financeira: gestão de finanças pessoais**. Brasília, 2013.
- BACEN. BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Cidadania Financeira**. 2022. Disponível em: < <https://www.bcb.gov.br/cidadaniafinanceira> >. Acesso em: 24 de maio 2022.
- BANCO MUNDIAL. **Relatório de Pobreza e Equidade no Brasil: Mirando O Futuro Após Duas Crises**. Grupo Banco Mundial. 2022.
- BAPTISTA, A. F. M. M. G. **Justiça Distributiva: um paradigma questionável**. 2018. p. 8. Tese (Doutorado em Filosofia Moral e Política) - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2018.
- BATISTA, C. S. **Liberdade Econômica e Desenvolvimento Humano**. 2018. 55 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Economia e Mercados) - Universidade Presbiteriana Mackenzie. São Paulo, 2018.
- BEUREN, I. M. **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade**. ed.3. Editora Atlas, 2012.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Microeconomia**. Departamento de Economia da Saúde, Investimentos e Desenvolvimento. Brasília: Editora MS, 2021.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Presidência da República. **Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF**. Casa Civil. Subchefia de Assuntos Jurídicos. Brasília: DOU, 2010.
- CARBONE, D. C. L. **A teoria da justiça como equidade e as ações afirmativas**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de Pós-Graduação em Filosofia. Rio Grande do Sul, 2017.
- CARVAS, P. S. **A Educação Financeira como Política de Desenvolvimento Financeiro e Econômico no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2018.
- CERBASI, G. **Casais Inteligentes Enriquecem Juntos**. 3. ed. São Paulo: Gente, 2004.
- CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. **Metodologia Científica**. 6ª. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.
- CHIAVENATO, I. **Introdução à Teoria Geral da Administração**. 3 ed. rev. e atual. Barueri, SP: Manole, 2009.
- EKER, T. H. **Os Segredos da Mente Milionária**. Editora Pensamento, 2006.
- GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- IPEA. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **IVS Índice de Vulnerabilidade Social**. 2022. Disponível em: <http://ivs.ipea.gov.br/index.php/pt/planilha>. Acesso em: 25 de maio 2022.
- JUSTE, P. F. **Educação Financeira Escolar: a desigualdade financeira e social no Brasil**. 2018. Especialização em Educação Financeira Escolar e Educação Matemática. Universidade Federal de

Juiz de Fora (UFJF).

KIYOSAKI, R. T. **Pai Rico, Pai Pobre - Edição de 20 anos atualizada e ampliada: O que os ricos ensinam a seus filhos sobre dinheiro.** Alta Books Editora, 2018.

LANA, T. P. **Exclusão Financeira e sua Relação com a Pobreza e a Desigualdade de Renda no Brasil.** Rio de Janeiro: BNDES, 2013.

LEOCÁDIO, A. L. M. **Distribuição de Renda e o Crescimento Econômico: uma investigação sobre os mecanismos de transmissão indireta da desigualdade para o crescimento econômico no Brasil.** 2019. 103f. Dissertação de Mestrado em Economia Regional - Centro de Estudos Sociais Aplicadas, Universidade Estadual de Londrina, Londrina 0 PR, 2019.

MANKIW, N. G. **Princípios de Microeconomia.** São Paulo: Cengage Learning, 2014.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Fundamentos da Metodologia Científica.** 7.ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

MARION, J. C. **Contabilidade Básica.** ed. 11. Editora Atlas, 2015.

MARX, K. **O Capital-Livro 1: Crítica da Economia Política. Livro 1: O Processo de Produção do Capital.** Boitempo Editorial, 2015.

MONTEIRO, S. R. R. P. O Marco Conceitual da Vulnerabilidade Social. **Revista Sociedade em Debate**, v. 17, n. 2. Pelotas (RS): PUC, 2012.

MOREIRA, A. V. N. **Os Conceitos de Risco e Vulnerabilidade Social na Política Nacional de Assistência Social no Brasil.** 2020. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco.

OCDE. ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. **Recomendação sobre os Princípios e as Boas Práticas de Educação e Conscientização Financeira.** Centro OCDE/CVM de Educação e Alfabetização Financeira para América Latina e o Caribe. 2005.

OLIVEIRA, E. P. **Qualidade de Vida no Trabalho: relações com literacia financeira, bem-estar financeiro e desempenho no trabalho.** 2019. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

OMS. **The World Health Organization Quality of Life Assessment (WHOQOL): position paper from the World Health Organization.** Social science and medicine. v.41, n.10, 1995, p.403-409.

ONU. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.** 2022. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 19 de maio de 2022.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Índice de Desenvolvimento Humano. 2022. Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0.html>. Acesso em: 22 de maio 2022.

PNUD. Índice Global de Pobreza Multidimensional. 2020. Disponível em: <https://hdr.undp.org/en/2020-MPI>. Acesso em: 25 de maio 2022.

PNUD. Relatório do desenvolvimento humano. 2020. **A Próxima Fronteira: O desenvolvimento humano e o antropoceno.**

PNUD. Relatório do desenvolvimento humano regional. 2021. **Presos em uma Armadilha: alta desigualdade e baixo crescimento na américa latina e no caribe.**

- POTRICH, A. C. G. **Alfabetização Financeira: relações com fatores comportamentais e variáveis socioeconômicas e demográficas**. 2016. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Maria.
- POTRICH, A. C. G. **Alfabetização Financeira: integrando conhecimento, atitude e comportamento financeiro**. 2014. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de Pós-Graduação em Administração, RS.
- RODRIGUES, L. F. **Fundamentos de Economia**. Universidade Federal de Mato Grosso-UFMT, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais-IFMG. Ministério da Educação. Escola Técnica Aberta do Brasil–e-Tec Brasil, 2012.
- RODRIGUES, R. N. **Desenvolvimento Econômico e Distribuição de Renda: enfoque sobre as causas do subdesenvolvimento brasileiro**. 2017. 89 f. Dissertação (Mestrado em Economia Política) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.
- ROSSETTI, J. P. **Introdução à Economia**. 21. Edição. São Paulo: Atlas, 2016.
- SALAZAR, J. N. A.; DE BENEDICTO, G. C. **Contabilidade Financeira**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.
- SANT'ANA, M. V. S. **Educação Financeira no Brasil: um estudo de caso**. Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Administração, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Administração. Belo Horizonte: Centro Universitário UMA, 2014.
- SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade**. Editora Companhia das Letras, 2010.
- SOUZA, A. C. **Educação Financeira**. Dissertação (Mestrado Profissional em Matemática em Rede Nacional PROFMAT CCEN/UFPB). João Pessoa, 2021.
- SOUZA, P. H. G. F. **A Desigualdade Vista do Topo: a concentração de renda entre os ricos no Brasil, 1926-2013**. 2016.
- SOARES, F. P. **Os Debates sobre a Educação Financeira em um Contexto de Financeirização da Vida doméstica, Desigualdade e Exclusão Financeira**. 2017. Tese de Doutorado. PUC-Rio.
- VASCONCELLOS, M. A. S.; GARCIA, M. E. **Fundamentos da Economia**. 5. ed. São Paulo: Saraiva Uni, 2019.
- WOLFFENBÜTTEL, A. **O Que É? Índice de Gini**. Revista Desafios do Desenvolvimento. IPEA. 2004. Ano 1. Edição 4 - novembro/2004.

EMPREENDEDORISMO FEMININO: UM ESTUDO SOBRE OS DESAFIOS E SUPERAÇÕES DAS MULHERES EMPREENDEDORAS DA CIDADE DE AUGUSTINÓPOLIS-TO

Lohane Pereira de Sousa de Anchieta¹⁷

Jucicléia Teodoro de Lima Izidoro¹⁸

Ana Paula Monteiro de Oliveira¹⁹

Cheila Fernandes de Andrade²⁰

Introdução

O empreendedorismo feminino é um movimento em que mulheres ocupam o papel de chefia nos negócios. Isso se deve por dois principais aspectos: a busca pela independência profissional e pela capacidade de gerenciamento do tempo em prol de concretizar todas as atribuições.

A independência profissional muitas vezes é tida como sonho e é um recurso utilizado quando não se consegue alcançar sucesso profissional no mercado de trabalho convencional.

Fatores que contribuem para a conciliação de trabalho e família são atribuídos ao perfil feminino que naturalmente desenvolve aptidão de gerenciamento de tempo, e possuem características emocionais mais controladas, também conhecidas como habilidades interpessoais.

É crescente o número de mulheres ganha destaque no mercado empreendedor. Levando em consideração a dupla jornada de trabalho, muitas encontram mais simplicidade em trabalhar com o próprio negócio, buscando maiores facilidades na organização de horários e prioridades. Essas mulheres são responsáveis por suprir muitas das necessidades do comércio de uma cidade.

É importante destacar a evolução do conhecimento científico que será gerado para a cidade a partir do estudo realizado e para as participantes da pesquisa que são as mulheres empreendedoras.

A pesquisa tem relevância por prover uma visão dos percalços enfrentados por mulheres que abrem o próprio empreendimento, a partir do levantamento de informações acerca do assunto.

O trabalho também se justifica em razão de contribuir para o avanço da profissão contábil, visto que, o contador é a porta de entrada do empreendedorismo, pois são profissionais que possuem conhecimentos técnicos, que têm a capacidade de ajudar a pequena empresa a ter o fôlego e o conhecimento necessários para tocar a gestão financeira e contábil. Em outras palavras, o contador tem a possibilidade de prestar apoio à sobrevivência da pequena empresa.

A ascensão do empreendedorismo no Brasil é notória. Isso fica perceptível ao se analisar o movimento de crise dos últimos anos, onde muitas pessoas passaram a trabalhar com o que gostam, por vezes idealizando a autonomia profissional e o crescimento pessoal.

17 Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS)

18 Mestre em Gestão e Desenvolvimento Regional pela Universidade de Taubaté (UNITAU)

19 Mestre em Gestão e Desenvolvimento Regional pela Universidade de Taubaté (UNITAU)

20 Mestre em Gestão e Desenvolvimento Regional pela Universidade de Taubaté (UNITAU)

A mulher é um exemplo de quem carrega consigo uma herança histórica de muitos desafios, porém muitas têm tomado destaque na atualidade, assumindo diversos papéis como o de esposas, mães, donas de casas e empreendedoras.

Nesse contexto, independentemente do tipo de empreendimento sonhado, sempre será dotado de desafios, porém, idealiza-se que, com força de vontade, determinação, planejamento e organização financeira, é possível vencê-los.

Diante do exposto, a pesquisa busca responder a seguinte questão norteadora: Quais são as motivações e os desafios enfrentados por mulheres empreendedoras para obter o sucesso profissional?

As mulheres têm ganhado espaço no mercado empreendedor em razão da autonomia e flexibilidade da atividade. No entanto, a hipótese levantada é que o desafio para as mulheres empreendedoras está em conciliar trabalho e família, pois conjugar esses papéis exige equilíbrio e habilidades de gerenciamento de tempo e obrigações. Outra vulnerabilidade é não separar as contas pessoais com as contas do empreendimento, o que acarreta uma gestão financeira ineficiente.

A pesquisa tem como objetivo geral evidenciar quais são as motivações e os desafios enfrentados por mulheres empreendedoras para obter o sucesso profissional. E como objetivos específicos: analisar o empreendedorismo feminino, mostrando os desafios vivenciados por mulheres que são donas do próprio negócio; descrever quais são as motivações que levam uma mulher a empreender e contribuir com a visibilidade do empreendedorismo feminino na cidade de Augustinópolis – TO.

Revisão de Literatura

Empreendedorismo: aspectos gerais e evolução

A inovação é fruto de um esforço continuado e se relaciona com as maneiras como as atividades de uma organização são realizadas. Uma das caracterizações dessas habilidades inovadoras das organizações relaciona-se com a tentativa de encontrar novas formas de realizar um trabalho, trazendo efetividade e economia para a organização. Essas características fazem parte do perfil empreendedor, também tratados como agentes da inovação (Mariano; Mayer, 2014).

Ainda, de acordo com Mariano e Mayer (2014), o processo de inovação é um caminho de certezas, porém o novo causa mudanças e essas mudanças geram resistência. Para trabalhar com a inovação, é necessário pensar em algo diferente e arriscar a produzir novidades. Na sociedade atual, os indivíduos que transformam ideias em realidade são os empreendedores, os responsáveis pela materialização da inovação.

Antes da década de 1990, os contextos político e econômico desfavoreceram o empreendedorismo, o que comprometeu a obtenção de informações para subsidiar a iniciação na jornada empreendedora. Somente após 1990, o empreendedorismo tomou forma e possibilitou o surgimento de entidades que fornecem suporte de informações como o SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Dornelas, 2015).

O termo empreendedor tem origem na França e deriva da palavra *entrepreneur* que significa: aquele que assume riscos e começa algo novo. O empreendedor é responsável por mover economias,

umentar recursos, propulsar talentos, tornar ideias dinâmicas e visualizar as oportunidades com rapidez (Chiavenato, 2007).

Ainda sobre as características, como descrito por Dornelas (2015), o empreendedor do próprio negócio é aquele que utiliza uma oportunidade para captação de recursos e assume riscos calculados. Os principais aspectos de um empreendedor são: iniciativa, paixão, criatividade, transformador social, assunção de riscos calculados e aceitação da possibilidade de fracassar.

O conceito de empreendedorismo trazido pela pesquisa GEM (2019, p. 20) – Monitor Global de Empreendedorismo, afirma que se trata de “qualquer tentativa de criação de um novo empreendimento, seja uma atividade autônoma e individual, uma nova empresa ou a expansão de um empreendimento existente”. Dados da pesquisa GEM (2019) mostram que ter o próprio negócio é tratado como um sonho por 36,7% de pessoas entrevistadas entre 18 e 64 anos, perdendo a posição somente para: viajar pelo Brasil, comprar a casa própria e viajar para o exterior.

Outro aspecto fundamental do empreendedorismo diz respeito às motivações que levam um indivíduo a atuar como empreendedor, seja por sobrevivência ou por realização pessoal. O GEM categoriza os empreendedores em duas classes: empreendedores por oportunidade, que são aqueles que iniciaram o negócio ao identificarem uma oportunidade viável no mercado; e por necessidade, aqueles que abriram o próprio negócio em busca de uma ocupação para geração de renda, já que não encontraram outras oportunidades no mercado convencional de trabalho (GEM, 2018).

Hisrich, Peters e Shepherd (2014) afirmam que o fascínio de ser chefe do próprio negócio inebria os obstáculos do processo e é evidente que existe mais empreendimento fracassado do que empreendimento de sucesso. Muitas vezes o empreendedor tem que raciocinar em um ambiente de muitas incertezas, sendo flexível e aprendendo com as derrotas.

O processo empreendedor era algo tido, no passado, como característica inata, ou seja, aquela que nasce com o indivíduo. Atualmente, observou-se que o processo pode ser ensinado, e que o sucesso é determinado por fatores externos e que depende de como a pessoa administra as adversidades do dia a dia. Ensinar o empreendedorismo é importante por poder ajudar a formar melhores empresários e com isso contribuir para a geração de riqueza do país (Dornelas, 2015). Nesse sentido, Mariano e Mayer (2014) afirmam que é sim possível educar as pessoas para empreender, e que esse tipo de educação possibilita aos indivíduos a se tornarem mais realizados profissionalmente quando abrem o próprio negócio.

Dornelas (2015) afirma que o papel do empreendedor sempre teve importância para a sociedade. Nos últimos anos, o ensino do empreendedorismo nas escolas se intensificou devido aos avanços tecnológicos, econômicos, dos meios de produção e serviços que estão mais sofisticados e exigindo um número maior de empreendedores com conhecimento formalizado. A competição econômica do mercado requer a adoção de qualificação.

Mariano e Mayer (2014) destacam que empreender não se trata de buscar algo inédito, mas dar uma forma concreta a uma ideia. E é o empreendedor responsável pela administração para garantir a sobrevivência empresarial, pois o que faz a diferença entre o sucesso e o fracasso do empreendedorismo é o gerenciamento de mudanças e a capacidade de adaptação.

Empreendedorismo feminino no Brasil

Considera-se empreendedorismo feminino a ação empreendedora realizada por mulheres, que além da geração de lucro, “empodera, dá mais espaço e visibilidade para as questões de gênero, impacta comunidades de forma positiva e oferece novas perspectivas para quem precisa” (Lima, 2021).

O GEM é uma pesquisa no âmbito global, realizada anualmente, que analisa empreendedores entre 18 e 64 anos em negócios formalizados ou não. Para entender a situação do empreendedorismo feminino no Brasil, é necessário entender os estágios do empreendedorismo.

Os empreendedores iniciais, subdivididos em empreendedores nascentes, que “estão envolvidos na estruturação de um negócio do qual são proprietários, mas que ainda não pagou salários, pró-labores ou qualquer outra forma de remuneração aos proprietários por mais de três meses” (GEM, 2019, p.28), e os empreendedores novos, que “são proprietários de um novo negócio, que pagou salários, pró-labores ou qualquer outra forma de remuneração aos proprietários por mais de três meses e menos de 42 meses (3,5 anos)” (GEM, 2019, p. 28).

Os empreendedores estabelecidos “são aqueles que administram e são proprietários de um negócio tido como consolidado, que pagou salários, pró-labores ou qualquer outra forma de remuneração aos proprietários por mais de 42 meses” (GEM, 2019, p. 28).

No Brasil, a faixa de empreendedorismo total foi de 38,7%, o que corresponde a, aproximadamente, 53 milhões de brasileiros adultos que realizavam alguma atividade empreendedora. De acordo com a pesquisa anual de 2019, os homens estão mais ativos no empreendedorismo em estágio estabelecido (negócio consolidado com mais de 42 meses) do que as mulheres, sendo 18,4% para o sexo masculino, contra 13,9% do sexo feminino (GEM, 2019).

A pesquisa aponta alguns dos principais fatores para que a proporção de homens seja maior que a de mulheres em negócios consolidados. A primeira delas é que os negócios femininos são menos duradouros, ou seja, têm maiores desafios e obstáculos. O segundo fator apontado é que as mulheres, em sua grande maioria, buscam empreender para complementação de renda familiar de forma provisória e por necessidade. Assim que se vislumbra uma melhoria na renda familiar, a mulher renuncia à atividade empreendedora. O terceiro fator são os aspectos socioculturais, em que a mulher é responsável pelos afazeres domésticos (GEM, 2019).

De acordo com o SEBRAE (2022), as mulheres empreendedoras têm maior destaque no ramo de serviços e comércio, e as suas principais características são: ponto de vista mais humano em sua atuação, organização, persistência e paciência nas negociações, habilidades multifuncionais, preocupação com o ambiente social, econômico e político, espírito de cooperação, contribuição para a formação e desenvolvimento de outras empreendedoras.

Brasil (2020) nos informa, com base na pesquisa realizada pelo Núcleo de Pesquisa em Gênero e Economia (NPGE) da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF), que as mulheres recebem destaque para o nível de escolaridade média, que passou a ser maior em um ano, em relação aos homens. Isso mostra que não é escassez de conhecimento que explica a menor permanência feminina na atividade empreendedora.

Cabe destacar que, apesar de as taxas de empreendedorismo total serem mais baixas para o sexo feminino, a estimativa da quantidade de mulheres empreendedoras, em 2019, no Brasil, foi de 25,8 milhões, próxima aos 28,7 milhões de homens (GEM, 2019).

Evolução do papel da mulher na sociedade

Para entender o papel da mulher na sociedade, é necessário analisar os primórdios desde a formação dos indivíduos: a mulher foi colocada à margem do corpo social. As mulheres eram tidas como objeto de submissão e eram tratadas como representantes do satã (Silva, 2005).

Souza (2020) destaca que, historicamente, as principais ambições que uma mulher deveria ter seriam o casamento e a constituição familiar. O direito à educação também era negado, sobrando-lhes somente o trabalho doméstico, ou seja, isso retrata que o trabalho feminino está marcado na História como um confinamento à esfera do lar (Souza, 2020).

O Código Civil Brasileiro de 1916 (CC de 1916, Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916), tratava a mulher casada como sendo incapaz de responder a certos atos, no artigo 6º, e estabelecia que o marido era o chefe da sociedade conjugal. Ainda sobre a previsão do CC de 1916, as mulheres poderiam trabalhar somente com autorização de seus maridos, mostrando o retrato da sociedade da época, em que prevalecia o conservadorismo.

A redação original do artigo 233 do CC de 1916 definia:

Art. 233. O marido é o chefe da sociedade conjugal.

Compete-lhe:

I. A representação legal da família.

II. A administração dos bens comuns e dos particulares da mulher, que ao marido competir administrar em virtude do regime matrimonial adaptado, ou do pacto antenupcial (arts. 178, § 9º, nº I, c, 274, 289, nº I, e 311).

III. direito de fixar e mudar o domicílio da família (arts. 36 e 233, nº IV).

IV. O direito de autorizar a profissão da mulher e a sua residência fora do teto conjugal (arts. 231, nº II, 242, nº VII, 243 a 245, nº II, e 247, nº III).

V. Prover à manutenção da família, guardada a disposição do art. 277 (BRASIL, 1916, s.p).

Com as manifestações feministas na busca por direitos e deveres iguais entre homens e mulheres, houve, em 1962, a criação do estatuto da mulher casada (Lei 4.121, de 27 de agosto de 1962), em que foram alteradas as redações de alguns artigos do CC, dentre os quais o artigo 233 passou a vigorar com a seguinte redação:

Art. 233. O marido é o chefe da sociedade conjugal, função que exerce com a colaboração da mulher, no interesse comum do casal e dos filhos. (arts. 240, 247 e 251).

Compete-lhe:

I. A representação legal da família.

II. A administração dos bens comuns e dos particulares da mulher que ao marido incumbir administrar, em virtude do regime matrimonial adotado, ou de pacto, antenupcial (arts. 178, § 9º, nº I, c, 274, 289, nº I e 311);

III. O direito de fixar o domicílio da família ressalvada a possibilidade de recorrer a mulher ao Juiz, no caso de deliberação que a prejudique;

IV. Prover a manutenção da família, guardadas as disposições dos arts. 275 e 277 (Brasil, 1962, s.p).

A mulher enfrentou ao longo da história muitos obstáculos em busca da isonomia. Com o advento do código civil de 2002, foi estabelecido que não há diferenças entre pessoas e os deveres e direitos são iguais para todos (Brasil, 2002), o que trouxe mais liberdade para exercer suas capacidades laborais e de autonomia.

O desenvolvimento de tecnologias proporcionou a inclusão de trabalho intelectual, com isso, a mulher foi inserida no mercado de trabalho. A qualificação por meio de estudo projeta a mulher a assumir diversas funções como os cargos de chefia. Em outras palavras, o nível de esclarecimento associado à escolaridade provoca a redução da marginalização social da mulher (Ribeiro, 2022).

Apesar da herança histórica, a mulher conquistou espaços importantes na sociedade ao longo dos anos, espaços esses trazidos pelos avanços sociais. No mercado de trabalho e no setor de negócios ainda existe desigualdade de gênero, principalmente no que diz respeito aos salários e ao assédio. Conforme afirma o IBGE (2018, s.p):

[...] as menores remunerações e maiores dificuldades enfrentadas pelas mulheres no mercado de trabalho não podem ser atribuídas à educação. Pelo contrário, os dados disponíveis apontam que as mulheres brasileiras são em média mais instruídas que os homens.

Na perspectiva de Souza (2020), as mulheres, ao se colocarem no mundo de trabalho, possuem um impasse que é elucidado quando se soma os seus múltiplos papéis no gerenciamento de sua vida, tanto no ramo dos negócios quanto no fato de que continuam tendo a responsabilidade das tarefas domésticas.

A importância da inteligência emocional

Goleman (2012) define que a inteligência emocional é a capacidade que um indivíduo tem de criar motivações e persistir nos seus objetivos apesar dos percalços. Esse mesmo indivíduo também consegue ser uma pessoa controlada, reservada e a ansiedade não impede de raciocinar e de usar a empatia e a autoconfiança ao tomar uma decisão.

De acordo com a revista Exame (2021), as *soft skills*, termo em inglês que significa habilidades interpessoais, são competências ligadas à inteligência emocional e que são naturalmente melhor desenvolvidas nas mulheres. Essa percepção de desenvolvimento nas mulheres se deve ao fato de, em sua grande maioria, estarem habituadas à jornada tripla de trabalho em suas relações com emprego, serviço doméstico e cuidado com filhos.

O que complementa a fala de Lima (2021, p. 23), que afirma que o comportamento empreendedor feminino é importante para as estratégias empresariais, “já que elas, no geral, possuem mais facilidade para desenvolver competências comportamentais valorizadas no mercado, como flexibilidade, resiliência e equilíbrio emocional”.

Para Goleman (2012), as escolas não valorizam a inteligência emocional, sendo que essa habilidade é um fator decisivo de sucesso para os indivíduos. Assim como, em qualquer área de conhecimento as pessoas desenvolvem suas habilidades de acordo com a aptidão pessoal, algumas lidam com matemática com maior ou menor habilidade. O mesmo ocorre com a vida emocional, só que essa aptidão com emoções é um fator determinante usado para desenvolver quaisquer outras aptidões, ou seja, ela é tratada pelo autor como uma “metacapacidade”.

Goleman *et al.* (2018) afirmam que os grandes líderes mexem com as emoções dos indivíduos. Inflamam paixões e inspiram o que há de melhor nas pessoas. Quando ocorre a busca para explicar o motivo de eles serem tão eficientes, imagina-se que seja pela estratégia, visão ou ideias poderosas, mas na realidade é bem mais básica, pois grandes líderes lidam com as emoções.

Nesse sentido, os autores Primi, Bueno e Muniz (2006, p. 29) trazem sua visão sobre emoções:

A emoção, como facilitadora do ato de pensar, diz respeito à influência que as emoções têm nos processos cognitivos, e, ao mesmo tempo, à eficácia com que a pessoa compreende e utiliza a informação desse sistema de alerta que dirige a atenção e o pensamento para as informações (internas ou externas) mais importantes no processo de solução de problemas (Primi; Bueno; Muniz, 2006, p. 29).

No processo de tomada de decisão, a capacidade de gerar sentimentos em si mesmo funciona como um ensaio em que as emoções podem ser geradas, sentidas, manipuladas e examinadas antes de decidir (Primi; Bueno; Muniz, 2006).

Ainda de acordo com Primi, Bueno e Muniz (2006), o conhecimento emocional, relaciona-se com a capacidade de saber diferenciá-las e gerenciá-las, que é uma estratégia para poder alterá-las e solucionar quaisquer possíveis problemas que as reações emocionais podem causar.

Walton (2017) retrata que a inteligência emocional é importante para a saúde mental pelo fato de oferecer entendimento de si próprio e de como lidar com as pressões do dia a dia. Além disso, o autor revela os benefícios do desenvolvimento da inteligência emocional, em que o indivíduo consegue superar situações difíceis, melhorar a qualidade de expressão, melhorar os relacionamentos, e o indivíduo passa a valorizar mais o próximo, e se torna uma pessoa com mais flexibilidade diante das adversidades, melhora o bem-estar e passa a ter valores interpessoais claros.

A contabilidade e a importância do princípio da entidade

A contabilidade é uma ciência social antiga tratada como um instrumento que por meio de seus mecanismos consegue fornecer informações úteis para seus usuários tanto na tomada de decisões, dentro e fora da empresa, quanto para o governo na arrecadação de impostos (Marion, 2009).

A contabilidade registra todas as movimentações monetárias, resumindo-as em forma de relatórios que são entregues aos interessados em conhecer a situação da empresa. Por meio desses relatórios, todos os fatos são analisados juntamente com os resultados obtidos e tomam decisões em relação ao futuro (Marion, 2009).

Ludícibus *et al.* (2009, p. 64) informam que “toda a Contabilidade nada mais é do que um gigantesco painel de indicadores, no que se refere ao gerenciamento de uma entidade”. Complementando a ideia, Marion (2009, p. 28) traz em destaque que “uma empresa sem boa Contabilidade é como um barco, em alto-mar, sem bússola, totalmente à deriva”.

Ainda de acordo com Marion (2009), na contabilidade, existem regras que são os pilares de sustentação, chamados de princípios contábeis, sendo os dois principais: o princípio da entidade e o princípio da continuidade. “Todos os demais conceitos da contabilidade são alicerçados por esses dois princípios, que a Teoria da Contabilidade chama de postulados, verdades absolutas, que não podem ser mudados” (Marion, 2009, p. 32).

Os Princípios Fundamentais de Contabilidade não devem ser confundidos com os objetivos ou o objeto da contabilidade, pois seu principal objetivo é informar os usuários, enquanto o objeto é o patrimônio das entidades. Já os princípios são a forma, o meio e a estrutura que se utiliza para chegar aos objetivos (Iudícibus *et al.*, 2009).

O princípio da entidade afirma que a entidade é diferente dos sócios, sendo a contabilidade realizada para a entidade, tornando papel do contador não confundir as movimentações da entidade com as dos proprietários, havendo distinção entre pessoas físicas e jurídicas (Marion, 2009)

A resolução CFC (Conselho Federal de Contabilidade) N°750/93 afirma que:

Art. 4º O Princípio da ENTIDADE reconhece o Patrimônio como objeto da Contabilidade e afirma a autonomia patrimonial, a necessidade da diferenciação de um Patrimônio particular no universo dos patrimônios existentes, independentemente de pertencer a uma pessoa, um conjunto de pessoas, uma sociedade ou instituição de qualquer natureza ou finalidade, com ou sem fins lucrativos. Por consequência, nesta acepção, o Patrimônio não se confunde com aqueles dos seus sócios ou proprietários, no caso de sociedade ou instituição (CFC, 1993, s.p).

É importante que não somente o contador, mas que o dono do negócio também entenda que o patrimônio da entidade não se confunde com o patrimônio de seus proprietários. Em outras palavras, é necessário separar as despesas pessoais das contas do empreendimento para que não crie confusão patrimonial (Iudícibus *et al.*, 2009).

Empreendedorismo digital

Com a imersão digital dos novos modelos de negócio do mercado, advindos do acesso à internet, ter um negócio online tornou-se fundamental para a obtenção de sucesso. De acordo com pesquisa realizada em 2017, sete a cada 10 brasileiros realizaram compras pela internet uma vez por mês e o valor médio gasto em compras online é de R\$310,89 no primeiro semestre de 2017 (Sebrae, 2018).

O processo de venda online trata-se de uma forma de comércio eletrônico que acontece por meio da internet. Uma oportunidade para ofertar produtos e serviços aos clientes, aproveitando a velocidade da rede e superando qualquer barreira geográfica” (Sebrae, 2018).

Existem muitos modelos de negócio na internet, sendo os mais observados: intermediação de negócios, comercialização de propagandas, mercado virtual, empresarial e redes sociais (Dornelas, 2016).

Logo, Dornelas (2016) define que o modelo de negócio empresarial se trata daquele em que empresas físicas passam a expor e comercializar seus produtos e serviços pela internet, contribuindo para a expansão do negócio e para o aumento das vendas como consequência. Já as redes sociais são as comunidades em que o público em geral acessa primordialmente.

O autor Dornelas (2016) traz uma visão atual sobre esse mecanismo de negócio, informando que:

[...] a internet como plataforma de negócios no Brasil já se encontra em um negócio mais maduro, como ocorreu em outros países, colecionando tanto exemplos de sucesso como alguns de fracassos. O lado positivo disso tudo é que muitos jovens empreendedores poderão criar negócios de sucesso nesse mercado, mas devem seguir as velhas regras que sempre regem os negócios” (Dornelas, 2016, p.79).

Posto isso, embora o empreendedor tenha mestria com a loja física, é importante considerar um planejamento específico para uma loja virtual. Por se tratar de um novo segmento, saber por onde começar é indispensável para dar passos firmes e atingir objetivos com o tempo. Saber vender pela internet, atualmente é uma marcha importante para todo negócio que deseja alcançar o sucesso (Sebrae, 2018).

Metodologia

O delineamento da pesquisa quanto aos objetivos concerne na pesquisa descritiva-exploratória. Quanto aos procedimentos, trata-se de pesquisa de campo e pesquisa bibliográfica, e quanto à abordagem, contempla os tipos qualitativa e quantitativa.

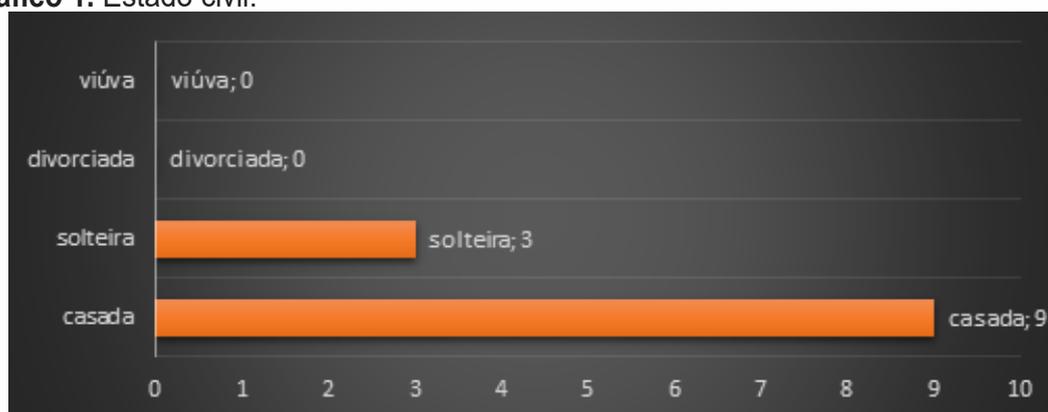
O objeto da pesquisa volta-se para o município localizado na região norte do estado do Tocantins chamado Augustinópolis, com 12 mulheres atuantes no empreendedorismo no município.

O instrumento de coleta dos dados foi por meio de questionários estruturados com 20 questões abertas e fechadas. As questões, foram elaboradas com o intuito de apurar as informações que respondam à problemática apresentada. Em posse dos dados levantados, utilizaram-se gráficos que contêm os dados colhidos junto às mulheres entrevistadas.

Resultados e Discussões

O Gráfico 1 apresenta a informação quanto ao estado civil das entrevistadas, em que mulheres casadas representam, majoritariamente, 75% da amostra e 25% são solteiras. Em uma entrevista realizada por Silva, Pereira e Santos (2019), as participantes mostraram que os cônjuges são os maiores pontos de apoio para conquista e são os incentivadores dos sonhos de suas mulheres.

Gráfico 1. Estado civil.



Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados coletados (2022).

Outro dado identificado foi que 58% das respondentes não possuem filhos e 42% têm filhos (Gráfico 2). Nesse sentido, Lasso *et al.* (2016) afirmam que, em uma pesquisa realizada com empreendedoras, em sua maioria casadas, as entrevistadas responderam que ter um cônjuge não atrapalha o negócio em razão do apoio que eles oferecem.

Gráfico 2. Filhos.



Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados coletados (2022).

Ao analisar os anseios de empreendedoras, Jhonatan e Silva (2007) afirmam que obter equilíbrio tão almejado entre a vida profissional e familiar só é possível quando se entende que existe uma relação benéfica de ajuda mútua entre trabalho e família.

Trabalho, filhos e respeito próprio são índices de satisfação de empreendedoras no país, isso indica que a profissão e a família contribuem de forma positiva para o bem-estar psicológico dessas mulheres (Jhonatan, 2005).

O Gráfico 3 mostra o nível de escolaridade das entrevistadas. Os dados levantados mostram que 75% possuem escolaridade em nível superior completo, 17% ensino médio completo, e 8% estudaram o ensino superior incompleto, e para os demais níveis não houve respostas. Os dados, quando confrontados com os obtidos na pesquisa de Lasso *et al.* (2016), em relação ao nível de escolaridade de mulheres empreendedoras com ensino superior, são mais alto (61% da amostra). Além disso, notou-se também que existe um número expressivo de empreendedoras com apenas nível médio.

Gráfico 3. Nível de escolaridade.

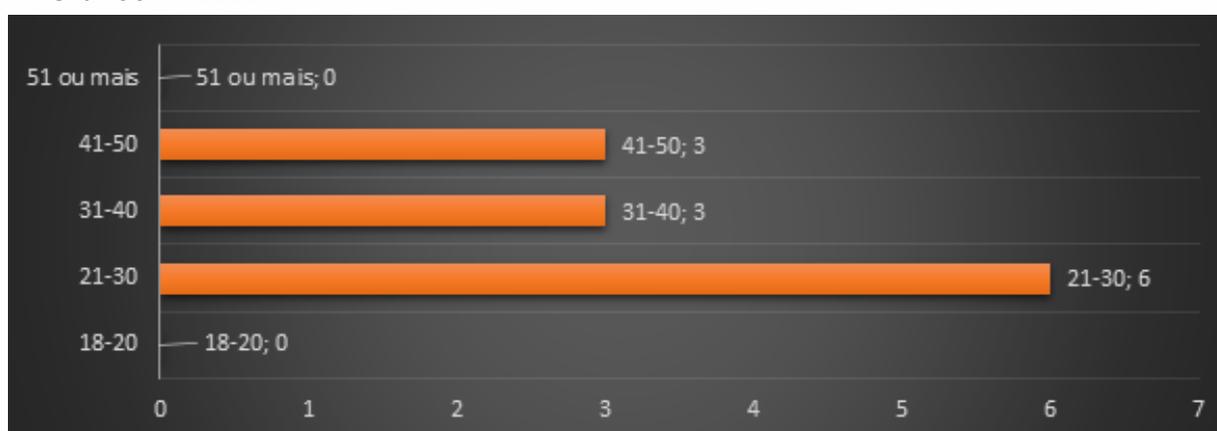


Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados coletados (2022).

De acordo com a pesquisa GEM (2019), no Brasil, os indivíduos mais ativos na atividade empreendedora foram os que possuíam o ensino superior completo (27,6%), e a menor taxa foi verificada no ensino fundamental incompleto (18,4%). Outro dado importante encontrado é que as mulheres donas de negócio têm maior escolaridade, quando comparada com os homens (GEM, 2019).

O Gráfico 4 mostra que 50% das entrevistadas possuem entre 21 e 30 anos, 25% possuem entre 31 e 40 anos e 25% possuem entre 41 e 50 anos de idade. Lasso *et al.* (2016) mostram que a maioria das mulheres empreendedoras têm idade entre 31 e 49 (49% da amostra).

Gráfico 4. Idade.



Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados coletados (2022).

Dados da pesquisa IBGE (2018) mostram que, à época, as mulheres donas de negócio eram mais jovens, na faixa etária de 35 até 45 anos, em comparação aos homens. Observamos que, na região norte, onde a pesquisa foi aplicada, a faixa etária de destaque das mulheres chefes de negócio é maior entre mulheres com idade entre 21 e 30 anos. Isso evidencia, quando comparado às outras pesquisas, uma redução na idade, o que, de acordo com a revista Exame (2022, p. 17), jovens empreendedores com menos de 30 anos são uma tendência no mundo, onde “a pouca idade não é um fator determinante no universo do empreendedorismo”.

Gráfico 5. Tempo em que atua como empreendedora.



Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados coletados (2022).

Os negócios geridos pelas respondentes indicam que a maioria (67%) estão há mais de 3 anos no mercado, tornando-se, de acordo com o GEM (2019) empreendedoras estabelecidas, ou seja, aqueles negócios já consolidados há mais de 42 meses no mercado.

Gráfico 6. Segmento de atuação.



Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados coletados (2022).

Quanto ao segmento de atuação, 67% das entrevistadas informaram que atuam no comércio, 25% prestam serviço e 8% atuam na indústria, o que é afirmado por Lasso *et al.* (2016). Para os autores, a maioria das mulheres que exercem o empreendedorismo, suas atividades são principalmente na área do comércio.

Ao serem questionadas sobre as dificuldades enfrentadas no início da vida como empreendedora, 50% das entrevistadas responderam que não tiveram dificuldades, e os outros 50% responderam que sim, como consta no Gráfico 7.

Gráfico 7. Dificuldades enfrentadas no início do empreendimento.



Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados coletados (2022).

De acordo com a entrevistada B, houve dificuldades “Financeira, adaptação e aceitação”.

A entrevistada C afirmou que “Empreender é difícil devido à alta demanda de responsabilidades tanto financeiras quanto com fornecedores, e a responsabilidade para atender a procura dos clientes”.

Outra dificuldade, relatada pela entrevistada F foi “Falta de credibilidade das pessoas quanto não ter uma estrutura física inicialmente grande”.

A entrevistada G relatou que “Ser empresária antes dos 20 anos pode causar enormes desconfianças, dúvidas e críticas como: “você não sabe o que está fazendo”, “não vai dar certo”, “deixa de ter ideias bobas”. “São frases que podemos decifrar no rosto das pessoas grandes quando abri meu negócio.”

A entrevistada J expôs que “No início, fazer toda a gestão financeira, controle de estoque, é muito difícil”.

Entrevistada K mencionou que “A principal dificuldade enfrentada foi devido ao papel de mãe, esposa e dona de casa. Tive que somar meus esforços com o meu esposo que, no início, me auxiliou a manter o negócio em funcionamento e me ajudou a cuidar das outras obrigações com a nossa família”.

Os dados obtidos mostram que as principais dificuldades relacionadas pelas entrevistadas são dificuldades financeiras, atender a demanda dos clientes, estrutura física inicialmente pequena, aceitação de mercado, gestão financeira e controle de estoque.

Gráfico 8. Principal fator de motivação para abrir o próprio negócio.



Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados coletados (2022).

Quando questionadas sobre o principal fator que motivou a empreender (abrir o próprio negócio), 58% das participantes afirmaram que é pela flexibilidade de estabelecer os próprios horários, 17% escolheram a opção “necessidade financeira”, 17% por realização pessoal e 8% informaram que seus negócios são empresas familiares, ou seja, aquelas passadas de geração para geração.

A respeito das motivações, o monitor global do empreendedorismo (GEM, 2019, p.12), identificou que os empreendedores são motivados a abrir o próprio negócio principalmente “para ganhar a vida, porque os empregos são escassos” (88,4%), seguido de “para fazer a diferença no mundo” (51,4%), em terceiro “para construir uma grande riqueza ou renda muito alta” (36,9%), e por último, com 26,6% de escolhas, responderam que são motivadas a empreender “para dar continuidade a uma tradição familiar”.

Quando questionadas sobre as motivações para manterem o negócio em funcionamento, descreveram que estão motivadas a continuar devido aos fatores relacionados a seguir.

Entrevistada A: “Realização pessoal e forma de contribuir com a sociedade gerando emprego, renda e acima de tudo formar profissionais na minha área de atuação”.

A resposta da entrevistada B se assemelha com a resposta anterior: “Sou motivada a continuar, pois busco a realização pessoal e profissional”.

Outra motivação, relatada pela entrevistada C, foi manter o “crescimento profissional e espiritual, contribuir com o crescimento da cidade, gerando empregos”.

Também foi relatado pela entrevistada D que estava motivada a continuar devido a “busca pela instabilidade financeira”.

A entrevistada E relatou: “Busco minha liberdade financeira, por isso empreender é minha paixão”.

A entrevistada F afirmou que suas principais motivações são: “Deus, família e clientes. De fato, empreender é minha paixão, já conta como ponto positivo de motivação”.

Entrevistada G: “Estou motivada, pois busco minha realização pessoal, que somente com o empreendedorismo é possível”.

A entrevistada H respondeu: “Minha maior motivação se deve ao fato que empreender é minha renda principal, assim consigo criar minha filha e ajudar a família”.

Entrevistada I: “Trabalhar por minha conta é de fato a realização de um sonho, onde posso fazer meu próprio horário, o que não seria possível trabalhando de carteira assinada”.

Entrevistada J: “Estou motivada devido ao meu grande amor pelo empreendedorismo”.

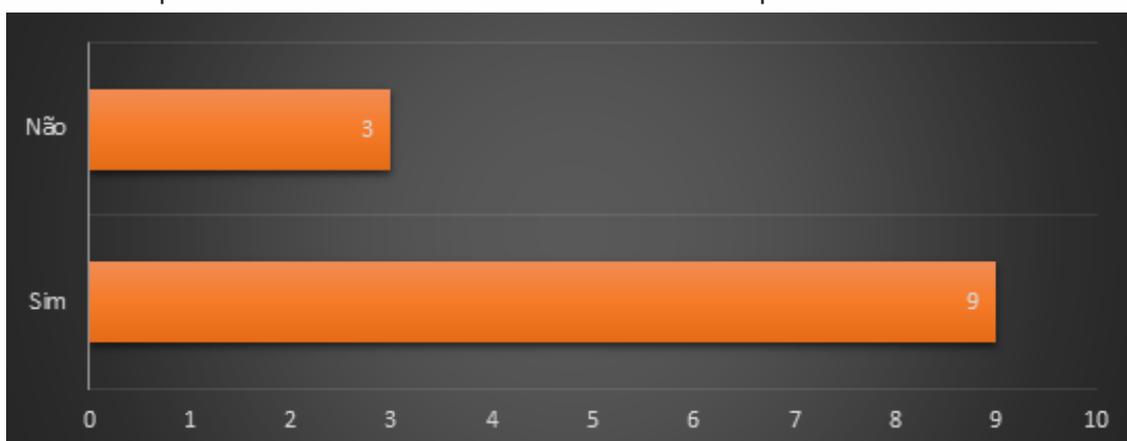
Entrevistada K: “Atualmente, minha maior motivação para manter meu negócio em funcionamento são: meus clientes, minha família e a realização de meus sonhos”.

Entrevistada L: “Comecei a empreender com uma brincadeira e atualmente é o meio em que consigo ter minha independência profissional com flexibilidade de horários mantendo o compromisso com o meu negócio”.

As principais motivações relatadas foram a realização pessoal e profissional, possibilidade de geração de emprego e renda para economia local, busca pela liberdade financeira, flexibilidade de horários e compromisso com o negócio.

Ao serem questionadas sobre o recebimento de apoio familiar ou de terceiros na abertura do empreendimento, 75% das respondentes afirmaram que sim, receberam apoio, enquanto 25% afirmaram que não obtiveram apoio no início da vida empreendedora, como consta no Gráfico 9.

Gráfico 9. Apoio familiar ou de terceiros na abertura do empreendimento.



Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados coletados (2022).

Para Farias (2018), a boa relação familiar é um fator chave de sucesso para o empreendedorismo, relações ruins afetam de forma negativa os negócios. Ainda de acordo com Farias (2018), relacionar-se de forma adequada com conhecidos, amigos e familiares proporciona o apoio, conselhos verdadeiros, que contribuem de forma positiva para o empreendedorismo.

Empreender foge aos padrões de trabalho convencional, com carteira de trabalho assinada e com garantia de seguridade social para aposentadoria. Alguns fatores como o casamento, idade e a vontade pela maternidade, por vezes, constituem-se barreiras limitantes para mulheres que têm tendência a empreender. Mulheres com mais independência tendem, conseqüentemente, a ser bem-sucedidas no empreendedorismo e a obter melhores resultados em suas atividades (Farias, 2018).

Jhonatan e Silva (2007) afirmam que os conflitos entre trabalho x família é um dilema muitas vezes vivenciados por empreendedoras iniciais, e que esses conflitos, quando vivenciados, as empreendedoras reconhecem que se tornam um dilema difícil de resolver, o que não é observado nos casos de empreendedoras de meia idade, que também exercem papel de mães, isso se deve ao fato de se sentirem muito satisfeitas e autorrealizadas no exercício de seus múltiplos papéis.

Gráfico 10. Dificuldade em conciliar obrigações pessoais (ou familiares) com as obrigações do empreendimento.



Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados coletados (2022).

O Gráfico 10 confirma uma das hipóteses levantadas: um dos desafios para empreendedoras é conciliar trabalho e família. De acordo com os dados obtidos na pesquisa, 58% das entrevistadas responderam que possuem dificuldade em conciliar obrigações pessoais com obrigações do empreendimento, e os outros 42% responderam que não possuem dificuldades.

Farias (2018) mostra que os problemas pessoais são os principais entraves para o sucesso do empreendedorismo, pois exerce influência negativa nos negócios.

De acordo com o Gráfico 11, 50% das entrevistadas conseguem separar as despesas pessoais das despesas do empreendimento, e os outros 50% responderam que não conseguem fazer essa separação, atendendo à segunda hipótese levantada, em que não separar as contas pessoais das contas do empreendimento acarreta uma gestão financeira ineficiente.

Gráfico 11. Separa suas despesas pessoais das contas do seu empreendimento



Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados coletados (2022).

Silva (2021) relata que 50% da amostra utiliza recursos pessoais para cobrir o custeio de despesas da empresa, o que, de acordo com o autor, pode representar um fato preocupante, pois não empregar a separação completa impacta negativamente no fluxo de caixa, levando à descontinuidade do negócio. A adoção do princípio da entidade proporciona prosperidade e redução dos problemas de gestão empresarial (Silva, 2021).

Outro dado levantado foi em relação ao uso das redes sociais para a divulgação do negócio, em que todas as participantes afirmaram usar a internet como meio de facilitar o acesso aos produtos e serviços, como relatado pela entrevistada A: “As redes geram conexões, *Leads* e consequentemente negócios”.

A entrevistada B afirmou que: “As redes sociais são essenciais para a divulgação dos produtos e serviços que oferecemos”.

Entrevistada C: “Sim, sem sombra de dúvidas, a internet facilita o alcance de diversas pessoas, a demanda de vendas aumenta com o cliente tendo desejo de comprar o produto do conforto da sua casa”.

Outra respondente, entrevistada D, afirmou que a internet “facilitou os negócios, trouxe novos clientes”.

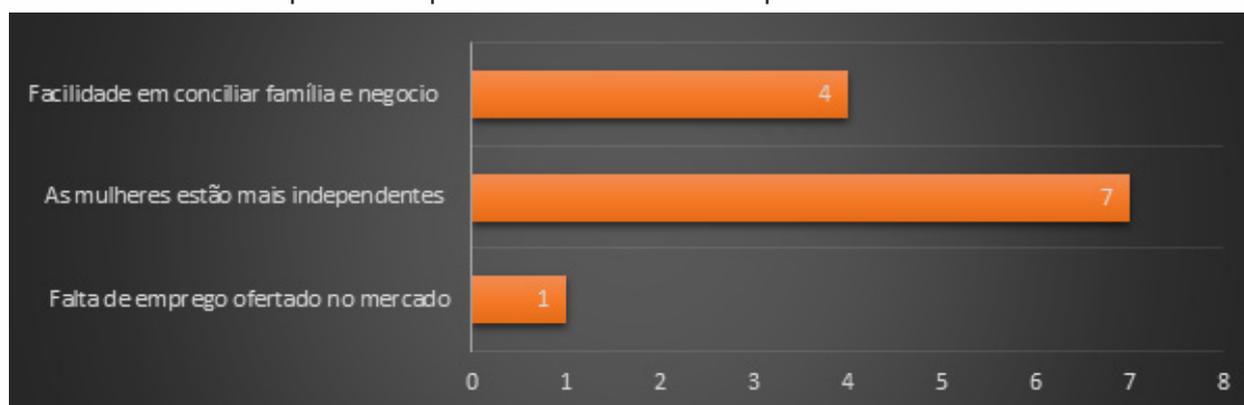
Entrevistada E: “As mídias sociais ajudaram bastante o acesso aos meus produtos”.

O que é afirmado também pela entrevistada F: “Investindo nas redes sociais, conseguimos ter acesso a um número maior de clientes, e aumentar nossas vendas”.

Entrevistada G: “A internet hoje é responsável por 50% das minhas vendas”.

Entrevistada H: “A internet cria uma visibilidade maior, consigo vender para outras cidades e outros estados também”.

Gráfico 12. Principal motivo para o crescimento do empreendedorismo feminino.



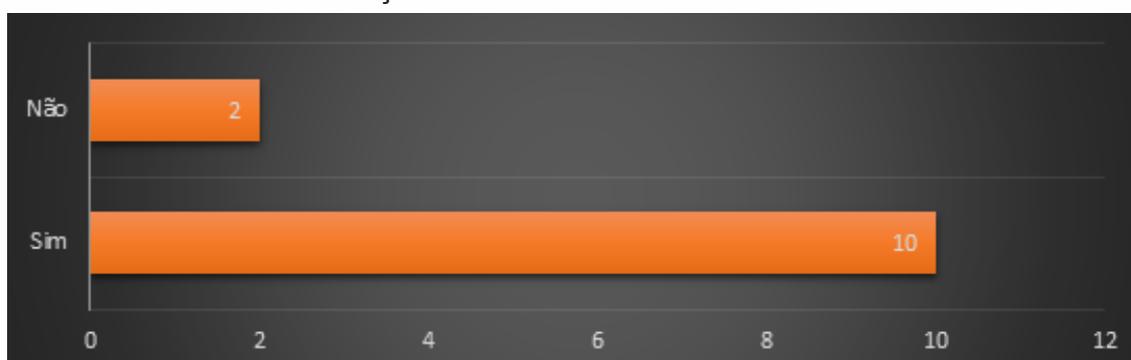
Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados coletados (2022).

Questionadas sobre qual o principal motivo para o crescimento do empreendedorismo feminino nos últimos anos, 59% afirmaram que se deve ao fato de as mulheres estarem mais independentes. Lasso *et al.* (2016) concordam com os dados levantados quando afirmam que as mulheres estão se tornando mais independentes ao abrirem o próprio negócio. 33% afirmaram que é pelo fato de facilitar a conciliação de trabalho e família e 8% que é por falta de emprego no mercado convencional.

Braga e Oliveira (2022) afirmam que o aumento de mulheres empreendedoras é uma consequência dos desafios enfrentados ao longo dos anos em suas vidas profissionais. Isso que foi ressaltado durante a pandemia do Covid-19, quando muitas mulheres tiveram que trabalhar e cuidar de seus lares e famílias, o que foi possível alcançar por meio do empreendedorismo que oferta mais flexibilidade que a oferecida por empregadores do mercado de trabalho convencional.

Ao serem questionadas sobre o controle de emoções, 83% responderam que conseguem controlar suas emoções, e os outros 17% responderam que não conseguem controlá-las. O autocontrole emocional está relacionado com a capacidade de regular as emoções em situações que exigem força, empatia, colocando-se no lugar do outro, conseguindo compreender as emoções alheias que lhe cercam (Tomazela, 2018).

Gráfico 13. Controle de emoções.



Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados coletados (2022).

Quanto ao perfil empreendedor, em uma questão de múltipla escolha que questionava “Quais das características a seguir fazem parte do seu perfil?”, 83,33% das entrevistadas se autoavaliaram como uma pessoa de iniciativa, ou seja, aquele indivíduo que não espera por ajuda de terceiros para execução de suas atividades, conforme Tabela 1.

Tabela 1. Características do perfil empreendedor (autoavaliação)

CARACTERÍSTICAS DO PERFIL EMPREENDEDOR DAS ENTREVISTADAS – AUTOAVALIAÇÃO	
Tenho iniciativa	83,33%
Sou persistente.	75%
Tenho planejamento financeiro.	50%
Sou autoconfiante.	33,33%
Tenho perfil de liderança.	58,33%
Sempre estou em busca de novas informações do mercado.	75%
Busco capacitação.	50%

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados coletados (2022).

De acordo com o Sebrae (2022), ter iniciativa é antecipar-se aos fatos e criar um negócio com produtos ou serviços, adaptando-se aos diversos cenários que surgem na economia. 75% afirmaram que se consideram pessoas persistentes, característica fundamental para ir em busca dos objetivos, obter sucesso e para o enfrentamento de desafios e de obstáculos (Sebrae, 2022). 75% afirmam que buscam informações de mercado e 50% buscam capacitação. Conhecer o próprio negócio é importante no mundo dos negócios. Estar atualizado sobre clientes, fornecedores, concorrentes e, principalmente, quanto ao próprio negócio, por meio de cursos profissionalizantes.

Quanto ao planejamento financeiro, 50% se consideram com essa característica empreendedora. O conceito de planejamento financeiro, de acordo com Santos (2015), é:

[...] o planejamento financeiro faz parte da administração financeira. Se a administração é a maneira como o empresário vai gerir seu negócio, o planejamento é o meio pelo qual as metas definidas pelo gestor serão alcançadas. Trata-se de uma previsão de futuro, do que se pretende para a empresa no tempo que ainda há de vir. É no planejamento financeiro que se definem os objetivos da empresa e toda a estrutura financeira necessária para o atingimento desses objetivos (Santos, p.19, 2015).

A autoconfiança significa confiar em si e nas habilidades, julgamentos e qualidades. É quando se possui a convicção de que é capaz de realizar alguma coisa (Sebrae, 2022). Apenas 33,33% das entrevistadas se consideram pessoas autoconfiantes.

Sobre o sucesso dos empreendimentos, foi questionado às entrevistadas: Quais fatores você considera que foram importantes para o sucesso do seu empreendimento? As respostas obtidas foram transcritas a seguir.

Entrevistada A: “Planejamento e execução, estabelecimento de metas, controle e gestão operacional, estratégia e financeira”.

Entrevistada B: “Deus em primeiro lugar, depois determinação, foco e organização”.

Entrevistada C: “Persistência, objetivos claros, metas traçadas, quando você se disciplina em fazer acontecer e, mesmo na pior das circunstâncias, tem resiliência para contornar os problemas e buscar uma solução já se torna uma pessoa de sucesso”.

Entrevistada D: “Não desistir nas dificuldades enfrentadas, e a divulgação nas redes sociais”.

Entrevistada E: “Persistência, fator mais importante; em segundo lugar, estratégias para um bom atendimento”.

Entrevistada F: “Acredito que um dos principais fatores foi o atendimento, que faz total diferença na experiência de compra do cliente conosco. E que os próprios fazem a divulgação, juntamente com a internet me ajudaram a alavancar meu negócio e evoluir no decorrer dos anos.”

Entrevistada G: “Primeiramente, a fé em Deus; depois, o apoio familiar. Pensar com a cabeça do meu cliente talvez seja um dos mais importantes pontos da minha carreira, ou seja, buscar quais eram as necessidades, inovando sempre.”

Entrevistada H: “Saber administrar é umas das principais características, e ter força de vontade pra superar as diversidades diárias, tanto familiares quanto do negócio.”

Entrevistada I: “Administrar as finanças é um fator muito importante, ter persistência e saber adaptar-se às novas situações do mercado, que mudam constantemente.”

Entrevistada J: “Só tem êxito no empreendedorismo quem tem amor, força de vontade e muita persistência.”

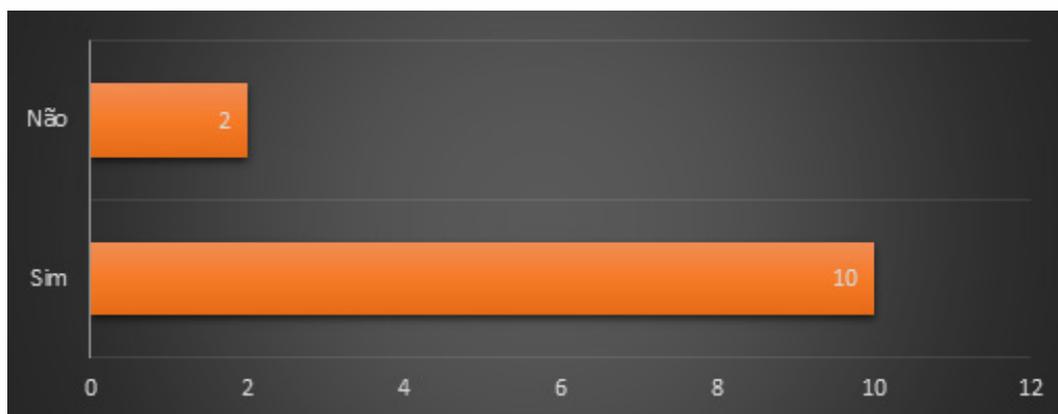
Entrevistada K: “A inovação é um fator determinante para o sucesso do empreendedorismo, visto que é necessário estar sempre buscando coisas diferentes do mercado existente, isso garante a continuidade do negócio e o sucesso do empreendimento”.

Entrevistada L: “Dedicação, muita força de vontade e constância.”

Foi questionado sobre riscos: Toma riscos calculados (analisa tudo antes de agir)?

No Gráfico 14 consta o registro de que 13, 83 % afirmaram “sim”, e 17% afirmaram “não”. De acordo com o Sebrae (2022), correr riscos calculados faz parte das 10 características empreendedoras, e afirma que se trata de assumir desafios e responder por eles, conhecendo os custos e identificando os riscos para transformar em oportunidades de negócios. Planejar antes de arriscar é essencial para que não se comprometa a saúde financeira da empresa.

Gráfico 14. Tomada de decisão diante de riscos.



Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados coletados (2022).

No final da entrevista, foi feito o seguinte questionamento: Quais dicas você daria para mulheres que têm o sonho de abrir o próprio negócio?

Entrevistada A: “Identificar o desejo de empreender (área, segmento), realizar o planejamento do negócio (plano de negócio), estabelecer metas, ter conhecimento pleno de sua área em que quer atuar, buscar se atualizar e sempre estudar sobre a área de gestão”.

Entrevistada B: “Seja determinada e não escute pessoas negativas, seja você, sempre com humildade e determinação”.

Entrevistada C: “Trace metas e seja persistente, não tenha medo de iniciar com pouco, corra atrás para não e se frustrar no futuro por não ter lutado pelo seu sonho”.

Entrevistada D: “Fazer um planejamento, antes de tudo. Ter persistência, pois aparecem muitas dificuldades no início; ter um sonho e fazer de tudo para concretizar, nem sempre terá apoio da família e amigos, mas não desista.”

Entrevistada E: “Escolha uma área com a qual se identifique, saiba organizar seu tempo, busque recursos necessários para investir.”

Entrevistada F: “Acreditar nos seus sonhos e nunca desistir, só precisa dar o primeiro passo, ser persistente e ter fé que dará tudo certo. O caminho é longo, desafiador e muitas vezes desanimador, mas, sendo confiante e acreditando, dará tudo certo.”

Entrevistada G: “Fique atenta às tendências, escolha uma área que tenha afinidade, invista em capacitação, elabore um plano de negócio e não desista.”

Entrevistada H: “Ter fé sempre. O começo é difícil, mas com persistência venceremos.”

Entrevistada I: “Pensamento positivo sempre.”

Entrevistada J: “Tenha gestão financeira, de pessoas e controle de estoque.”

Entrevistada K: “Busque sempre fazer o certo, porque é o certo; busque ajuda sobre finanças, faça cursos, esteja sempre atualizada sobre o seu mercado e tenha muita força de vontade, pois, no processo, existem muitas situações difíceis e desanimadoras”.

Entrevistada L: “Focar em um objetivo e respeitar os processos. Nem sempre será fácil, e não desistir”.

Observa-se que sonhar é fundamental, e que para realizar o sonho de atuar como empreendedor o planejamento e a gestão financeira são pontos destacados com frequência nos dados obtidos nesta pesquisa. Traçar metas, investir em capacitação, sempre ter o sentimento de persistência para focar nos objetivos são pontos essenciais. Não se deixar desanimar aos percalços do caminho, ter fé sempre com pensamento positivo também são sugestões deixadas pelas entrevistadas.

Considerações Finais

Este trabalho possibilitou entender os desafios e superações do Empreendedorismo feminino na cidade de Augustinópolis(TO), na qual as mulheres buscam o sucesso profissional.

De acordo com dados levantados, historicamente a mulher enfrentou, desde os primórdios, segregação de gênero, as quais, em sua maioria, eram direcionadas aos serviços domésticos e às atividades laborais com menor remuneração.

Por meio desta pesquisa, pôde-se observar que o empreendedorismo feminino é um dos mecanismos usados para superação de dificuldades enfrentadas pelo gênero no mercado de trabalho convencional.

Observa-se que sonhar é fundamental, e que para realizar o sonho de atuar como empreendedor, o planejamento e a gestão financeira são pontos destacados com frequência nos dados obtidos nesta pesquisa. Traçar metas, investir em capacitação, sempre ter o sentimento de persistência para focar nos objetivos também é essencial. Não se deixar desanimar nos percalços do caminho, ter fé, sempre com pensamento positivo também são sugestões deixadas pelas entrevistadas.

Referências

BRASIL. **Lei nº 3.071, de 1 de janeiro de 1916**. Código Civil Dos Estados Unidos do Brasil. Brasília, DF, 1 jan. 1916. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l3071.htm. Acesso em: 15 abr. 2022.

BRAGA, D.; OLIVEIRA, B. Empreendedorismo feminino no Brasil aumenta 41% durante a pandemia, diz LinkedIn. **CNN BRASIL**, São Paulo, 22 jul. 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/empreendedorismo-feminino-no-brasil-aumenta-41-durante-a-pandemia-diz-linkedin/>. Acesso em: 28 nov. 2022.

BRASIL. **Lei nº 4.121, de 27 de agosto de 1962**. Dispõe sobre a situação jurídica da mulher casada, DF, 27 ago. 1962. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l4121.htm. Acesso em: 15 abr. 2022.

BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Brasília, DF, 10 jan. 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm. Acesso em: 15 abr. 2022.

BRASIL, C. I. **Mulheres aumentam escolaridade em relação aos homens, mostra pesquisa**. Rio de Janeiro: *Agência Brasil*, 17 jun. 2019. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2019-06/mulheres-aumentam-escolaridade-em-relacao-aos-homens-mostra-pesquisa>. Acesso em: 07 set. 2022.

CFC – Conselho Federal de Contabilidade. **Resolução CFC nº 750**, de 29 de dezembro de 1993. Dispõe sobre os princípios fundamentais de contabilidade. Publicada no Diário Oficial da União de 31.12.1993.

CHIAVENATO, I. **Empreendedorismo**: Dando asas ao espírito empreendedor. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

DORNELAS, J. C. A. **Empreendedorismo**: Transformando ideias em negócios. 5. ed. Rio de Janeiro: Empreende LTC, 2015.

EXAME. **Ser mulher é desenvolver soft skills todo dia**. Exame, 05 de agosto de 2021. Disponível em: <https://exame.com/colunistas/nosso-olhar/ser-mulher-e-desenvolver-soft-skills-todo-dia/>. Acesso em: 17 de abr. de 2022

EXAME. **9 empreendedores com menos de 30 anos**. Exame, 14 de maio de 2022. Disponível em: <https://exame.com/pme/9-empreendedores-com-menos-de-30-anos/>. Acesso em: 11 de set. de 2022

FARIAS, A. M. F. **Fatores que influenciam a Intenção Empreendedora da Mulher: Financiamento, Educação para o Empreendedorismo e Vida Pessoal/Familiar**. 2018. Dissertação (Mestre) - UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR, Covilhã, 2018.

GEM - Global Entrepreneurship Monitor. **Empreendedorismo no Brasil 2019**. 21. ed. Curitiba: IBQP, 2020.

- GEM - Global Entrepreneurship Monitor. **Relatório Executivo 2018**, empreendedorismo no Brasil. 19. Ed. Curitiba: IBQP, 2018.
- GOLEMAN, D. Inteligência Emocional: a teoria revolucionária que redefine o que é ser inteligente. 2 ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.
- GOLEMAN, D.; BOYATZIS, R.; MCKEE, A. O poder da inteligência emocional: Como liderar com sensibilidade e eficiência. 1 ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.
- HISRICH, R. D.; PETERS, M. P.; SHEPHERD, D. A. **Empreendedorismo**. 9. ed. Porto Alegre: AMGH, 2014.
- IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estatísticas de gênero**: Indicadores sociais das mulheres no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: IBQP, 2018.
- IUDÍCIBUS, S.; MARION, J. C.; FARIA, A. C. **Introdução à Teoria Geral da Contabilidade**: para nível de graduação. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- JONATHAN, E. G. Mulheres empreendedoras: medos, conquistas e qualidade de vida. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 10, ed. 3, p. 373-382, 2005.
- JONATHAN, E. G.; SILVA, T. M. R. da. Empreendedorismo feminino: tecendo a trama de demandas conflitantes. **Psicologia & Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 19, ed. 1, p. 77-84, 2007
- LASSO, S. V. *et al.* Características do empreendedorismo feminino no Brasil. **Revista Gestão e Desenvolvimento**, v. 13, n. 2, p. 150-167, 2 set. 2016.
- LIMA, C. M. **Empreendedorismo feminino**: um fenômeno recheado de propósito. LinkedIn, 20 set. 2021. Disponível em: <https://pt.linkedin.com/pulse/empreendedorismo-feminino-um-fen%C3%B4meno-recheado-de-prop%C3%B3sito-lima>. Acesso em: 11 set. 2022.
- MARIANO, S.; MAYER, V. F. **Empreendedorismo**: Fundamentos e Técnicas para Criatividade. 1. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2014.
- MARION, J. C. **Contabilidade básica**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- PRIMI, R.; BUENO, J. M. H.; MUNIZ, M. Inteligência Emocional: Validade Convergente e Discriminante do MSCEIT com a BPR-5 e o 16PF. **Revista Psicologia Ciência E Profissão**, v. 26, n. 1, p. 26-45, 2006.
- RIBEIRO, P. S. **O papel da mulher na sociedade**. Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/o-papel-mulher-na-sociedade.htm>. Acesso em: 16 de abr. 2022.
- SANTOS, F. R. **Planejamento Financeiro**, Cuiabá-MT, p. 1-84, 01 de maio 2015.
- SEBRAE. **AS 10 maiores características do empreendedor**: Não basta apenas gerenciar os negócios – o sucesso empresarial depende muito de comportamento e atitude. [S. l.]: SEBRAE, 4 mar. 2022. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/am/artigos/as-10-maiores-caracteristicas-do-empendedor,e7d4d2391f45f710VgnVCM10000d701210aRCRD>. Acesso em: 22 set. 2022.

SEBRAE. **Como criar negócios na web**: empreendedorismo digital descomplicado. Santa Catarina. 2018. Disponível em: <https://atendimento.sebrae-sc.com.br/wp-content/uploads/2018/07/Ebook-NegociosWeb.pdf>. Acesso em: 09 de set 2022

SEBRAE. **Empreendedorismo feminino em pauta**. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/MS/Anexos/Artigo%20-%20Empreendedorismo%20Feminino.pdf>. Acesso em: 07 set 2022.

SILVA, D. A. S. **A importância do gerenciamento do fluxo de caixa e da observância do princípio da entidade para o microempreendedor individual (mei) – um estudo em vicentina/ms**. 2021. Trabalho de conclusão de curso (Bacharel) - UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS-UFGD, DOURADOS-MS, 2021.

SILVA, G. F.; PEREIRA, M. F. F.; SANTOS, É. J. Empreendedorismo feminino como ferramenta para independência financeira. **Humanidades e Tecnologia**, v. 3, ed. 2, p. 6-191, 2019.

SILVA, G. C. C. *et al.* A mulher e sua posição na sociedade: da antiguidade aos dias atuais. **Rev. SBPH [online]**, v. 8, n.2, p. 65-76, 2005.

SOUZA, C. A mulher de negócios no discurso do trabalho feminino. **Revista Katályses**, Florianópolis, v. 23, n.3, p. 700-706, set./dez. 2020.

TOMAZELA, C. V. **Relatos Sobre Inteligência Emocional Por Mulheres Líderes**. 2018. Dissertação (Pós-graduação) - Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2018.

WALTON, D. **Inteligência Emocional**: um guia prático. Porto Alegre, RS: L&PM, 2017.

OS IMPACTOS DA COVID-19 NO CENÁRIO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE ARTIGO DE PAPELARIA DE AUGUSTINÓPOLIS-TO

Andressa Ferreira Machado²¹

Andréa Pereira da Conceição²²

Ana Paula Monteiro de Oliveira²³

Cheila Fernandes de Andrade²⁴

Introdução

Com o surgimento da Pandemia de Covid-19, no início do ano de 2020, ocorreram grandes impactos nos setores fundamentais da sociedade, como, na saúde, educação e economia do país. Por se tratar de uma pandemia, que se expandiu mundialmente, pôde-se enfatizar uma crise existencial econômica.

Essa crise chegou ao Brasil ainda no ano de 2020, segundo a Organização mundial de Saúde – OMS, e se alastrou rapidamente dentro dos Estados, trazendo assim a crise econômica para todos os estados e municípios. Diante disso, podemos destacar a cidade de Augustinópolis-TO, em que sua principal fonte econômica comercial provém de micro e pequena empresa, independentemente do setor que está direcionado.

A partir do surgimento da pandemia de Covid-19, as micro e pequenas empresas tiveram que se adaptar às mudanças e medidas que surgiram. Com isso, muitas passaram por dificuldades, visto que elas são responsáveis pelo comércio e produção de serviços. Com as dificuldades enfrentadas pelas MPEs em razão do isolamento social mundialmente, o governo Federal homologou algumas medidas legais para auxiliar as organizações, principalmente as micro e pequenas empresas, no enfrentamento da crise financeira e econômica que se expandiu em meio à pandemia de Covid-19.

O objeto da pesquisa trata-se das micro e pequenas empresas da cidade de Augustinópolis-TO, sendo selecionadas as Empresas de Comércio varejista de artigos de papelaria, questionando sobre a seguinte problemática: Como a pandemia do Covid-19 influenciou na economia das micro e pequenas empresas de Augustinópolis-TO? Como objetivo geral, a pesquisa visou demonstrar como a pandemia do Covid-19 influenciou na economia das micro e pequenas empresas de Augustinópolis -TO, especialmente no comércio varejista de artigos de papelaria.

Quanto aos objetivos específicos, o foco consistiu em dissertar os efeitos da pandemia do Covid-19 na economia das micro e pequenas empresas de Augustinópolis-TO; evidenciar sobre as medidas e propostas dadas pelo governo para estimular e reduzir os impactos à economia durante a pandemia do Covid-19; apresentar medidas de políticas econômicas implantadas e acrescidas que foram utilizadas pelas micro e pequenas empresas.

A presente pesquisa é relevante, pois a compreensão da situação e dos desafios enfrentados por essas microempresas é fundamental para o desenvolvimento de estratégias e políticas que visem

21 Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS)

22 Mestre em Gestão e Desenvolvimento Regional pela Universidade de Taubaté (UNITAU)

23 Mestre em Gestão e Desenvolvimento Regional pela Universidade de Taubaté (UNITAU)

24 Mestre em Gestão e Desenvolvimento Regional pela Universidade de Taubaté (UNITAU)

aprimorar o ambiente de negócios e promover o crescimento sustentável do setor objeto da pesquisa. Portanto, o trabalho busca fornecer dados valiosos sobre a realidade dessas empresas, identificando suas necessidades específicas e contribuindo para o desenvolvimento de medidas direcionadas à sua melhoria e fortalecimento em meio a crises

De modo geral, como a pandemia do Covid-19 trouxe mudanças significativas no cenário econômico Brasileiro. Nesse contexto, as Micro e Pequenas empresas passaram pela experiência de declínio na pandemia. Assim, justificou-se trazer contribuições para a população em geral e para o conhecimento da realidade vivenciada durante tal período.

Revisão Literatura

O impacto econômico da pandemia do Covid-19

De acordo com Sebrae (2020), no ano de 2020, ocorreu a disseminação da pandemia da Covid-19, com isso, a economia de muitos países passou por mudanças inesperadas e novas adaptações devido às medidas protetivas que necessitavam para prevenção ao vírus.

Em razão da crise econômica, entre 2020 e 2021, quando surgiu a pandemia da Covid-19, as operações empresariais no Brasil, principalmente as de micro e pequeno porte, já enfrentavam desafios para continuar operando sua economia. Ela ocasionou o fechamento dos comércios, escritórios, negócios e eventos, e do comércio não essencial, funcionando somente o comércio essencial, com horários reduzidos. Sendo assim, a economia das empresas teve mudanças desde a produção de matéria-prima até o produto final dos consumidores, alterando o meio dos comércios e a produção de serviços.

Com o isolamento social e proibição de aglomeração de pessoas, ocorreu a diminuição do consumo de bens e serviços, produtos em geral, que ao mesmo tempo diminuíram a receita e faturamento, com isso menos arrecadação pública de impostos e, conseqüentemente, a redução de empregos nas empresas e órgãos em geral. Nesse contexto, as preocupações foram maiores com as Micro e Pequenas empresas (MPEs), pois essas organizações não possuem recursos financeiros e giro de capital suficiente para permanecer com uma gestão financeira e econômica elevada, visto que essas são importante fonte do funcionamento da economia para o país, porque ajudam a aumentar o emprego e o desenvolvimento econômico, conforme exposto por Sebrae (2021).

Com o enfrentamento da Covid-19, o governo federal compreendeu a necessidade de elaborar medidas para ajudar as empresas no enfrentamento deste período adverso e incerto. Junto com ele, os governos Estaduais e Municipais editaram legislações, conforme suas disponibilidades, para tentar cooperar com um auxílio financeiro para as empresas com sede na região, principalmente para as micro e pequenas empresas, as quais geralmente não possuem uma boa gestão financeira e econômica do seu capital de giro, bem como, geralmente, não possuem reservas para eventuais emergências.

Medidas e programas governamentais desenvolvidas para o enfrentamento da pandemia da covid-19 nas empresas

Com a recomendação do isolamento social como medida de segurança e garantia à saúde de toda a população, as empresas tiveram que fechar suas portas por um período. Com os espaços físicos fechados, afetou de forma significativa muitos negócios, vendas e produção de serviços.

A quantidade de estabelecimentos que fecharam as portas devido à falta de clientes por causa do isolamento social foi significativa. Com isso, o governo federal disponibilizou várias medidas para as empresas durante o período da pandemia da Covid-19.

A Medida Provisória nº 927, de 22 de março de 2020, foi considerada uma das principais alternativas para enfrentamento do estado de calamidade pública decorrente da Covid-19 (Brasil, 2021). Essa medida provisória dispõe das medidas trabalhistas que poderiam ser adotadas pelos empregadores, permitindo a antecipação de férias individuais ou coletivas, de feriados, utilização de banco de horas, teletrabalho, diferimento no recolhimento do FGTS (fundo de garantia do tempo de serviço).

Uma das medidas financeiras adotadas pelo governo federal para auxílio e combate à crise econômica e financeira decorrente da Covid-19 ocorreu com a publicação da Medida Provisória nº 944, de 3 de abril de 2020, a qual deu suporte à criação do Programa Emergencial de Suporte a Empregos. Este programa concentrou-se no objetivo de realizar empréstimos para ajudar as empresas a custear as folhas de pagamento no período em que elas foram afetadas pela Covid-19. Nesta medida os recursos que a empresa tomava como empréstimo não eram depositados em sua própria conta bancária, pois elas apenas enviavam os relatórios das folhas de pagamento às instituições bancárias, e estas, por sua vez, realizavam o pagamento dos salários diretamente na conta dos funcionários da empresa.

Além disso, foi criado também o PRONAMPE, o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, correspondente a um programa governamental para o desenvolvimento das pequenas empresas, instituído pela Lei Federal nº 13.999, de 18 de maio de 2020. Diferentemente do financiamento citado anteriormente, o PRONAMPE não estava vinculado à folha de pagamento, sendo uma linha de crédito para capital de giro, investimentos, destinado ao pagamento de funcionários, pagamentos de pendências com fornecedores, compra de mercadorias ou produtos para comercialização e aquisição de produtos para prestação de serviços.

Houve também o lançamento do Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e Renda, por meio da Medida Provisória nº 936, de 10 de abril de 2020, que foi convertida na Lei Federal nº 14.020, de 6 de julho de 2020 (BRASIL, 2021), a qual determinou a possibilidade de suspensão ou redução de jornada do contrato de trabalho com auxílio financeiro disponibilizado aos trabalhadores, tendo como principal objetivo reduzir os impactos sociais e o desembolso com a folha de pagamento dos funcionários.

Micro e pequenas empresas no Brasil

O mundo tem, dia após dia, sofrido grandes modificações, e as organizações têm evoluído junto em busca de sobrevivência e de organização. Neste contexto, as micro e pequenas empresas são essenciais na evolução econômica brasileira, pois geram empregos por meio das suas inovações, flexibilidade e possibilidade de inovação.

Antes de adentrar detalhadamente no assunto deste trabalho, cabe, para uma maior compreensão, entender o que é empreendedorismo e empreendedor. Nesse sentido, o autor e professor Dolabella conceitua em seu livro o seguinte:

Empreendedorismo é um neologismo derivado da livre tradução da palavra *entrepreneurship* e utilizada para designar os estudos relativos ao empreendedor, seu perfil, suas origens, seu sistema de atividades, seu universo de atuação. A palavra *empreendedor*, de emprego amplo, é utilizada para designar principalmente as atividades de quem se dedica à geração de riquezas, seja na transformação de conhecimentos em produtos ou serviços, na geração do próprio conhecimento ou na inovação em áreas como marketing, produção, organização etc (DOLABELLA 1999, p. 43).

A Lei Complementar nº 123/2006, em seu art. 3º, apresenta a seguinte definição sobre as micro e pequenas empresa:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei Complementar, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte, a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:

I - no caso da microempresa, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais); e

II - no caso de empresa de pequeno porte, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais) (BRASIL, 2006, s.p).

Uma modificação no histórico das Micro e Pequenas Empresas, no Brasil, citada neste trabalho, que é a Lei Complementar nº 155/2016, diz respeito à conceituação de micro e pequenas empresas. Vale ressaltar que a diferença entre micro e pequenas empresas pode ser entendida pela receita bruta do ano-calendário. Caso seus lucros ultrapassem o valor máximo exigido em lei para essas modalidades, elas não contarão com os privilégios e favorecimento específicos.

Essas modificações têm ocorrido como ferramenta de auxílio a essas modalidades empresariais, uma vez que, segundo o Sebrae (2007), o índice de fechamento de Micro e Pequena Empresas tem sido de 22%, o qual mais elevado durante a pandemia da Covid-19.

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa de campo que buscou as informações diretamente com a população pesquisada. Nesse sentido, corresponde a um estudo de caso em que foram extraídas as informações problemáticas sobre os efeitos da Covid-19 nos empreendedores de micro e pequenas empresas (Gonsalves, 2001).

A realização da pesquisa ocorreu na cidade de Augustinópolis-TO, localizada na microrregião do Bico do Papagaio, no extremo norte do país, cuja população é de 18.870 habitantes, segundo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2021). Sua extensão territorial é de aproximadamente 388 km².

O período de realização da pesquisa foi no mês de setembro de 2022, com a aplicação dos questionários às empresas pesquisadas, as quais compreenderam as empresas de micro e pequeno porte. Como amostra, foram utilizadas as Empresas do Comércio de Artigos de Papelaria que tem atuação no mercado econômico de Augustinópolis-TO.

Resultados e Discussões

O objetivo desta etapa é apresentar os resultados obtidos pelo instrumento de coleta de dados. O questionário, com 12 perguntas fechadas, foi aplicado aos empresários da cidade de Augustinópolis-TO, conforme explicitado na metodologia.

A pesquisa buscou respostas acerca dos reflexos econômicos que as micro e pequenas empresas tiveram durante a pandemia da Covid-19. No primeiro momento, buscou-se entender o funcionamento dessas empresas antes e durante o período da pandemia. Para a realização da pesquisa foram utilizadas duas microempresas – empresa 1 e empresa 2 –, classificadas de acordo com a Lei Federal nº 123/2006, considerando também o porte e tempo de atuação, sendo do ramo de artigos de papelaria localizadas na cidade de Augustinópolis-TO.

Quanto ao questionamento sobre o tempo que essas empresas atuam no mercado da cidade de Augustinópolis-TO, o resultado demonstrou que a empresa 2 possui maior tempo que a empresa 1, visto que ela possui acima de 15 anos e a empresa 1 possui de 5 a 10 anos. O tempo de atuação das empresas foi um fator muito importante durante a pesquisa, pois quanto maior esse tempo, melhor o entendimento da administração e da situação econômica da empresa.

A empresa com maior tempo de atuação no mercado tem maiores chances de imortalidade. Com crise financeira e econômica, elas conseguiram ter uma estabilidade mesmo sendo pequenos negócios, devido à credibilidade que possuem por maior atuação em determinado mercado. Além disso, com maior atuação, elas têm mais facilidades em adquirir linhas de créditos, financiamentos e outros. Também com maior tempo de atuação no mercado, é possível ter maior vantagem competitiva, pelo posicionamento no mercado, qualidade dos produtos, precificação estratégica, isso faz ter a fidelidade dos clientes.

O resultado do questionamento sobre a renda operacional bruta anual revelou o enquadramento das empresas 1 e 2 no grupo de microempresas. Então, de acordo com a Lei Complementar nº 123/06, a divisão das empresas entre micro ou pequenas, se dá pela receita bruta no ano calendário inferior a R\$360 mil.

A respeito do questionamento sobre o modo como a pandemia afetou o faturamento mensal, a empresa 1 respondeu que seus resultados permaneceram iguais mesmo diante do cenário da pandemia, embora tenha fechado suas portas por um período de até 45 dias. Já a empresa 2 disse que seu faturamento mensal sofreu grande diminuição. Na perspectiva de enfrentamento destes pontos negativos, a pesquisa revelou que as empresas buscam qualificação para a realização de vendas online.

Uma das perguntas buscou identificar se as empresas tinham sofrido alguma perda de faturamento durante a pandemia e qual tinha sido o período mais difícil. As respostas indicaram que elas passaram por perda de faturamento durante o início do ano de 2021.

Os dados mostram que a perda de faturamento durante o fechamento das empresas foi o que de fato mais gerou preocupação aos empresários, visto que, para manter a estrutura de uma empresa, os recursos financeiros são os principais fatores. Nesse sentido, mesmo que as empresas 1 e 2 tenham declarado que não obtiveram tanta perda, observa-se que elas tiveram fragilidade na condição estável do faturamento.

Em geral, as micro e pequenas empresas foram as mais afetadas, já que, em cenário de crise, elas são as que enfrentam maior dificuldade financeira de investimento e de acesso ao crédito formal. Mesmo com medidas do poder público para mitigar os impactos negativos, elas também têm menor condições de arcar com as perdas e com a queda nas demandas, segundo constatado.

A pesquisa buscou saber se as empresas tinham feito opção por alguma medida ou programa disponibilizado pelo governo, visto que foram inúmeras as ofertas governamentais. Sobre isso, os quadros 1 e 2 representam as medidas que foram adotadas pelas empresas 1 e 2 durante o período da Covid-19.

Quadro 1. Medidas utilizadas pela empresa 01

MEDIDAS UTILIZADAS PELA EMPRESA 01:
- Suspensão do contrato de trabalho de colaboradores
- Concedeu férias aos funcionários
- Empréstimos para custear a folha de pagamento
- Rescisões contratuais
- Parcelamentos de impostos
- Flexibilizou /reduziu a jornada de trabalho dos funcionários

Fonte: elaborado pelos autores (2022).

Quadro 2. Medidas utilizadas pela empresa 02

MEDIDAS UTILIZADAS PELA EMPRESA Y:
- Concedeu férias aos funcionários
- Empréstimos para custear a folha de pagamento
- Parcelamentos de impostos
- Flexibilizou/reduziu a jornada de trabalho dos funcionários

Fonte: elaborado pelos autores (2022).

Conforme consta nos Quadros 1 e 2, observa-se que houve a suspensão do contrato de trabalho dos colaboradores pela empresa 1. Essa medida permitiu que as empresas suspendessem o contrato de trabalho do colaborador, deixando de efetuar o pagamento do salário temporariamente.

A suspensão do pagamento de 100% do salário do empregado foi concedida apenas para empresas com receita bruta inferior a R\$4,8 milhões anuais.

Ainda sobre as informações dos Quadros 1 e 2, verifica-se ainda que foram concedidas férias aos funcionários nas empresas 1 e 2. Uma vez que o funcionamento delas estava ocorrendo de forma on-line, não era necessário a utilização de toda a mão de obra disponível, tal qual seria se a empresa estivesse funcionando de modo presencial.

Um dos questionamentos buscou identificar quais as principais dificuldades que as empresas tinham enfrentado durante o período pandêmico. Dentre as dificuldades apresentadas, percebeu-se que ambas não conseguiram se adaptar ao negócio de forma digital. No entanto, elas buscaram meios de capacitação para o uso de novos softwares e aplicativos disponibilizados para vendas de produtos e serviços de forma on-line, inclusive para recebimentos e pagamentos.

Considerações Finais

O objetivo dessa pesquisa foi evidenciar como ocorreram os impactos financeiros da pandemia da Covid-19 nas micro e pequenas empresas do ramo de artigos de papelaria de Augustinópolis-TO, bem como o modo como elas fizeram para buscar adequações digitais nesse período.

De modo geral, percebeu-se que a crise da pandemia desestabilizou o mercado financeiro, modificou as jornadas trabalhistas e empresariais, fazendo com que as pequenas empresas buscassem auxílio e medidas para impulsionar sua economia.

Na revisão bibliográfica, observa-se a abordagem do impacto econômico da pandemia da Covid-19, também tratou das Micro e Pequenas empresas, que são o principal objeto de pesquisa, demonstrando o que essas empresas representam para o Brasil. Além disso, as medidas disponibilizadas pelo governo para combater possíveis impactos econômicos e financeiros durante o período da Covid-19 também fizeram parte da pesquisa que resultou na escrita deste trabalho.

Os dados da pesquisa revelaram que o cenário econômico dessas empresas durante a pandemia impactou diretamente na existência atual e na continuidade de suas operações, visto que, elas apresentaram redução no faturamento mensal e no quadro de funcionários durante os quatro primeiros meses de isolamento social.

Em geral, as medidas governamentais adotadas pelas micro e pequenas empresas auxiliaram para que elas pudessem manter os empregos durante a pandemia e honrar com seus compromissos financeiros. Além disso, elas ajudaram na redução da suspensão dos funcionários, bem como na prorrogação dos pagamentos de alguns tributos.

A pesquisa revelou que nem todas as mudanças são possíveis antever neste momento e tampouco a repercussão delas nas vidas das pessoas e das empresas, mas provavelmente serão mudanças que marcarão todos de forma permanente, com reduzidas chances de retorno ao formato pré-pandemia.

À guisa conclusiva, destaca-se que o objetivo da pesquisa foi atingido, uma vez que foi possível verificar que as empresas pesquisadas sofreram impactos significativos com a Covid-19. Além disso, aponta-se que medidas oferecidas pelo governo serviram de auxílio para a permanência no mercado e para a garantia de empregos. Nesse sentido, sugere-se a continuidade de estudos sobre o assunto,

visto que a pandemia da Covid-19 está mudando os paradigmas da sociedade como um todo, e que os impactos financeiros e econômicos identificados durante o período da pandemia podem ser muitas variações em momentos de pós-pandemia.

Referências

BRASIL, **Lei Complementar 123 de dezembro de 2006**. Disponível em: <http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/LeisComplementares/2006/leicp123.htm>. Acesso em: 16 mar. 2022.

BRASIL, **Lei Geral da Micro e Pequena Empresa**. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/uf/Paraiba/sites-especiais/simples-nacional>. Acesso em: 20 mar. 2022.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GONSALVES, E. P. **Conversas sobre a iniciação científica**. Campinas, SP, Alínea, 2001.

JUNIOR, G. R. R.; JOÃO P. **Auditoria Integrada do Simples Nacional: O Que Muda com o Sefisc - Sistema Eletrônico Único de Fiscalização**. 2ª ed. Atlas, 2015.

KNECHTEL, M. R. **Metodologia da pesquisa em educação: uma abordagem teórico-prática dialogada**. Curitiba: Intersaberes, 2014.

LAKATOS, E. M. A.; MARCONI, M. A. **Metodologia Científica - 6ª Ed.** São Paulo: Atlas, 2011.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Coronavírus Covid-19. Brasília, DF, 2020**. Disponível em: <https://coronavirus.saude.gov.br/>. Acesso em: 03 mar. 2022.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Covid 19: Tudo o que você precisa saber**. Mato Grosso do Sul, MS, 2021. Disponível em: http://www.coronavirus.ms.gov.br/?page_id=31. Acesso em: 21 mar. 2022.

MUNDO ACADÊMICO. **Quais são os instrumentos de coleta de dados de pesquisas?** Disponível em: <https://biblio.direito.ufmg.br/?p=5116>. Acesso em: 28 mar. 2022.

PÊGAS, P. H. **Manual de contabilidade tributária**. 4.ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2006.

PEREIRA, F. O. S. **Simples Nacional: aspectos práticos, comentários: microempresas e empresas de pequeno porte**. Francisco Orlando Silveira Pereira. 2.ed. – Fortaleza: Fortes, 2010.

Resolução CGSN nº 154 de 03 de abril de 2020. **Dispõe sobre a prorrogação de prazos de pagamento de tributos no âmbito do Simples Nacional, em razão da pandemia da Covid-19**. Disponível em: <http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?visao=anotado&idAto=108368>. Acesso em: 03 mar. 2022.

ROBERTO, G.; PUJALS, J. **Auditoria integrada do simples nacional: o que muda com o sefisc - sistema eletrônico único de fiscalização**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

ROCHA, C. T. M; AMADOR, F. S. O teletrabalho: conceituação e questões para análise. **Cad. Ebape. BR**, v.16, nº1, Rio de Janeiro, 2020.

RODRIGUES, A. O. *et al.* **IRPJ/ CSLL 2007**: Manual do Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido: ano-calendário 2007: lucro real, lucro presumido. São Paulo: IOB Thomson, 2007.

SALES, I. K. B.; MACÊDO, M. E. C. O Impacto da Pandemia da COVID19 no Cenário das Micro e Pequenas Empresas. **Rev.Mult. Psic.**, v.15, n.57, p. 215-229, outubro / 2021.

SEBRAE. **Impactos e tendências da COVID – 19 nos pequenos negócios**. edição 3. 2020. Disponível em: https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Imagens%20SebraeNA/boletim_de_impactos_da_covid_3a_edicao.pdf. Acesso: 06 mar. 2022.

SIMPLES NACIONAL. **O que é simples nacional?** Disponível em: <http://www8.receita.fazenda.gov.br/simplesnacional/documentos/pagina.aspx?id=3#:~:text=O%20Simples%20Nacional%20%C3%A9%20um,%2C%20Distrito%20Federal%20e%20Munic%C3%ADpios>. Acesso: 03 mar. 2022.

VERGARA, S. C. **Gestão de Pessoas**. São Paulo: Atlas, 2000.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de estágio e de pesquisa em administração**. 3 ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2000.



2145
5231
47512588
1256586301
2211548690
231149568
213311599
21315
120120
12169852
121118

1	12
811	
1322144	
12111187	

340311	320659
414264	3260
5498216	2558
221233	
1221	
2154316	
1245755	
124	
12588	



Annual comparison of changing business activity of subdivisions of the company

